



# PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

## Estado de São Paulo

### ANEXO – A

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS

Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de softwares de gestão pública para a Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente e Câmara Municipal, sendo: LOTE nº 01 – PREFEITURA MUNICIPAL: Contabilidade Pública, Recursos Humanos e Folha de Pagamentos, Arrecadação, Saúde, Assistência Social, Secretaria e Protocolo, Controle Interno e Ensino, e CÂMARA MUNICIPAL: Contabilidade Pública, todos com hospedagem em Datacenter e Suporte Técnico, e LOTE nº 02 – PREFEITURA MUNICIPAL: Sistema de Ouvidoria Pública WEB/PWA, Diário Oficial Municipal, Aplicativo para Atendimento de Mulheres em Situação de Violência, Sistema de Documentos, Processos e Ocorrências, e Gerenciamento de Licenças de Trânsito, com hospedagem em Datacenter e Suporte Técnico, conforme disposição e especificações abaixo.

LOTE	ITEM	SERVIÇO/MÓDULO		UNID.	QTD.
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE				
	1	Locação (com hospedagem em datacenter e suporte técnico)	Contabilidade Pública	Mês	12
	2		Recursos Humanos e Folha de Pagamentos	Mês	12
	3		Arrecadação	Mês	12
	4		Saúde	Mês	12
	5		Assistência Social	Mês	12
	6		Secretaria e Protocolo	Mês	12
	7		Controle Interno	Mês	12
	8		Ensino	Mês	12
	9	Implantação dos Sistemas/Migração e Conversão dos Dados		Única	01
	10	Treinamento		Única	01
2	CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE				
	11	Locação (com hospedagem em datacenter e suporte técnico)	Contabilidade Pública	Mês	12
	12	Data Center		Mês	12
	13	Implantação dos Sistemas/Migração e Conversão dos Dados		Única	01
	14	Treinamento		Única	01
	PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE				
1		Ouvidoria Pública WEB/PWA	Mês	12	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

	2	Locação (com hospedagem em datacenter e suporte técnico)	Diário Oficial	Mês	12
	3		Aplicativo para Atendimento de Mulheres em Situação de Violência	Mês	12
	4		Gestão de Documentos, Processos e Ocorrências	Mês	12
	5		Gerenciamento de Licenças de Trânsito	Mês	12
	6	Implantação dos Sistemas/Migração e Conversão dos Dados		Única	01
	7	Treinamento		Única	01

### **LOTE Nº 01**

#### **PARTE 1 - IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS**

##### **01 – Conversão de Bases de Dados**

A migração dos dados existentes constitui etapa essencial da contratação, devendo a futura contratada promover a conversão integral das bases de dados atualmente utilizadas pela Administração Municipal para a nova estrutura da solução ofertada, assegurando a integridade, consistência, rastreabilidade e disponibilidade das informações, bem como a preservação do histórico necessário à continuidade administrativa e ao atendimento das exigências legais e dos órgãos de controle.

Para fins de viabilização da migração, a Administração disponibilizará à contratada, após a assinatura do contrato, acesso às bases de dados existentes, bem como informações técnicas disponíveis, tais como layouts, dicionários de dados, estruturas conhecidas e demais elementos que possua, sem prejuízo da eventual necessidade de complementação por parte da contratada.

Na hipótese de inexistência ou insuficiência de documentação técnica das bases atualmente utilizadas, a contratada poderá empregar técnicas de engenharia reversa, exclusivamente como meio complementar à obtenção das informações necessárias à migração, não podendo tal circunstância implicar prejuízo à competitividade do certame, tampouco transferência integral de responsabilidade à Administração quanto à estruturação dos dados.

A contratada será integralmente responsável pela correta conversão, validação e consistência dos dados migrados, devendo promover testes, ajustes e validações junto à Administração, de modo a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

garantir o pleno funcionamento dos sistemas, sem perda de informações relevantes ou comprometimento da operação.

Eventuais inconsistências identificadas no processo de migração deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo a ser definido no cronograma de implantação, assegurada a continuidade dos serviços públicos e a conformidade com os requisitos técnicos e legais aplicáveis.

### 02 - Implantação de Programas

A implantação dos programas deverá ser no prazo máximo de 30 (trinta) dias, já com as bases contendo os dados convertidos e os sistemas de processamento adaptados à legislação do Município.

### 03 - Treinamento de pessoal

3.1. Simultaneamente à implantação, parametrização, conversão de dados, testes e disponibilização dos sistemas contratados, a futura contratada deverá promover treinamento operacional, técnico e funcional destinado aos servidores municipais indicados pela Administração, com a finalidade de assegurar a correta utilização dos sistemas, a adequada absorção da solução tecnológica e a plena continuidade dos serviços administrativos.

3.2. O treinamento deverá abranger, no mínimo, 10 (dez) servidores municipais da Prefeitura e 02 (dois) da Câmara, observada a distribuição mínima por sistema constante da tabela abaixo, sem prejuízo da participação de outros servidores, caso a Administração entenda necessário, desde que mantido o valor contratado.

PREFEITURA MUNICIPAL		
Sistema/Módulo	Quantitativo mínimo de servidores a serem treinados	Carga horária mínima
Contabilidade Pública	2 servidores	8 horas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL		
Sistema/Módulo	Quantitativo mínimo de servidores a serem treinados	Carga horária mínima
Recursos Humanos e Folha de Pagamento	2 servidores	8 horas
Arrecadação/Tributos	1 servidor	6 horas
Saúde	1 servidor	6 horas
Assistência Social	1 servidor	6 horas
Secretaria e Protocolo	1 servidor	6 horas
Controle Interno	1 servidor	4 horas
Ensino/Educação	1 servidor	6 horas
CÂMARA MUNICIPAL		
Contabilidade Pública	2 servidores	8 horas

3.3. A carga horária mínima total de treinamento será de 50 (cinquenta) horas PREFEITURA e 08 (oito) horas CÂMARA, distribuída entre os módulos/sistemas acima indicados, podendo ser executada de forma presencial, remota síncrona ou híbrida, conforme conveniência da Administração, desde que assegurada a efetiva transmissão do conteúdo e a plena capacitação dos usuários.

3.4. O treinamento deverá ser ministrado por profissional(is) qualificado(s), com conhecimento comprovado na operação dos sistemas ofertados, devendo contemplar, no mínimo:

- a) apresentação geral da solução e da interface do sistema;
- b) rotinas de acesso, perfis de usuários e regras de segurança;
- c) parametrizações básicas e operacionais;
- d) lançamento, consulta, processamento e extração de dados;
- e) emissão de relatórios, demonstrativos e documentos;
- f) funcionalidades, recursos disponíveis e integração entre módulos, quando houver;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

g) limitações operacionais do sistema e boas práticas de utilização;  
h) procedimentos de backup, rastreabilidade, controle e segurança da informação, quando aplicáveis;

i) rotinas de suporte, abertura de chamados e procedimentos para correção de falhas.

3.5. Os quantitativos previstos por sistema representam o mínimo obrigatório a ser observado pela contratada, podendo um mesmo servidor participar de treinamento em mais de um sistema, desde que a Administração assim determine e que reste efetivamente atendida a necessidade operacional de cada módulo.

3.6. O cronograma de treinamento deverá ser apresentado pela contratada em até 5 (cinco) dias úteis contados da emissão da ordem de serviço ou instrumento equivalente, contendo, no mínimo, datas, horários, metodologia, conteúdo programático, sistema a que se refere cada treinamento, nome do instrutor e identificação dos servidores participantes.

3.7. Ao final de cada treinamento, a contratada deverá fornecer:

- a) lista de presença assinada pelos participantes ou registro equivalente, em caso de treinamento remoto;
- b) material de apoio, manual do usuário, apostila, tutorial ou guia operacional em meio digital;
- c) certificado, declaração de participação ou documento equivalente;
- d) relatório conclusivo de treinamento, com indicação do conteúdo ministrado, carga horária cumprida, sistema correspondente e relação nominal dos participantes.

3.8. Caso a Administração identifique insuficiência na capacitação ministrada, inconsistência no conteúdo apresentado ou necessidade de complementação em razão de dificuldades operacionais dos usuários, a contratada deverá realizar, sem ônus adicional, treinamento complementar ou reforço de capacitação, em carga horária suficiente para suprir as lacunas constatadas.

3.9. O treinamento deverá ser concluído em prazo compatível com a implantação dos sistemas, de modo que os servidores já se encontrem aptos à utilização da solução quando do início efetivo da operação assistida ou da entrada em produção.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

3.10. O recebimento dos serviços de implantação ficará condicionado à comprovação da realização do treinamento nos termos deste item, com observância dos quantitativos mínimos por sistema, da carga horária mínima exigida e da entrega dos documentos comprobatórios correspondentes.

### PARTE 2 - REQUISITOS MÍNIMOS

Os programas deverão apresentar, no mínimo as seguintes condições:

1. Ser executados em ambiente multiusuário, em arquitetura cliente-servidor;
2. Possuir interface gráfica;
3. Possuir opção que permita o gerenciamento do sistema, no servidor de aplicações contendo, no mínimo:
  - a) Registro completo de cada acesso de cada usuário identificando suas ações;
  - b) Controle de direitos ou permissões dos usuários ao nível de comandos disponível na interface;
  - c) Possibilidade de habilitar e desabilitar qualquer permissão de usuário;
4. Possuir ferramenta que permita atualizar automaticamente os programas e tabelas legais, no servidor de aplicações, a partir do site do fornecedor;
5. Possuir tela de consultas ou pesquisas através de comandos SQL interativas;
6. Conter nos relatórios a possibilidade de personalização de layout e impressão de logotipos;
7. Possibilitar a geração dos relatórios em impressoras laser, matricial e jato de tinta, arquivo para transporte ou publicação e em tela;
8. Possuir histórico (log.) de todas as operações efetuadas por usuário (inclusões, alterações e exclusões) permitindo sua consulta e impressão para auditoria;
9. Permitir quantidade ilimitada de usuários simultâneos com total integridade dos dados;
10. Os sistemas deverão manter uma integração entre os módulos;
11. O sistema de Protocolo e Compras deve estar desenvolvido em linguagem que permita o funcionamento via Web;
12. O módulo do Pregão Eletrônico deverá ser desenvolvido em linguagem e plataforma totalmente web, totalmente compatível com os principais browsers do mercado (Microsoft Edge, Google Chrome, Firefox);



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

13. Possibilitar instalação e provimento do serviço através de datacenters;
14. Possibilitar instalação e provimento do serviço a partir da estrutura da própria Prefeitura;
15. Funcionar integrado em tempo real com o Departamento de Licitação e Contratos, sem a necessidade de transferências de arquivos e/ou sincronizações;
16. Possuir manual on-line;
17. No sistema de Arrecadação, os módulos de Escrituração de Notas e Nota Fiscal Eletrônica devem estar desenvolvidos em linguagem que permita o funcionamento via Web e deverá utilizar o mesmo banco de dados do sistema de Arrecadação, excluindo qualquer necessidade de importação de arquivos ou sincronização entre bancos de dados distintos para garantir a integração dos sistemas;
18. Todos os sistemas deverão estar integrados entre si, permitindo a troca de informações e evitando a duplicidade de lançamentos de registros pelos diversos setores envolvidos;
19. Além disso, a Contratada deverá fornecer solução para atualização automática dos sistemas através da rede mundial de computadores, mediante mensagem de alerta exibida de forma automática ao ser disparado evento de atualização, informando aos usuários da Contratante quanto a existência de versões mais novas, com exibição de numeração da versão em uso, versão atualizada e data de disponibilização;
20. Concomitante, em decorrência das atualizações dos sistemas, a Contratada deverá remeter informativos demonstrando, além das funcionalidades técnicas alteradas ou acrescentadas nos sistemas, os fundamentos determinantes da manutenção do conhecimento técnico mínimo suficiente à execução e utilização eficiente dos sistemas informatizados;
21. O sistema deve estar de acordo e atender as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público – NBCASP;
22. O sistema deve seguir modelos de relatórios e permitir a criação de novos conforme orientações do Tribunal de Contas do Estado, Secretaria do Tesouro Nacional – STN, do Ministério da Fazenda;
23. O sistema deve atender as legislações federais, estaduais, municipais, estatutos, bem como resoluções e normativas de órgãos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Corrente e da Câmara



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

Municipal de Ribeirão Corrente, permitindo a criação de novas funcionalidades conforme orientação e solicitações da contratante;

24. A solução deverá utilizar/funcionar com banco de dados plataforma livre sem restrições de limitação de utilização de memória RAM (Exemplos: Firebird e Postgre Sql). Não haverá custo adicional de licenciamento, caso o número de usuários, acessos simultâneos e/ou estações de trabalho seja alterado para mais ou para menos, esta variação estará automaticamente licenciada e não irá gerar custo adicional;

25. Possuir ferramenta para elaboração de relatórios a ser disponibilizada aos usuários, para confecção rápida de relatórios personalizados.

### **PARTE 3 - SIAFIC REQUISITOS MÍNIMOS**

- Decreto 10.540/2020 (PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA SISTEMAS DE CONTABILIDADE).
- Requisito 1 – Controlar e evidenciar as operações realizadas pelos Poderes e órgãos e os seus efeitos sobre bens, direitos, obrigações, receitas e despesas orçamentárias ou patrimoniais do ente federativo.
  - Fundamentação: art. 1º, §1º, I
- Requisito 2 – Controlar e evidenciar os recursos dos orçamentos, das alterações decorrentes de créditos adicionais, das receitas previstas e arrecadadas e das despesas empenhadas, liquidadas e pagas à conta desses recursos e das respectivas disponibilidades.
  - Fundamentação: art. 1º, §1º, II
- Requisito 3 – Controlar e evidenciar perante a Fazenda Pública a situação daqueles que arrecadem receitas, efetuem despesas e administrem ou guardem bens a elas pertencentes ou confiados.
  - Fundamentação: art. 1º, §1º, III
- Requisito 4 – Controlar e evidenciar a situação patrimonial do ente público e asua variação efetiva ou potencial, observada a legislação e normas aplicáveis.
  - Fundamentação: art. 1º, §1º, IV





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- Requisito 5 – Controlar e evidenciar as informações necessárias para subsidiar a apuração dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública.
- Fundamentação: art. 1º, §1º, V
- Requisito 6 – Controlar e evidenciar a aplicação dos recursos pelos entes federativos, agrupados por ente federativo beneficiado, incluído o controle de convênios, de contratos e de instrumentos congêneres.
- Fundamentação: art. 1º, §1º, VI
- Requisito 7 – Controlar e evidenciar as operações de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária das quais resultem débitos e créditos.
- Fundamentação: art. 1º, §1º, VII
- Requisito 8 – Emitir relatórios do Diário, Razão e Balancete Contábil, individuais ou consolidados, gerados em conformidade com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público estabelecido pelas normas gerais de consolidação das contas públicas a que se refere o § 2º do art. 50 da LC nº 101/2000.
- Fundamentação: art. 1º, §1º, VIII
- Requisito 9 – Permitir a emissão das demonstrações contábeis e dos relatórios e demonstrativos fiscais, orçamentários, patrimoniais, econômicos e financeiros previstos em lei ou em acordos nacionais ou internacionais, com disponibilização das informações em tempo real.
- Fundamentação: art. 1º, §1º, IX
- Requisito 10 – Controlar e evidenciar as operações intragovernamentais, com vistas à exclusão de duplicidades na apuração de limites e na consolidação das contas públicas.
- Fundamentação: art. 1º, §1º, X
- Requisito 11 – Controlar e evidenciar a origem e destinação dos recursos legalmente vinculados à finalidade específica.
- Fundamentação: art. 1º, §1º, XI
- Requisito 12 – Ser único no ente federativo e permitir a integração com os outros sistemas estruturantes.
- Fundamentação: art. 1º, §6º



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

### REQUISITOS DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

- Requisito 1 – observar as normas de consolidação das contas públicas, em razão da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Fundamentação: art. 3º
- Requisito 2 – Processar e centralizar o registro contábil dos atos e fatos que afetam ou podem afetar o patrimônio da entidade.
- Fundamentação: art. 4º
- Requisito 3 – Os registros contábeis realizados no SIAFIC deverão estar em conformidade com o mecanismo de débitos e créditos em partidas dobradas, ou seja, para cada lançamento a débito há outro lançamento a crédito de igual valor.
- Fundamentação: art. 4º, §1º, I
- Requisito 4 – Registro contábil deverá ser efetuado em idioma e moeda corrente nacionais.
- Fundamentação: art. 4º, §1º, II
- Requisito 5 – Permitir a conversão de transações realizadas em moeda estrangeira para moeda nacional à taxa de câmbio vigente na data do balanço.
- Fundamentação: art. 4º, §2º
- Requisito 6 – Registro contábeis devem ser efetuados de forma analítica e refletir a transação com base em documentação de suporte que assegure o cumprimento da característica qualitativa da verificabilidade. O SIAFIC somente deve permitir lançamentos contábeis em contas analíticas.
- Fundamentação: art. 4º, §4º
- Requisito 7 – Requisitos mínimos para lançamentos contábeis.
  - O registro contábil conterá, no mínimo, os seguintes elementos:

I.a data da ocorrência da transação;

II.a conta debitada;

III.a conta creditada;

IV.o histórico da transação, com referência à documentação de suporte, de forma descritiva ou por meio do uso de código de histórico padronizado;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

V.o valor da transação; e

VI.o número de controle dos registros eletrônicos que integrem um mesmo lançamento contábil.

- Fundamentação: art. 4º, §6º
- Requisito 8 – No SIAFIC, o registro dos bens, dos direitos e das obrigações deverá possibilitar a indicação dos elementos necessários à sua caracterização e identificação.
- Fundamentação: art. 4º, §7º
- Requisito 9 – Requisitos de segurança, preservação e disponibilidade dos documentos e dos registros contábeis.
- Fundamentação: art. 4º, §8º
- Requisito 10 – Deverá permitir a acumulação dos registros por centros de custos.
- Fundamentação: art. 4º, §9º
- Requisito 11 – VEDAÇÕES
  - Acumulação periódica de saldos sem a individualização de cada fato contábil (contabilização apenas na exportação de dados).
  - Alterações em base de dados que modifiquem a essência do fato contábil.
  - Utilização de ferramentas que refaçam lançamentos contábeis após o fato registrado.
  - DEVE: possuir rotina que permita correções ou anulações por meio de novos registros preservando o histórico original dos fatos anteriormente registrados.
- Fundamentação: art. 4º, §10
- Requisito 12 – A escrituração contábil deverá representar integralmente o fato ocorrido e observar à tempestividade necessária para que a informação contábil gerada não perca a sua utilidade. O SIAFIC assegurará a inalterabilidade das informações originais, impedindo alteração ou exclusão de lançamentos contábeis realizados.
- Fundamentação: art. 4º, §1º
- Requisito 13 - O SIAFIC conterá rotinas para a realização de correções ou de anulações por meio de novos registros, de forma a preservar o registro histórico dos atos.
- Fundamentação: art. 5º
- Requisito 14 – O SIAFIC ficará disponível até o vigésimo quinto dia do mês para a inclusão



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

de registros necessários à elaboração de balancetes relativos ao mês imediatamente anterior. O SIAFIC impedirá a realização de lançamentos após o dia 25 do mês subsequente.

- Fundamentação: art. 6º, I c/c §1º
- Requisito 15 - O SIAFIC ficará disponível até trinta de janeiro para o registro dos atos de gestão orçamentária e financeira relativos ao exercício imediatamente anterior, inclusive para a execução das rotinas de inscrição e cancelamento de restos a pagar. O SIAFIC impedirá a realização de lançamentos após o dia 30 de janeiro.
- Fundamentação: art. 6º, II
- Requisito 16 - O SIAFIC ficará disponível até trinta de março para os demais ajustes necessários à elaboração das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior e para as informações com periodicidade anual a que se referem o §2º do art. 48 e o art. 51 da LC nº 101/2000. O SIAFIC impedirá a realização de lançamentos após trinta de março.
- Fundamentação: art. 6º, III

### **REQUISITOS DE TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

- Requisito 1 – O SIAFIC disponibilizará, em meio eletrônico e de forma pormenorizada, as informações sobre a execução orçamentária e financeira, em tempo real (até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil, respeitados os termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018).
- Fundamentação: art. 7º, §1º
- Requisito 2 - Facilidade de compartilhamento e dados abertos, permissão dos dados por meio eletrônico.
- Fundamentação: art. 7º, §3º, I
- Requisito 3 – Observar requisitos de acessibilidade de governo eletrônico.
- Fundamentação: art. 7º, §3º, II
- Requisito 4 – A disponibilização em meio eletrônico de acesso público observará os requisitos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Fundamentação: art. 7º, §3º, III



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- Requisito 5 – O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes ao empenho, à liquidação e ao pagamento.
- Fundamentação: art. 8º, I, a
- Requisito 6 – O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras do número do processo que instruir a execução orçamentária da despesa, quando for o caso.
- Fundamentação: art. 8º, I, b
- Requisito 7 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes à classificação orçamentária, com a especificação da unidade orçamentária, da função, da subfunção, da natureza da despesa, do programa e da ação e da fonte dos recursos que financiou o gasto
- Fundamentação: art. 8º, I, c
- Requisito 8 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes aos desembolsos independentes da execução orçamentária.
- Fundamentação: art. 8, I, d
- Requisito 9 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados referentes a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, com seu respectivo número de inscrição no CPF ou no CNPJ, inclusive quanto aos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto na hipótese de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários.
- Fundamentação: art. 8º, I, e
- Requisito 10 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

ou executoras dos dados referentes aos convênios realizados, com o número do processo correspondente, o nome e identificação por CPF ou CNPJ do conveniente, o objeto e o valor.

- Fundamentação: art. 8, I, f
- Requisito 11 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à despesa, dos dados referentes ao procedimento licitatório realizado, ou a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do respectivo processo.
- Fundamentação: art. 8, I, g
- Requisito 12 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à despesa, dos dados referentes à descrição do bem ou do serviço adquirido, quando for o caso.
- Fundamentação: art. 8º, I, h
- Requisito 13 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores relativos à previsão da receita na lei orçamentária anual.
- Fundamentação: art. 8º, II, a
- Requisito 14 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras, quanto à receita, dos dados e valores relativos ao lançamento, resguardado o sigilo fiscal na forma da legislação, quando for o caso.
- Fundamentação: art. 8º, II, b
- Requisito 15 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores relativos à arrecadação, inclusive referentes a recursos extraordinários.
- Fundamentação: art. 8º, II, c
- Requisito 16 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores referentes ao recolhimento.

- Fundamentação: art. 8º, II, d
- Requisito 17 - O SIAFIC, diretamente ou por intermédio de integração com outros sistemas estruturantes, disponibilizará as informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras ou executoras dos dados e valores referentes à classificação orçamentária, com a especificação da natureza da receita e da fonte de recursos.
- Fundamentação: art. 8º, II, e

### REQUISITOS TECNOLÓGICOS

- Requisito 1 – O SIAFIC deverá permitir o armazenamento, a integração, a importação e a exportação de dados, observados o formato, a periodicidade e o sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União.
- Fundamentação: art. 9º, I
- Requisito 2 – Conter mecanismos que garantam a integridade, confiabilidade, auditabilidade e disponibilidade dos dados.
- Fundamentação: art. 9º, II
- Requisito 3 – Identificação nos documentos que geraram os registros contábeis, identificação do sistema de origem.
- Fundamentação: art. 9º, III
- Requisito 4 – Atenderá, preferencialmente, a arquitetura dos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – ePING.
- Fundamentação: art. 10
- Requisito 5 – Controle de acesso baseado na segregação de funções.
- Fundamentação: art. 11, caput
- Requisito 6 – Acesso ao sistema somente por usuários previamente cadastrados por meio de CPF ou certificado digital e codificação própria e intransferível.
- O SIAFIC deverá impedir a criação de usuários sem a indicação de CPF ou certificado digital



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- Fundamentação: art. 11, §1º
- Requisito 7 – O SIAFIC manterá controle da concessão e da revogação das senhas de acesso ao sistema.
- Fundamentação: art. 11, §4º
- Requisito 8 - O SIAFIC arquivará os documentos referentes ao cadastramento e à habilitação de cada usuário e os mantém em boa guarda e conservação, em arquivo eletrônico centralizado, que permita a consulta por órgãos de controle interno e externo e por outros usuários.
- Fundamentação: art. 11, §5º
- Requisito 9 - O registro das operações de inclusão, exclusão ou alteração de dados efetuadas pelos usuários será mantido no SIAFIC e conterá, no mínimo:
  - o código CPF do usuário;
  - a operação realizada; e
  - a data e a hora da operação.
- Fundamentação: art. 12
- O SIAFIC deverá manter o registro das operações efetuadas no sistema.
- Requisito 10 – Deverá conter mecanismos de proteção contra acesso direto à base de dados não autorizados.
- Fundamentação: art. 14
- Requisito 11 – Deverá vedar a manipulação da base de dados e registrar cada operação realizada em histórico gerado pelo banco de dados.
- Fundamentação: art. 14, §2º
- Requisito 12 - Deverá ocorrer backups de segurança, preferencialmente diários (verificar o que ficou definido em contrato).
- Fundamentação: art. 15

### PARTE 4 - ESPECIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

Os proponentes não precisam possuir programas com os nomes indicados, nem distribuídos na forma abaixo especificada, entretanto, os programas ou módulos apresentados pelo proponente deverão atender todas as exigências especificadas nos itens que compõem esta parte.

PROGRAMAS	
ITEM 1.	<u>SOFTWARE PARA CONTABILIDADE PÚBLICA E AUDESP</u>
ITEM 2.	<u>SOFTWARE PARA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTOS</u>
ITEM 3.	<u>SOFTWARE PARA GESTÃO DE RECEITAS (ARRECADAÇÃO)</u>
ITEM 4.	<u>SOFTWARE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA</u>
ITEM 5.	<u>SOFTWARE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</u>
ITEM 6.	<u>SOFTWARE DE SECRETARIA E PROTOCOLO</u>
ITEM 7.	<u>SOFTWARE DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL</u>
ITEM 8.	<u>SOFTWARE DE ENSINO</u>

### ITEM 1. SOFTWARE PARA CONTABILIDADE PÚBLICA E AUDESP

1.1 Contabilizar as dotações orçamentárias e demais atos da execução orçamentária e financeira.

1.2 Utilizar o Empenho para:

1.2.1 Comprometimento dos créditos orçamentários

1.3 Emitir a nota de empenho ou documento equivalente definido pela entidade pública para a liquidação e a posterior Ordem de Pagamento para a efetivação de pagamentos.

1.4 Permitir que os empenhos globais e estimativos sejam passíveis de complementação ou anulação parcial ou total, e que os empenhos ordinários sejam passíveis de anulação parcial ou total.

1.5 Possibilitar no cadastro do empenho a inclusão, quando cabível, das informações relativas ao processo licitatório, fonte de recursos, detalhamento da fonte de recursos, número da obra, convênio e o respectivo contrato.

1.6 Permitir a incorporação patrimonial na emissão ou liquidação de empenhos.

1.7 Permitir a utilização de objeto de despesas na emissão de empenho para acompanhamento de gastos da entidade.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.8 Permitir o controle de reserva das dotações orçamentárias possibilitando o seu complemento, anulação e baixa através da emissão do empenho.

1.9 Permitir a contabilização de registros no sistema compensado de forma concomitante aos movimentos efetuados na execução orçamentária.

1.10 Permitir a emissão de etiquetas de empenhos.

1.11 Permitir que os documentos da entidade (notas de empenho, liquidação, ordem de pagamento, etc.) sejam impressas de uma só vez através de uma fila de impressão.

1.12 Permitir a alteração das datas de vencimento dos empenhos visualizando a data atual e a nova data de vencimento sem a necessidade de efetuar o estorno das liquidações do empenho.

1.13 Permitir a contabilização utilizando o conceito de eventos associados a roteiros contábeis e partidas dobradas.

1.14 Não permitir a exclusão de lançamentos contábeis automáticos da execução orçamentária.

1.15 Permitir a utilização de históricos padronizados e históricos com texto livre.

1.16 Permitir cancelar/estornar registros contábeis feitos independente da execução orçamentária nos casos em que se apliquem.

1.17 Permitir a reapropriação de custos a qualquer momento.

1.18 Permitir a informação de retenções na emissão ou liquidação do empenho.

1.19 Permitir a contabilização de retenções na liquidação ou pagamento do empenho.

1.20 Permitir a utilização de subempenho para liquidação de empenhos globais ou estimativos.

1.21 Permitir a configuração do formulário de empenho de forma a compatibilizar o formato da impressão com os modelos da entidade.

1.22 Permitir controle de empenho referente a uma fonte de recurso.

1.23 Permitir controlar empenhos para adiantamentos, subvenções, auxílios contribuições, convênios e repasses de recursos antecipados.

1.24 Permitir controlar os repasses de recursos antecipados, limitando o empenho a uma quantidade limite de repasses, de forma parametrizável para todos os tipos de recursos antecipados.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 1.25 Permitir controlar os repasses de recursos antecipados limitando o número de dias para a prestação de contas, podendo esta limitação ser de forma informativa ou restritiva.
- 1.26 Permitir bloquear um fornecedor/credor para não permitir o recebimento de recurso antecipado caso o mesmo tenha prestação de contas pendentes com a contabilidade.
- 1.27 Emitir documento final (recibo de prestação de contas) no momento da prestação de contas do recurso antecipado.
- 1.28 Emitir relatório que contenham os recursos antecipados concedidos, em atraso e pendentes, ordenando os mesmos por tipo de recursos antecipados, credor ou data limite da prestação de contas.
- 1.29 Utilizar calendário de encerramento contábil para os diferentes meses, para a apuração e apropriação do resultado, não permitindo lançamentos nos meses já encerrados.
- 1.30 Assegurar que as contas só recebam lançamentos contábeis no último nível de desdobramento do Plano de Contas utilizado.
- 1.31 Disponibilizar rotina que permita a atualização do Plano de Contas, dos eventos, e de seus roteiros contábeis de acordo com as atualizações do respectivo Tribunal de Contas.
- 1.32 Permitir que se defina vencimento para recolhimento de retenções efetuadas quando a mesma é proveniente de Folha de Pagamento.
- 1.33 Permitir cadastrar os precatórios da entidade.
- 1.34 Permitir acompanhar a contabilização das retenções, desde a sua origem até o seu recolhimento, possibilitando ao usuário saber em qual documento e data foi recolhida qualquer retenção, permitindo assim a sua rastreabilidade.
- 1.35 Permitir elaboração e alteração da ordem de pagamento dos empenhos sem a necessidade de efetuar do pagamento.
- 1.36 Permitir restringir o acesso a unidades orçamentárias e unidades gestoras para determinados usuários.
- 1.37 Possibilitar a contabilização automática dos registros provenientes dos sistemas de arrecadação, gestão de pessoal, patrimônio público, licitações e contratos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.38 Permitir contabilizar automaticamente as depreciações dos bens de acordo com os métodos de depreciação definidos pelas NBCASP, utilizando vida útil e valor residual para cada um dos bens.

1.39 Permitir contabilizar automaticamente a reavaliação dos valores dos bens patrimoniais de acordo com o processo de reavaliação efetuado no sistema de patrimônio.

1.40 Permitir a exportação, na base de dados da prefeitura, de dados cadastrais para as demais unidades gestoras descentralizadas do município.

1.41 Permitir a importação de dados cadastrais nas unidades gestoras descentralizadas do município a partir das informações geradas pela prefeitura.

1.42 Permitir a exportação do movimento contábil com o bloqueio automático dos meses nas unidades gestoras descentralizadas do município para posterior importação na prefeitura, permitindo assim a consolidação das contas públicas do município.

1.43 Permitir a importação, na base de dados da prefeitura, do movimento contábil das unidades gestoras descentralizadas do município, permitindo assim a consolidação das contas públicas do município.

1.44 Permitir que ao final do exercício os empenhos que apresentarem saldo possam ser inscritos em restos a pagar, de acordo com a legislação, e que posteriormente possam ser liquidados, pagos ou cancelados no exercício seguinte.

1.45 Permitir iniciar a execução orçamentária e financeira de um exercício, mesmo que não tenha ocorrido o fechamento contábil do exercício anterior, atualizando e mantendo a consistência dos dados entre os exercícios.

1.46 Possibilitar a transferência automática das conciliações bancárias do exercício para o exercício seguinte.

1.47 Possibilitar a transferência automática dos saldos de balanço do exercício para o exercício seguinte.

1.48 Possibilitar a reimplantação automática de saldos quando a implantação já tiver sido realizada de modo que os saldos já implantados sejam substituídos.

1.49 Emitir o Relatório de Gastos com a Educação, conforme legislação vigente.

1.50 Emitir o Relatório de Gastos com o FUNDEB, conforme Lei nº 9.394/1996.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 1.51 Emitir relatórios contendo os dados da Educação para preenchimento do SIOPE
- 1.52 Emitir relatórios contendo os dados da Saúde para preenchimento do SIOPS
- 1.53 Emitir relatório de Apuração do PASEP com a opção de selecionar as receitas que compõe a base de cálculo, o percentual de contribuição e o valor apurado.
- 1.54 Emitir o Relatório de Arrecadação Municipal, conforme regras definidas no artigo 29-A da Constituição Federal de 1988.
- 1.55 Emitir relatório Demonstrativo de Repasse de Recursos para a Educação, conforme Lei 9.394/96 (LDB), que demonstre as receitas que compõem a base de cálculo, o percentual de vinculação, o valor arrecadado no período e o valor do repasse.
- 1.56 Emitir o Quadro dos Dados Contábeis Consolidados, conforme regras definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.
- 1.57 Emitir todos os anexos de balanço, global e por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, exigidos pela Lei nº 4.320/1964 e suas atualizações:
  - 1.57.1 Anexo 12 – Balanço Orçamentário;
  - 1.57.2 Anexo 13 – Balanço Financeiro;
  - 1.57.3 Anexo 14 – Balanço Patrimonial;
  - 1.57.4 Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais
  - 1.57.5 Anexo 16 – Demonstração da Dívida Fundada Interna;
  - 1.57.6 Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante.
- 1.58 Emitir relatório Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada;
- 1.59 Emitir relatório Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada;
- 1.60 Permitir a criação de relatórios gerenciais pelo próprio usuário.
- 1.61 Permitir a composição de valores de determinado Grupo de Fonte de Recursos ou Detalhamento da Fonte, e ainda, valores específicos relacionados à Saúde, Educação e Precatórios para utilização na emissão de demonstrativos.
- 1.62 Possibilitar a definição de um nível contábil ou uma categoria econômica específica, para a composição de um valor que será impresso em um demonstrativo.
- 1.63 Permitir a impressão de demonstrativos com valores em milhares e em milhões de reais.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

1.64 Permitir a criação de relatórios a partir de dados informados pelo usuário.

1.65 Armazenar os modelos dos relatórios criados pelo usuário diretamente no banco de dados do sistema.

1.66 Emitir relatório da proposta orçamentária municipal consolidada (administração direta e indireta), conforme exigido pela Lei nº 4.320/1964 e suas atualizações.

1.67 Emitir relatório para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, com as seguintes informações:

1.67.1 Receitas Municipais: SIOPS;

1.68 Despesas Municipais: Saúde por Subfunção, Saúde por Categoria Econômica, Saneamento por Categoria e Resumo.

1.69 Emitir relatório e gerar arquivos para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação - SIOPE, com as seguintes informações:

1.69.1 Quadro Resumo das Despesas;

1.69.2 Quadro Consolidado de Despesas;

1.69.3 Demonstrativo da Função Educação.

1.70 Gerar arquivos para a Secretaria da Receita Federal, conforme layout definido no Manual Normativo de Arquivos Digitais – MANAD.

1.71 Gerar arquivos para prestação de contas aos Tribunais de Contas.

1.72 Emitir todos os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária da Lei de Responsabilidade, conforme modelos definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.73 Emitir todos os Relatórios de Gestão Fiscal da Lei de Responsabilidade, conforme modelos definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional.

1.74 Emitir relatórios de conferência das informações mensais relativas aos Gastos com Pessoal, Educação, Saúde e FUNDEB.

### **Módulo para Planejamento e Orçamento**

1.75 Permitir o lançamento por Fonte de Recurso no PPA e LDO da classificação funcional programática da Despesa até o nível de Ação (Órgão, Unidade Orçamentária, Unidade Executora,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

Função, Subfunção, Programa e Ação). Também permitir a classificação por categoria econômica da receita e despesa da LOA por Fonte de Recurso e Código de Aplicação.

1.76 Permitir a exportação das mesmas informações cadastradas no PPA para a LDO utilizando Leis de aprovações diferentes das peças de planejamento.

1.77 Permitir elaborar o PPA utilizando informações do PPA anterior.

1.78 Possuir integração entre os módulos PPA, LDO e LOA, com cadastro único das peças de planejamento como Órgão, Unidade, Programa, Ação, Subação, Categoria Econômica, Fonte de Recursos etc.

1.79 Possuir tabela cadastral contendo todas as categorias econômicas de acordo com a legislação vigente (Portarias atualizadas da STN).

1.80 Possibilitar a utilização de no mínimo três níveis para a composição da estrutura institucional, bem como parametrização das máscaras.

1.81 Manter um cadastro de programas de governo identificando os de duração continuada e os duração limitada no tempo.

1.82 Permitir agregar programas de governo de acordo com seus objetivos comuns.

1.83 Permitir o estabelecimento de indicadores que permitam a avaliação dos programas.

1.84 Armazenar descrição detalhada dos objetivos para cada programa, vinculando o produto resultante para sua execução.

1.85 Permitir o cadastro e gerenciamento de pessoas responsáveis pela realização e acompanhamento das peças de planejamento.

1.86 Permitir o desdobramento das ações, criando um nível mais analítico para o planejamento.

1.87 Possibilitar o estabelecimento de metas quantitativas e financeiras para os programas de governo e suas respectivas ações.

1.88 Permitir a vinculação de um mesmo programa em vários órgãos e unidades de governo.

1.89 Possibilitar a vinculação de uma mesma ação de governo para vários programas governamentais.

1.90 Possibilitar a Projeção das Receitas e das Despesas nas peças de planejamento.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.91 Manter cadastro das leis e decretos que aprovam, alteram, excluem ou incluem os itens do Plano Plurianual.

1.92 Permitir gerenciar as alterações efetuadas no decorrer da vigência do PPA, registrando estas alterações sem afetar os dados originais (armazenar os históricos).

1.93 Permitir que uma alteração legal do PPA tenha sua movimentação refletida automaticamente em uma ou duas LDO.

1.94 Permitir elaborar e gerenciar várias alterações legais do PPA simultaneamente, controlando cada uma delas juntamente com a sua respectiva situação (elaboração, tramitação, inclusão de emendas, aprovada, arquivada etc.) e mantendo histórico das operações.

1.95 Emitir relatórios que identifique e classifique os programas de governo.

1.96 Emitir relatórios que identifique e classifique as ações governamentais.

1.97 Emitir relatório que demonstre as metas físicas e financeiras dos programas e ações de governo

1.98 Permitir emitir relatórios das metas das ações do programa de governo agrupando as informações por qualquer nível de codificação da despesa (função, Subfunção, programa, ação, categoria econômica e fonte de recursos).

1.99 Emitir relatório que demonstre as fontes de recurso da administração direta e indireta.

1.100 Emitir os Anexos I, II, III e IV em conformidade com o estabelecido pelo TCE- SP.

1.101 Permitir elaborar a LDO utilizando informações da LDO anterior ou do PPA em vigência; Possibilitar a importação das Estimativas das Receitas e Metas do PPA para a LDO enquanto a LDO inicial ainda não estiver aprovada.

1.102 Possuir integração entre os módulos PPA, LDO e LOA, com cadastro único das peças de planejamento como Órgão, Unidade, Programa, Ação, Subação, Categoria Econômica, Fonte de Recursos etc.

1.103 Permitir o desdobramento das ações do programa de governo, criando um nível mais analítico para o planejamento.

1.104 Permitir o cadastramento de metas fiscais consolidadas para emissão de demonstrativo da LDO, conforme modelo definido pela STN.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.105 Permitir gerenciar as alterações efetuadas no decorrer da vigência da LDO, registrando estas alterações sem afetar os dados originais (armazenar os históricos).

1.106 Deve emitir o Anexo de Riscos Fiscais e Providências, que deverá ser apresentado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme determinado pela Portaria da STN que trata o Manual de Demonstrativos Fiscais.

1.107 Deve emitir o Demonstrativo de Metas Fiscais com as metas anuais relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício da LDO e para os dois exercícios seguintes.

1.108 Deve emitir demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos.

1.109 Deve demonstrar a evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.

1.110 Emitir demonstrativo da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS.

1.111 Deve emitir demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

1.112 Deve emitir demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

1.113 Permitir a gerência e a atualização da tabela de Classificação Econômica da Receita e Despesa, da tabela de componentes da Classificação Funcional Programática, Fonte de Recursos, Grupo de Fonte de Recursos, especificadas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 e suas atualizações, em especial a Portaria 42 de 14/04/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº 163 de 04/05/2001 e Portaria STN nº 300, de 27/06/2002.

1.114 Gerar proposta orçamentária do ano seguinte importando o orçamento do ano em execução e permitir a atualização do conteúdo e da estrutura da proposta gerada.

1.115 Permitir incluir informações oriundas das propostas orçamentárias dos órgãos da administração indireta para consolidação da proposta orçamentária do município, observando o disposto no artigo 50, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.116 Disponibilizar, ao início do exercício, o orçamento aprovado para a execução orçamentária. Em caso de no início do exercício não se ter o orçamento aprovado, disponibilizar dotações conforme dispuser a legislação municipal.

1.117 Permitir elaborar a LOA utilizando informações do PPA ou da LDO em vigência.

1.118 Manter cadastro das leis e decretos que aprovam, alteram ou incluem os itens na LOA.

1.119 Permitir a abertura de créditos adicionais, exigindo informação da legislação de autorização e resguardando o histórico das alterações de valores ocorridas.

1.120 Permitir a atualização total ou seletiva da proposta orçamentária através da aplicação de percentuais ou índices.

1.121 Permitir o bloqueio e desbloqueio de dotações, inclusive objetivando atender ao artigo 9 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

1.122 Possibilitar a Projeção das Receitas e das Despesas nas peças de planejamento.

1.123 Permitir a utilização de cotas de despesas, podendo ser no nível de unidade orçamentária ou dotação ou vínculo, limitadas às estimativas de receitas. Permitir também a utilização do Cronograma de Desembolso Mensal (AUDESP).

1.124 Armazenar dados do orçamento e disponibilizar consulta global ou detalhada por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional.

1.125 Emitir relatório da proposta orçamentária municipal consolidada (administração direta e indireta) conforme exigido pela Lei nº 4.320/1964, Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

1.126 Emitir todos os anexos de orçamento, global e por órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, exigidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

1.127 Emitir relatório da proposta orçamentária consolidada (administração direta e indireta) conforme exigido pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

1.128 Anexo 1 – Demonstração da Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas;

1.129 Anexo 2 – Receita Segundo as Categorias Econômicas e Natureza da Despesa Segundo as Categorias econômicas;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.130 Anexo 3 – Programa de Trabalho;

1.131 Anexo 4 – Programa de Trabalho de Governo;

1.132 Anexo 5 – Demonstrativo da Despesa por Função, Programas e Subprogramas, conforme o vínculo com os Recursos (adequado ao disposto na Portaria nº 42 de 14/04/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão);

1.133 Anexo 6 – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (adequado ao disposto na Portaria nº 42 de 14/04/1999 do Ministério do Orçamento e Gestão).

1.134 Integrar-se totalmente às rotinas da execução orçamentária possibilitando o acompanhamento da evolução da execução do orçamento.

1.135 Emitir relatório da proposta orçamentária municipal Consolidada por Programa de Governo, destacando Ações Governamentais por Programa de Governo. Listar para estas Ações Governamentais os seus respectivos valores, finalidade e metas físicas a serem alcançadas.

1.136 Emitir relatório com controle de percentuais sobre a proposta da LOA para cálculos da educação, saúde, pessoal, inativos e pensionistas do RPPS.

### **Módulo para Tesouraria**

1.137 Permitir a configuração do formulário de cheque, pelo próprio usuário, de forma a compatibilizar o formato da impressão com os modelos das diversas entidades bancárias.

1.138 Possuir controle de talonário de cheques.

1.139 Permitir a emissão de cheques e respectivas cópias.

1.140 Conciliar os saldos das contas bancárias, emitindo relatório de conciliação bancária.

1.141 Permitir conciliar automaticamente toda a movimentação de contas bancárias dentro de um período determinado.

1.142 Geração de Ordem Bancária Eletrônica ou Borderôs em meio magnético, ajustável conforme as necessidades do estabelecimento bancário.

1.143 Possuir integração com o sistema de arrecadação possibilitando efetuar de forma automática a baixa dos tributos pagos diretamente na tesouraria.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

1.144 Possuir total integração com o sistema de contabilidade pública efetuando a contabilização automática dos pagamentos e recebimentos efetuados pela tesouraria sem a necessidade de geração de arquivos.

1.145 Permitir agrupar diversos pagamentos a um mesmo fornecedor em um único cheque.

1.146 Permitir a emissão de Ordem de Pagamento.

1.147 Permitir que em uma mesma Ordem de Pagamento possam ser agrupados diversos empenhos para um mesmo fornecedor.

1.148 Possibilitar a emissão de relatórios para conferência da movimentação diária da Tesouraria.

1.149 Permitir a emissão de cheques para contabilização posterior.

1.150 Permitir parametrizar se a emissão do borderô efetuará automaticamente o pagamento dos empenhos ou não.

1.151 Permitir a autenticação eletrônica de documentos.

### Módulo para Administração de Estoque

1.152 Permitir o gerenciamento integrado dos estoques de materiais existentes nos diversos almoxarifados;

1.153 Utilizar centros de custo na distribuição de materiais, para apropriação e controle do consumo;

1.154 Possuir controle da localização física dos materiais no estoque;

1.155 Permitir a geração de pedidos de compras para o setor de licitações;

1.156 Permitir que ao realizar a entrada de materiais possa ser vinculada com o respectivo Pedido de Compra, controlando assim o saldo de material a entregar.

1.157 Manter controle efetivo sobre as requisições de materiais, permitindo atendimento parcial de requisições e mantendo o controle sobre o saldo não atendido das requisições;

1.158 Efetuar cálculo automático do preço médio dos materiais;

1.159 Controlar o estoque mínimo, máximo dos materiais de forma individual.

1.160 Manter e disponibilizar em consultas e relatórios, informações históricas relativas à movimentação do estoque para cada material, de forma analítica;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 1.161 Permitir o registrar inventário;
- 1.162 Tratar a entrada de materiais recebidos em doação ou devolução;
- 1.163 Possuir integração com o sistema de administração de frotas efetuando entradas automáticas nos estoques desse setor;
- 1.164 Permitir controlar a aquisição de materiais de aplicação imediata;
- 1.165 Permitir bloquear as movimentações em períodos anteriores a uma data selecionada;
- 1.166 Possibilitar a definição parametrizada através de máscara dos locais físicos e de classificação de materiais;
- 1.167 Possibilitar restringir o acesso dos usuários somente a almoxarifados específicos;
- 1.168 Possuir total integração com o sistema de compras e licitações possibilitando o cadastro único dos produtos e fornecedores e efetuando a visualização dos pedidos de compras naquele sistema;
- 1.169 Emitir recibo de entrega de materiais;
- 1.170 Permitir a movimentação por código de barras;
- 1.171 Elaborar relatórios de Consumo Médio e de Curva ABC.

### **Módulo para Gestão de Compras e Licitação**

- 1.172 Registrar os processos licitatórios identificando o número do processo, objeto, modalidade de licitação e datas do processo;
- 1.173 Possuir meios de acompanhamento de todo o processo de abertura e julgamento da licitação, registrando a habilitação, proposta comercial, anulação, adjudicação e emitindo o mapa comparativo de preços;
- 1.174 Permitir o cadastramento de comissões julgadoras: especial, permanente, servidores e leiloeiros, informando as portarias e datas de designação ou exoneração e expiração, com controle sobre o prazo de investidura;
- 1.175 Permitir consulta ao preço praticado nas licitações, por fornecedor ou material;
- 1.176 Disponibilizar a Lei de Licitações em ambiente hipertexto;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.177 Possuir rotina que possibilite que a pesquisa de preço e a proposta comercial sejam preenchidos pelo próprio fornecedor, em suas dependências e, posteriormente, enviada em meio magnético para entrada automática no sistema, sem necessidade de redigitação;

1.178 Permitir efetuar o registro do extrato contratual, da carta contrato, da execução da autorização de compra, da ordem de serviço, dos aditivos, rescisões, suspensão, cancelamento e reajuste de contratos;

1.179 Integrar-se com a execução orçamentária gerando automaticamente as autorizações de empenho e a respectiva reserva de saldo;

1.180 Utilizar registro geral de fornecedores, desde a geração do edital de chamamento até o fornecimento do “Certificado de Registro Cadastral”, controlando o vencimento de documentos, bem registrar a inabilitação por suspensão ou rescisão do contrato, controlando a data limite de inabilitação;

1.181 Permitir o parcelamento e cancelamento das Autorizações de Compra e Ordens de Serviço;

1.182 Permitir que documentos como editais, autorizações de fornecimento, ordens de execução de serviços, extrato contratual, cartas contrato, deliberações e pareceres possam ser formatados pelo usuário, permitindo selecionar campos constantes bem sua disposição dentro do documento;

1.183 Permitir a cópia de solicitações de forma a evitar redigitação de dados de processos similares;

1.184 Todas as tabelas comuns aos sistemas de licitações e de materiais devem ser únicas, de modo a evitar a redundância e a discrepância de informações;

1.185 Registrar a Sessão Pública do Pregão;

1.186 Permitir o controle sobre o saldo de licitações;

1.187 Permitir fazer aditamentos, e atualizações de registro de preços;

1.188 Permitir cotação de preço para a compra direta;

### **Módulo Pregão Eletrônico**

1.189 Possuir disponibilização de chave de acesso para licitantes através de função solicitação de chave na plataforma, com a necessidade de identificação dos dados da empresa e representante.

1.190 Envio de chave de acesso através de e-mail enviado pelo sistema.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 1.191 Permitir o licitante credenciar-se e anexar documentos na participação ao processo licitatório.
- 1.192 Permitir o licitante inserir valores da proposta e anexar a proposta digitalizada.
- 1.193 Permitir o licitante inserir os documentos para a Habilitação através do sistema de pregão eletrônico.
- 1.194 Permitir o licitante efetuar lances de menor valor ou de valores intermediários na etapa de disputa e em tempo real.
- 1.195 Vedar a identificação dos licitantes na sessão até o fim da etapa de lances.
- 1.196 Permitir definir critério de disputa Aberto ou Aberto e Fechado para o processo.
- 1.197 Possuir parametrização padronizada pelo sistema referente aos tempos adotados na sessão, permitindo alterações se necessário.
- 1.198 Possuir geração de chave de acesso pelo pregoeiro para acesso e condução da sessão.
- 1.199 Possuir menu detalhado e resumido para acompanhamento do Pregoeiro.
- 1.200 Permitir definição de obrigatoriedade ou não do preenchimento da marca na inclusão das propostas.
- 1.201 Permitir classificação e abertura de itens em lance sem limitação de itens abertos.
- 1.202 Permitir ao pregoeiro o estorno de lances, se necessário.
- 1.203 Permitir ao pregoeiro a reabertura do item em fases anteriores, se necessário.
- 1.204 Possuir chat para envio de mensagens entre o pregoeiro e licitantes com possibilidade de envio de anexos.
- 1.205 Permitir envio de mensagem direcionada ao licitante selecionado.
- 1.206 Possuir cronometragem individual nos itens para acompanhamento do tempo em lance.
- 1.207 Possuir lances randômicos automáticos para o critério Aberto e Fechado com informação ao licitante de fechamento iminente do item.
- 1.208 Possuir prorrogações de lances automáticas conforme o critério adotado inicialmente.
- 1.209 Possuir alteração de redução mínima na etapa de lances.
- 1.210 Permitir a negociação com o licitante do melhor lance ofertado para o item.
- 1.211 Permitir julgamento de lances para itens com atendimento a Lei Complementar nº 147/2014.
- 1.212 Permitir a verificação automática e concessão do benefício da Lei Complementar nº 123/2006.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.213 Possuir critérios de desempate por sorteio ou com lances fechados para os licitantes empatados.

1.214 Permitir aceitação do item.

1.215 Permitir recusar-se o item situando-os como Fracassado, Anulado ou Revogado e detalhando o motivo.

1.216 Permitir Habilitação dos licitantes vencedores ou todos os licitantes.

1.217 Permitir Inabilitação dos licitantes, repassando o item automaticamente para o licitante que esteja apto e de melhor classificação na etapa de lances.

1.218 Permitir negociação após a etapa de habilitação.

1.219 Permitir desempate após a etapa de habilitação.

1.220 Permitir aceitar ou recusar item pelos motivos já citados após a etapa de habilitação.

1.221 Permitir a filtragem dos itens apenas em lance ou finalizados, para melhor visualização na etapa de lances.

1.222 Possuir tela para manifestação da intenção de recursos por parte dos licitantes.

1.223 Permitir ao pregoeiro e aos licitantes a análise dos documentos de habilitação inseridos após o fim da etapa de lances.

1.224 Permitir a suspensão da sessão por questão Administrativa, Judicial ou Cautelar com informação do motivo e data e horário previsto para retorno.

1.225 Permitir o reinício da sessão em mesma etapa onde esta foi paralisada.

1.226 Permitir o público interessado visualizar os acontecimentos da sessão em tempo real.

1.227 Permitir a geração e disponibilização de ata assinada e digitalizada para download na plataforma.

1.228 Possuir integração automática com o módulo de compras para emissão dos pedidos de empenho e lançamentos de almoxarifado, subtraindo os saldos do processo. Possuir integração automática com o módulo de licitações para geração e transmissão dos processos ao Audep.

1.229 Possuir integração automática com o módulo de contratos para emissão de contratos e atas referentes ao processo, trazendo informações de maneira automática.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

1.230 Possuir integração automática com o módulo da contabilidade para a vinculação dos processos aos empenhos e geração de reservas nas fichas selecionadas no processo.

1.231 Permitir a atualização de registro de preço para processos feitos através da plataforma de pregão eletrônico.

1.232 Permitir a alteração do saldo remanescente em processos feitos através da plataforma de pregão eletrônico.

1.233 Permitir acesso ao Pregão Eletrônico em plataforma online, através de sistema web.

1.234 Sistema compatível com navegadores Google Chrome, Mozilla Firefox e Internet Explorer.

### Módulo para Gestão do Patrimônio

1.235 Permitir o controle dos bens patrimoniais, tais como os recebidos em comodato a outros órgãos da administração pública e, também, os alugados pela entidade;

1.236 Permitir ingressar itens patrimoniais pelos mais diversos tipos, como: aquisição, doação, doação de pagamento, obras em andamento, entre outros, auxiliando assim no mais preciso controle dos bens da entidade, bem como o respectivo impacto na contabilidade.

1.237 Permitir a utilização, na depreciação, amortização e exaustão, os métodos: linear ou de quotas constantes e/ou de unidades produzidas, em atendimento a NBCASP;

1.238 Permitir registrar o processo licitatório, empenho e nota fiscal referentes ao item.

1.239 Permitir transferência individual, parcial ou global de itens;

1.240 Permitir o registro contábil tempestivo das transações de avaliação patrimonial, depreciação, amortização, exaustão, entre outros fatos administrativos com impacto contábil, em conformidade com a NBCASP, integrando de forma online com o sistema contábil;

1.241 Permitir o armazenamento dos históricos de todas as operações como depreciações, amortizações e exaustões, avaliações, os valores correspondentes aos gastos adicionais ou complementares, bem como registrar histórico da vida útil, valor residual, metodologia da depreciação, taxa utilizada de cada classe do imobilizado para fins de elaboração das notas explicativas correspondentes aos demonstrativos contábeis, em atendimento a NBCASP;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 1.242 Permitir a avaliação patrimonial em atendimento a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público), possibilitando o registro do seu resultado, independente deste ser uma Reavaliação ou uma Redução ao Valor Recuperável;
- 1.243 Permitir o controle dos diversos tipos de baixas e desincorporações como: alienação, permuta, furto/roubo, entre outros;
- 1.244 Permitir a realização de inventário;
- 1.245 Manter o controle do responsável e da localização dos bens patrimoniais;
- 1.246 Emitir e registrar Termo de Guarda e Responsabilidade, individual ou coletivo dos bens;
- 1.247 Permitir que o termo de guarda e responsabilidade possa ser parametrizado pelo próprio usuário;
- 1.248 Emitir etiquetas de controle patrimonial, inclusive com código de barras;
- 1.249 Permitir que a etiqueta de controle patrimonial possa ser parametrizada pelo próprio usuário, permitindo-lhe selecionar campos a serem impressos bem como selecionar a disposição desses campos dentro do corpo da etiqueta;
- 1.250 Registrar e emitir relatórios das manutenções preventivas e corretivas dos bens, com campo para informar valores;
- 1.251 Permitir que em qualquer ponto do sistema um item possa ser acessado tanto pelo seu código interno como pela placa de identificação;
- 1.252 Disponibilizar consulta com a visão contábil para viabilizar a comparabilidade do controle dos bens com os registros contábeis, apresentando no mínimo a composição do valor bruto contábil (valor de aquisição mais os valores correspondentes aos gastos adicionais ou complementares); do valor líquido contábil (valor bruto contábil deduzido as depreciações/amortizações/exaustões) no período e acumuladas no final do período;
- 1.253 Emitir relatórios, bem como gerar relatórios, destinados à prestação de contas em conformidade com os Tribunais de Contas.

### **Módulo Administração de Frotas**

- 1.254 Gerenciar e controlar gastos referentes a frota de veículos, máquinas e equipamentos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- 1.255 Gastos com combustíveis e lubrificantes (Materiais próprios ou de terceiros);
- 1.256 Gastos com manutenções;
- 1.257 Emitir balancete de gastos de forma analítica, por veículo, ou geral;
- 1.258 Permitir controlar o abastecimento e o estoque de combustível mantido em tanques próprios;
- 1.259 Permitir registrar serviços executados por veículo;
- 1.260 Emitir e controlar a execução de planos de revisão periódicos e de manutenção preventiva a serem efetuados nos veículos, máquinas e equipamentos permitindo gerar as respectivas ordens de serviço a partir desses planos;
- 1.261 Registrar toda a utilização dos veículos, permitindo registrar o motorista, setor requisitante, tempo de utilização e distância percorrida;
- 1.262 Manter controle efetivo sobre o vencimento das habilitações dos motoristas;
- 1.263 Manter controle efetivo sobre os seguros e garantias incidentes diretamente sobre os veículos;
- 1.264 Manter controle físico do estoque de peças e material de consumo;
- 1.265 Manter cálculo exato e efetivo do consumo de combustível por veículo, calculando o consumo médio, custo médio por unidade de utilização.
- 1.266 Permitir o controle das obrigações dos veículos como IPVA, seguros e licenciamento;
- 1.267 Permitir o registro das ocorrências envolvendo os veículos, como multas, acidentes, etc. registrando datas e valores envolvidos;
- 1.268 Permitir a substituição de marcadores (Hodômetros e Horímetros).
- 1.269 Permite cadastro e controle de veículo bi-combustível.
- 1.270 Permite o cadastramento e gerenciamento de roteiros da frota
- 1.271 Permite a anexação de documentos e imagens as ocorrências dos veículos.

Módulo para Atendimento à Lei Complementar nº 131/2009

- 1.272 Itens obrigatórios que o sistema de Contabilidade deve fornecer ao sistema de Informações em 'tempo real' na WEB, para que este permita ao cidadão visualizar as seguintes informações:
- 1.273 Possibilidade de impressão de todas as informações que são disponibilizadas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

1.274 Possibilidade de mergulhar nas informações até chegar ao empenho que originou a despesa orçamentária.

1.275 Possibilidade de mergulhar nas informações até chegar aos credores com seus respectivos empenhos que originaram a despesa orçamentária.

1.276 Resumo explicativo em todas as consultas da Receita e da Despesa. Esta informação deve ser parametrizável, ficando a critério do administrador do sistema informar o conteúdo que achar necessário.

1.277 Movimentação diária das despesas, contendo o número do empenho, data de emissão, unidade gestora e credor, além do valor empenhado, liquidado, pago e anulado relacionado ao empenho.

1.278 Movimentação diária das despesas, com possibilidade de impressão dos empenhos orçamentários, extra-orçamentários e de restos a pagar.

1.279 Movimentação diária das despesas, com possibilidade de selecionar os registros por:

- Período, Órgão, Unidade, Função, Subfunção, Programa, Categoria Econômica, Projeto/Atividade, Grupo, Elemento, Sub-elemento, Credor, Aplicação, Fonte de Recurso, Restos a Pagar, Extra Orçamentária, Empenho.

1.280 Dados cadastrais do empenho com as seguintes informações:

- Órgão;
- Unidade Orçamentária;
- Data de emissão;
- Fonte de recursos;
- Vínculo Orçamentário;
- Elemento de Despesa;
- Credor;
- Exercício;
- Tipo, número, ano da licitação;
- Número do processo de compra;
- Descrição da conta extra (para os empenhos extra-orçamentários)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- Histórico do empenho;
- Valor Empenhado;
- Itens do empenho com as suas respectivas quantidades, unidade e valor unitário;
- Dados de movimentação do empenho contendo os valores: liquidado, pago e anulado.

1.281 Filtros para selecionar o exercício, mês inicial e final, e Unidade Gestora.

1.282 Movimentação das Despesas por Classificação Institucional, contendo valores individuais e totais por Poder, Órgão, Unidade, Categoria Econômica e Credores.

1.283 Movimentação das Despesas por Função de Governo, contendo valores individuais totais por Função, Subfunção, Programa de Governo, Categoria Econômica e Credores.

1.284 Movimentação das Despesas por Programa de Governo, contendo valores individuais e totais por Programa de Governo, Ação de Governo, Categoria Econômica e Credores.

1.285 Movimentação das Despesas por Ação de Governo, contendo valores individuais e totais por Tipo da Ação (Projeto, Atividade, Operação Especial), Ação de Governo, Categoria Econômica e Credores.

1.286 Movimentação das Despesas por Categoria Econômica, contendo valores individuais e totais por Categoria Econômica, Grupo de Despesa, Modalidade de Aplicação, Elemento de Despesa e Credores.

1.287 Movimentação das Despesas por Fonte de Recursos, contendo valores individuais e totais por Fonte de Recursos, Detalhamento da Fonte, Categoria Econômica e Credores.

1.288 Movimentação das Despesas por Esfera Administrativa, contendo valores individuais e totais por Esfera, Categoria Econômica e Credores.

1.289 Movimentação de Arrecadação das Receitas por Categoria Econômica, contendo valores individuais e totais por Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea, Subalínea e Detalhamento.

1.290 Movimentação de Arrecadação das Receitas por Fonte de Recursos, contendo valores individuais e totais por Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea, Subalínea e Detalhamento.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

1.291 Movimentação de Arrecadação das Receitas contendo os valores de Previsão Inicial, Previsão das Deduções, Previsão Atualizada Líquida, Arrecadação Bruta, Deduções da Receita e Arrecadação Líquida.

1.292 Movimentação das Despesas contendo os valores da Dotação Inicial, Créditos Adicionais, Dotação Atualizada, Valor Empenhado, Valor Liquidado e Valor Pago.

1.293 Movimentação diária de arrecadação das receitas, contendo os valores totais de arrecadação no dia, no mês e no período selecionado.

1.294 Movimentação diária das despesas, contendo os valores totais efetuados no dia, no mês e no período selecionado.

1.295 Exportação dos dados para formatos eletrônicos e abertos.

1.296 Acesso à inclusão de relatórios, permitindo o usuário complementar os dados disponíveis.

Lei de Acesso à Informação 12.527/11

Transparência Ativa

O sistema deverá atender:

1.297 Informações institucionais e organizacionais da entidade compreendendo suas funções, competências, estrutura organizacional, relação de autoridades (quem é quem), agenda de autoridades, horários de atendimento e legislação do órgão/entidade.

1.298 Dados dos Repasses e Transferência onde são divulgadas informações sobre os repasses e transferências de recursos financeiros efetuados pela Entidade.

1.299 Despesas:

1.299.1 Apresentação de Adiantamentos e diárias. As informações dos adiantamentos e das diárias são obtidas automaticamente do sistema de Contabilidade, não necessitando nenhuma ação do responsável pelo portal para disponibilizar essas informações.

1.299.2 Dados dos servidores públicos onde serão divulgadas informações sobre os servidores da entidade como o nome, cargo, função e os valores das remunerações.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.300 Em Licitações apresenta todas as licitações, com possibilidade de anexar qualquer documento referente àquela licitação, e apresenta também todos os registros lançados no sistema daquela licitação, como editais, contratos e resultados.

1.301 Contratos provenientes de Licitação ou não, serão apresentados, bem como seus aditamentos e a possibilidade de anexar aos registros anexos contendo o contrato assinado.

1.302 Ações e Programas são apresentados junto aos projetos e atividades implementadas pela Entidade. Para que as informações de ações e programas sejam divulgadas por completo, ou seja, tanto as metas estabelecidas quantas as metas realizadas, a entidade precisa além das informações do Sistema de Contabilidade, informar a execução dos indicadores e das metas físicas completando assim as informações necessárias ao atendimento da lei e que serão devidamente apresentadas ao cidadão.

1.303 Perguntas Frequentes sobre o órgão ou entidade e ações no âmbito de sua competência, cujo órgão/entidade deverá fazê-lo e mantê-la constantemente atualizada. O portal já disponibiliza as principais questões referentes ao portal da transparência e o acesso à informação.

1.304 Em Atos e Publicações Oficiais da Entidade são disponibilizados estes documentos oficiais para que possam ser localizados e baixados.

1.305 Possibilidade de disponibilizar outros documentos específicos às necessidades da Entidade.

1.306 Divulgação dos Documentos digitalizados pelo processo de digitalização da Entidade.

### **Transparência Passiva**

1.307 E-SIC, possibilitando a solicitação do cidadão à Entidade, acompanhamento de sua solicitação via Protocolo e um gráfico apresentando estes atendimentos pela entidade, também um gerenciador para a Entidade lidar com estas solicitações.

### **Módulo Para o Terceiro Setor**

1.308 Permite cadastrar todas entidades do Terceiro Setor que recebem recursos públicos permite ao órgão repassador acompanhar de forma sistemática a execução das parcerias realizadas via Termos de fomento ou colaboração.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

1.309 Permite as entidades do terceiro setor que recebem recursos públicos, fazer o cadastro dos planos físicos e financeiros dos planos de trabalhos aprovados nas parcerias firmadas.

1.310 Permite as entidades do terceiro setor via web, executar e lançar as receitas e despesas referentes ao plano de trabalho, bem como anexar documentos digitalizados relacionados à essa execução.

1.311 Permite a entidade do terceiro setor, cadastrar fornecedores e elaborar cotações de preços de forma simplificada.

1.312 Permite a entidade do terceiro setor prestar contas ao órgão repassador conforme legislação aplicada (Lei nº 13.019/2014), permite tanto ao Órgão repassador quanto as entidades do terceiro setor, disponibilizar toda a documentação referente a formalização das parcerias. Bem como as certidões fiscais exigidas pela Lei.

1.313 Permite as entidades do terceiro setor emitir relatórios e anexos sobre a execução física financeira do plano de trabalho, bem como as despesas por tipo de gastos detalhados, conforme legislação aplicada.

1.314 Permite a publicação na web das informações de cada uma das entidades conforme exigência do TCE.

### **ITEM 2. SOFTWARE PARA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTOS**

2.1 Ser multi-empresa;

2.2 Permitir a troca de empresa sem necessidade de fechar o sistema;

2.3 Permitir a captação e manutenção de informações pessoais e funcionais de pessoal ativo, inativo e pensionista, registrando a evolução histórica;

2.4 Permitir o cadastramento de um ou mais contratos de trabalho para um mesmo servidor (temporários e efetivos), mantendo o mesmo número de matrícula alterando apenas o contrato para não alterar futuras integrações;

2.5 Permitir liberação das funcionalidades por usuário e com controle de acesso restrito por lotação, permitindo acesso exclusivo das informações por lotação de acesso, para descentralização das atividades;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- 2.6 Garantir a disponibilidade e segurança das informações históricas das verbas e valores de todos os pagamentos e descontos;
- 2.7 Permitir o cadastramento de cursos extracurriculares dos funcionários;
- 2.8 Permitir a criação e formatação de tabelas e campos para cadastro de informações cadastrais complementares, e que o sistema disponibilize de forma automática, telas de manutenção destas informações, com possibilidade de parametrizar layouts diversos, para emissão de relatórios e geração de arquivos;
- 2.9 Permitir o registro de atos de advertência e punição;
- 2.10 Permitir o controle dos dependentes de servidores/funcionários;
- 2.11 Possuir cadastro de beneficiários de pensão judicial e das verbas para pagamento por ocasião de férias, 13º e folha de pagamento, com suas respectivas fórmulas, conforme determinação judicial;
- 2.12 Possuir cadastro de pensionista do trabalhador, possibilitando vincular quem será o pensionista principal e gerador da pensão;
- 2.13 Permitir o controle de histórico da lotação, inclusive de servidores cedidos, para a localização dos mesmos;
- 2.14 Permitir o controle das funções em caráter de confiança exercida e averbada, que o servidor tenha desempenhado, dentro ou fora do órgão, para pagamento de quintos ou décimos de acordo com a legislação;
- 2.15 Permitir o controle do tempo de serviço efetivo, emitir certidões de tempo de serviço e disponibilizar informações para cálculo e concessão aposentadoria;
- 2.16 Permitir parametrização para abatimentos em tempo de serviço com afastamentos, selecionando por tipo de afastamento;
- 2.17 Possuir controle do quadro de vagas por cargo (previsto, realizado e saldo);
- 2.18 Permitir o registro e controle da promoção e progressão de cargos e salários dos servidores;
- 2.19 Possuir rotinas que permitam administrar salários, possibilitando reajustes globais e parciais;
- 2.20 Possuir rotina que permita controlar limite de piso ou teto salarial;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 2.21 Permitir o controle automático dos valores relativos aos benefícios dos dependentes, tais como salário família, Vale alimentação, etc.;
- 2.22 Permitir o controle de benefícios concedidos devido ao tempo de serviço (anuênio, quinquênio, licença prêmio, progressões salariais e outros) com controle de prorrogação ou perda por faltas e afastamentos;
- 2.23 Permitir o cálculo automático da concessão de adicionais por tempo de serviço;
- 2.24 Permitir Controle de Licença Prêmio, por períodos aquisitivos, controlando o gozo de cada período e, caso necessário, transformação em abono pecuniário;
- 2.25 Permitir o registro e controle de convênios e empréstimos que tenham sido consignados em folha, caso o trabalhador tenha mais de um empréstimo, controlar no mesmo evento demonstrando as parcelas pagas e a pagar no holerite, para cada empréstimo;
- 2.26 Permitir a inclusão de valores variáveis na folha, como os provenientes de horas extras, periculosidade, insalubridade, faltas, descontos diversos e ações judiciais;
- 2.27 Possuir rotina de cálculo de Vale Transporte, controlando as empresas e suas linhas com seus respectivos valores.
- 2.28 Possuir rotina de cálculo de Auxílio Alimentação, podendo analisar automaticamente somente dias úteis ou dias úteis trabalhados;
- 2.29 Possuir controle de Tomadores de serviço;
- 2.30 Possuir controle de Autônomos, contendo pagamentos por RPA, integrando essas informações para SEFIP/DIRF;
- 2.31 Permitir o controle de diversos regimes jurídicos, bem como contratos de duplo vínculo, quanto ao acúmulo de bases para IRRF, INSS, etc.;
- 2.32 Permitir lançamentos de verbas de forma coletiva;
- 2.33 Permitir simulações parciais ou totais da folha de pagamento;
- 2.34 Possuir rotina para programação e cálculo do Décimo Terceiro (Adiantamento, Fechamento e Complemento);
- 2.35 Possuir rotina para programação e cálculo de Férias normais e coletivas;
- 2.36 Possuir rotina para programação e cálculo de rescisões de contrato de trabalho e demissões;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

2.37 Permitir cálculo e emissão de Rescisão Complementar, podendo ter vários cálculos separados por data, controlando também para integração contábil e crédito bancário, emitindo todos os relatórios tais como Holerite, resumo mensal, folha analítica, etc.;

2.38 Permitir o cálculo de Folha Complementar COM encargos (IRRF/Previdência), para admissões do mês anterior, ou lançamentos diversos que chegaram com atraso para o setor;

2.39 Permitir o cálculo de Folha Complementar SEM encargos (IRRF/Previdência), para pagamento das diferenças de meses anteriores;

2.40 Permitir o cálculo para pagamento do pessoal ativo, tratando adequadamente os diversos regimes jurídicos, adiantamentos, pensões e benefícios, permitindo recálculos gerais, parciais ou individuais;

2.41 Possuir bloqueio do cálculo da Folha Mensal (Com mensagem de Alerta) para servidores com término de contrato (Temporário/Estágio Probatório) no mês, o qual deverá ser rescindido ou prorrogado;

2.42 Após cálculo mensal fechado, não deve permitir movimentações que afetem o resultado do cálculo ou histórico mensal, mas deve permitir que um usuário autorizado consiga abrir o cálculo mensal e liberar a movimentação.

2.43 Permitir cálculo e emissão da provisão de Férias, 13º Salário e Licença Prêmio, considerando os encargos por período;

2.44 Permitir emissão de relatórios da provisão, de forma analítica e sintética;

2.45 Manter o registro das informações históricas necessárias às rotinas anuais, 13º Salário, rescisões de contrato e férias;

2.46 Permitir a geração de informações mensais para Tribunal de Contas, Fundo de Previdência Municipal, GRRF, SEFIP e CAGED;

2.47 Permitir a geração de informações anuais como RAIS e DIRF, com emissão do informe de rendimentos conforme layout da receita federal;

2.48 Permitir a formatação e emissão de contracheques, etiquetas, folha analítica, etc. com livre formatação desses documentos pelo usuário;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

2.49 Permitir geração de arquivos para crédito bancário, contendo as configurações de layout por banco e, quando disponível pelo banco, a geração de arquivo para holerite em terminal bancário;

2.50 Permitir utilização de logotipos, figuras e formatos como imagem nos relatórios;

Permitir a parametrização de documentos legais e admissionais, com uso de um editor de texto.

2.51 Permitir configuração e controle de margem consignável;

2.52 Possuir elaboração de carta margem com código de autenticidade;

2.53 Permitir o lançamento de diárias, contendo informações da data de pagamento, destino e motivo, possibilitando demonstrar o pagamento no contracheque;

2.54 Permitir cadastro de repreensões;

2.55 Permitir cadastro de substituições;

2.56 Permitir cadastro de Ações judiciais, possuindo exportação para a SEFIP;

2.57 Permitir criação de campos do usuário para inclusão no cadastro de trabalhadores, afastamentos e eventos;

2.58 Possuir gerador de relatórios disponível em menu;

2.59 Permitir parametrização de atalhos na tela inicial do sistema de folha;

2.60 Permitir validar a chave de habilitação do sistema através de checagem via internet sem necessidade de cópia de arquivos;

2.61 Possuir históricos de atualizações efetuadas no sistema;

2.62 Possuir consulta de log com vários meios de consulta;

2.63 Separar os cálculos por tipo de referência ex: folha mensal, adiantamento, rescisão, folha complementar e 13º salário;

2.64 Permitir o usuário efetuar o encerramento e reabertura de referências já encerradas, mediante controle de permissões;

2.65 Possuir comparativo mensal, podendo comparar duas referências com eventos diferentes;

2.66 Possuir exportação para folha de pagamento em arquivo excel;

2.67 Possuir exportação dos empenhos da folha de pagamento para a contabilidade, através de arquivo XML, com validação de eventos sem classificação antes de gerar o arquivo;

2.68 Possuir cadastro de EPI's com controle de entrega, devolução e validade dos equipamentos;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

2.69 Permitir a manutenção e conferência do cálculo em tela podendo incluir, alterar e excluir qualquer tipo de movimentação tais como férias, licença prêmio, eventuais e fixos, sem que haja a necessidade de abertura de nova tela;

2.70 Permitir calcular o funcionário sem precisar sair da tela de cadastro;

2.71 Emissão de ficha financeira do funcionário sendo emitida por períodos;

2.72 Emissão de ficha financeira de autônomos;

### **Ato Legal e Efetividade**

2.73 Permitir o registro dos documentos de Atos Legais (Portarias, Decretos, Requisições e outros);

2.74 Permitir a manutenção do movimento de Ato Legal por servidor;

Através do Ato Legal, permitir alterações cadastrais, afastamentos e movimentação de férias do funcionário;

2.75 Permitir o controle de visualização dos Atos ligados ao funcionário a serem considerados para Efetividade, conforme tipo e opções parametrizadas pela empresa;

2.76 Permitir emissão da Certidão Tempo de Serviço de Efetividade, podendo considerar empregos anteriores;

2.77 Permitir qualquer alteração em layout para qual seja o documento;

### **PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário)**

2.78 Permitir registrar os dados dos responsáveis pelas informações de monitoração Biológica por período;

2.79 Permitir registrar os dados dos responsáveis pelas informações de monitoração dos registros Ambientais por período;

2.80 Permitir gerenciar todas as informações cadastrais, pertinentes ao PPP, como alteração de cargos, mudança de agente nocivo, transferências, descrição dos cargos e atividades exercidas pelo funcionário;

2.81 Permitir registrar as técnicas utilizadas para neutralização de agentes nocivos à saúde;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

2.82 Permitir registrar os exames periódicos, clínicos e complementares e manter os dados históricos;

2.83 Permitir registrar o histórico da exposição do trabalhador à fatores de riscos;

2.84 Permitir a emissão do PPP individual ou por grupo de funcionários;

### **Concurso Público**

2.85 Possuir manutenção dos concursos públicos para provimento de vagas, registrando a avaliação dos candidatos do concurso e indicando a aprovação/reprovação e a classificação;

2.86 Cadastrar concursos: cargo, concursados por cargo, órgão solicitante, disciplinas do concurso e editais;

2.87 Cadastrar candidatos inscritos: dados pessoais, dados de endereçamento, documentos pessoais, classificação, situação (aprovado/reprovado), com possibilidade de importação de dados do cadastro da empresa organizadora do concurso;

2.88 Cadastrar candidatos classificados;

### **Contracheque WEB**

2.89 Permitir controle da disponibilidade das informações para consulta, por competência e Tipo de Cálculo;

2.90 Permitir consulta e emissão do contracheque via internet, definição do logon por funcionário e critérios para geração da senha inicial, permitindo alteração da senha após primeiro acesso;

2.91 Permitir lançamentos de eventuais como: horas extras, adicionais e outros eventos, mediante a homologação pelo usuário administrador;

2.92 Permitir registrar procedimentos administrativos;

2.93 Permitir registrar agendamento de perícias médicas;

2.94 Permitir visualizar a ficha funcional do trabalhador;

2.95 Permitir visualizar a ficha financeira do trabalhador;

2.96 Permitir emitir margem consignável limitando emissões dentro do mês;

2.97 Permitir verificar a autenticidade da margem consignável;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- 2.98 Permitir visualizar e imprimir o informe de rendimentos;
- 2.99 Permitir consultar faltas;
- 2.100 Permitir consultar afastamentos;
- 2.101 Permitir registrar batida do cartão de ponto;
- 2.102 Permitir o funcionário alterar a senha de acesso sem intervenção do usuário do RH;
- 2.103 Permitir consulta dos resultados de concursos/processo seletivo que foram registrados no sistema;
- 2.104 Permitir relatório de contribuição previdenciária;
- 2.105 Permitir o funcionário solicitar alteração cadastral com validações do usuário do RH;
- Integração direta com o portal transparência parametrizável por evento podendo disponibilizar os valores nas colunas de proventos, descontos e líquido;
- 2.106 Permitir solicitações de férias, licença prêmio e faltas abonadas com aprovação do usuário do RH;
- 2.107 Permitir solicitação de curso Extra Curricular;
- 2.108 Permitir solicitação de adiantamento de salário;
- 2.109 Permitir solicitação de adiantamento de décimo terceiro;
- 2.110 Permitir registrar avaliação de desempenho;

### **Controle de Ponto Eletrônico**

- 2.111 Integração dos cadastros com o software de folha de pagamento;
- 2.112 Permitir configurar dia de frequência inicial e final;
- 2.113 Permitir configuração de jornadas com vários tipos, com limites de tolerância por jornada;
- 2.114 Permitir configuração de hora extra por jornada e por vínculo;
- 2.115 Permitir configuração de faltas por jornada e vínculo;
- 2.116 Permitir cadastro de feriados e ponto facultativo;
- 2.117 Permitir compensação de horas falta;
- 2.118 Possuir além do layout portaria 1510 mais um tipo de layout de importação do relógio;
- 2.119 Permitir manutenção das batidas pelo usuário do RH;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- 2.120 Possuir exportação do arquivo tratado para fiscalização;
- 2.121 Permitir integração dos lançamentos do ponto (inclusão), com o movimento mensal da folha de pagamento sem troca de arquivos;
- 2.122 Possuir controle de Banco de Horas parametrizável que permita a configuração de limites (teto) para os saldos dentro do mês e no ciclo do banco;
- 2.123 Emitir relatório de espelho de ponto e demais relatórios de controle;
- 2.124 Possibilitar lançamentos avulsos no banco de horas, a crédito ou a débito;
- 2.125 Permitir o pagamento parcial do saldo do banco de horas;
- 2.126 Ser multi-usuário com a possibilidade de descentralização do tratamento pelas gerências;

### **Geração para a fase III do Audesp**

- 2.127 Permitir geração de arquivos referentes às fases III do Sistema Audesp;
- 2.128 Todos arquivos gerados deverão conter validações cadastrais antes de serem encaminhadas ao coletor Audesp;
- 2.129 Todo o sistema deverá ser parametrizado e as configurações de integração contábil deverão ser feitas conforme a classificação das despesas, com suporte para a geração de arquivos à AUDESP e com identificação automática das contas do PCASP, de acordo com a classificação da despesa. Caso haja parâmetros repetitivos o sistema deve oferecer opções de replicação;

### **E-SOCIAL**

- 2.130 E-Social: A empresa deverá se comprometer a se adequar a todas as exigências legais do e-social.
- 2.131 Geração e emissão de Relatórios e Arquivos para importação de informações exigidas pelo sistema E-Social.
- 2.132 Permitir realizar o diagnóstico da Qualificação Cadastral antes da geração do arquivo, realizar a geração arquivo de informações para envio ao Portal Nacional do eSocial referente a Qualificação Cadastral e receber arquivo de retorno do eSocial e emitir relatório com as críticas apuradas.
- 2.133 Permitir realizar o cadastramento do responsável pelo eSocial com todas as informações exigidas pelo eSocial Nacional.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

2.134 Permitir realizar o relacionamento dos códigos de verbas do sistema com as rubricas do eSocial.

2.135 Permitir gerar o relatório de Diagnóstico das informações do Empregador, Cargos, Escalas, Horários, e listar as inconsistências encontradas.

2.136 Permitir gerar o relatório de Diagnóstico do Empregado com dados pessoais, documentação, endereço, formação, informações contratuais, e listar as inconsistências encontradas.

2.137 Permitir a parametrização das rubricas do eSocial com a bases legais (IRRF, INSS) e gerar relatórios de divergências.

### **ITEM 3. SOFTWARE PARA GESTÃO DE RECEITAS (ARRECADAÇÃO)**

3.1 Possibilitar de forma parametrizada, a sua adaptação integral ao estabelecido pelo Código Tributário Municipal, bem como por qualquer outro conjunto de leis ou normativas em vigor, de qualquer nível, que estejam no contexto de atuação da solução;

3.2 Permitir o cadastro e o gerenciamento dos cadastros imobiliário, mobiliário e rural, bem como os lançamentos de impostos, taxas, contribuições e preço público;

3.3 Permitir o controle e gerenciamento dos lançamentos e da dívida ativa do município;

3.4 Possuir o conceito de cadastro consolidado das informações municipais (Cadastro Único ou Geral), com identificação unificada do cidadão;

3.5 Permitir a formatação e/ou personalização do layout de todos os Relatórios do Sistema, com a possibilidade para criação de pelo menos 10 layout diferente para a mesma opção de relatórios, e ainda permitir a definição de um desses layouts criado como padrão e também ter a opção para a escolha do layout que será utilizado para a geração do relatório.

3.6 Permitir a emissão em segunda via de todos os documentos oficiais;

3.7 Gerenciar as tabelas de controle do endereçamento e das faces de quadras legais, integralmente relacionadas à tabela de zonas cadastrais imobiliárias do município;

3.8 Gerenciar os índices/indexadores de correção e/ou atualização monetária, bem como o controle de mudanças de moeda;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.9 Gerenciar todo conjunto de fórmulas relativas ao cálculo dos tributos controlados pelo sistema, de forma parametrizada;
- 3.10 Possuir rotinas parametrizáveis de cálculos gerais, parciais e individualizados, dos valores inerentes à obrigação principal e acréscimos legais, com destaque para cada item, aplicável a quaisquer tributos e/ou receitas derivadas;
- 3.11 Gerenciar o calendário de dias úteis por exercício;
- 3.12 Gerenciar as datas de vencimentos de tributos por exercício;
- 3.13 Permitir a emissão de documentos oficiais, comprovantes de quitação de débitos de qualquer natureza;
- 3.14 Permitir que a emissão do documento de Notificação do Lançamento seja feita em conjunto com a Guia de Recolhimento dos Tributos, em um único documento, quando em cota única;
- 3.15 Permitir a emissão de todas as Guias de Recolhimento de Tributos controlados pelo sistema;
- 3.16 Permitir a Emissão de Guia para pagamento de valores parciais, com opção de incluir uma ou mais parcelas;
- 3.17 Gerenciar as operações de isenções, não incidências, imunidades, reduções de alíquota e de bases de cálculo;
- 3.18 Gerenciar as operações da situação cadastral mobiliária e imobiliária, tais como: ativos, inativos, baixados, dentre outras situações;
- 3.19 Gerenciar as operações de estornos, cancelamentos, pagamentos, extinção, exclusão, parcelamentos, isenções, suspensões do crédito tributário e lançamentos de qualquer natureza. No cancelamento o sistema deverá permitir o cancelamento parcial da parcela;
- 3.20 Permitir a compensação de dívida, proporcional ou nas parcelas mais antiga.
- 3.21 Permitir a emissão das Guias de Recolhimento com incorporação de códigos de barra, padrão CNAB/FEBRABAN, para recebimento das mesmas pelas instituições financeiras arrecadoras, integrantes do Sistema Financeiro Nacional;
- 3.22 Gerenciar a devolução de correspondências, em função da não localização do contribuinte/destinatário com a opção para utilizar o convênio para o Controle de Devolução Eletrônica de Objetos – CEDO dos Correios do Brasil;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

- 3.23 Opção para retorno do arquivo txt do convênio para Controle de Devolução Eletrônica de Objetos – CEDO dos Correios do Brasil;
- 3.24 Permitir a criação e gerenciamento de ordem de serviços vinculado aos cadastros do imobiliário, mobiliário água e esgoto e cadastro único de contribuinte;
- 3.25 Permitir a cobrança de tributos e/ou receitas derivadas, através de débito automático em conta corrente, no domicílio bancário autorizado pelo contribuinte;
- 3.26 Gerenciar o recolhimento dos tributos e/ou receitas derivadas e classificar os dados da arrecadação, através da leitura de arquivos de dados em formato digital com layout pré-determinado, disponível Contratada;
- 3.27 Possuir rotina que permita a integração com o sistema contábil/financeiro do município, sem a necessidade de geração de arquivos em formato digital, gerando automaticamente os lançamentos contábeis da receita arrecadada e classificada, sem que haja a necessidade de redigitação;
- 3.28 Possuir emissão de etiquetas, permitindo inclusive a parametrização da distribuição de seu conteúdo dentro do corpo da etiqueta;
- 3.29 Gerar na conta corrente do contribuinte, de forma consolidada, todos os lançamentos efetuados, com os respectivos valores, datas de vencimento e pagamento, mesmo aqueles advindos de exercícios anteriores, informando em que fase da cobrança o débito se enquadra (em cobrança ou em dívida ativa), permitindo a consulta parametrizada de extratos da posição financeira, destacando os acréscimos legais dos valores principais. Quando for uma dívida parcelada deverão ser demonstrados no extrato os exercícios que deram origem ao parcelamento, e ainda se essa origem for dívidas ajuizada deverá ser demonstrando todos número dos processos judiciais dessas dívidas da origem do parcelamento;
- 3.30 Nos extratos de posição financeira do contribuinte, que seja proprietário de mais de um imóvel, assegurar que também sejam listados os lançamentos e pagamentos relativos a cada imóvel de sua propriedade;
- 3.31 Permitir o parcelamento, reparcèlement e desparcèlement de débitos de qualquer natureza, inclusive os inscritos em dívida ativa e não executados, com a criação de regras parametrizáveis



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

aplicadas no controle destas operações, possibilitando a emissão de guias de recolhimento e dos termos de parcelamento, realizando a gestão integral da carteira;

3.32 Permitir o estorno de Parcelamento com o abatimento dos valores pagos na origem, e também, ter uma opção para refazer o mesmo parcelamento, sem necessidade de criação de um novo parcelamento.

3.33 Permitir parcelamentos de dívidas ativa, dívida do exercício e dívida ajuizada em um único parcelamento e na contabilização dos valores pagos das parcelas desse parcelamento desmembrar o que recebeu de dívidas ativa, dívida do exercício e dívida ajuizada de cada uma das receitas parceladas, bem como as respectivas correções, multa e juros de cada uma das receitas parceladas.

3.34 Permitir a emissão de certidões positivas, negativas e positivas com efeito de negativa, sobre os tributos controlados pelo sistema e permitir a consulta da autenticidade via web;

3.35 Permitir a configuração dos tipos de cálculo de multa, juros e correção monetária e seus parâmetros pelo próprio usuário administrador do sistema, sem a necessidade de utilizar linguagem de programação.

3.36 Gerenciar a restituição de valor cobrado a maior ou indevidamente;

3.37 Permitir a criação de limites de diferença entre os valores calculados pelo sistema e os valores pagos pelo contribuinte, para que no momento da baixa, tanto pelo arquivo de retorno do banco ou pela baixa manual, se esse limite for ultrapassado o sistema automaticamente gera a baixa parcial do lançamento, deixando como resíduo (em aberto) a diferença entre o valor calculado e o valor efetivamente pago;

3.38 Permitir a simulação de atualização de valores de multa e juros e correção por receita, sem a necessidade geração de lançamento pelo sistema.

3.39 Permitir a prorrogação de vencimento de qualquer tipo de lançamento de receita;

3.40 Gerenciar a situação cadastral do imóvel, permitindo a emissão de relatório de conformidade;

3.41 Gerenciar operações de englobamento e/ou parcelamento do solo e manter dentro do cadastro do imobiliário a vinculação dos cadastros que deram origem ao englobamento ou o parcelamento do solo;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

3.42 Permitir a vinculação da planta do imóvel, fotos da fachada, e também permitir anexar arquivos (documentos digitalizados) para futuras consultas dentro do cadastro do imóvel.

3.43 Permitir a consulta dos históricos de transferência de proprietários e das ordens de serviços vinculada ao cadastro dentro da tela do cadastro do imobiliário;

3.44 Permitir a consulta das notificações de posturas e histórico de alterações gerado automaticamente dentro da tela de cadastro do imóvel;

3.45 Permitir no cadastra do imóvel o cadastro dos logradouros e dos imóveis confrontantes;

3.46 Permitir a criação de cadastramento automático de imóveis, copiando as informações de um cadastro base para facilitar o cadastro de loteamentos novos. Após a criação automática desses cadastros o usuário altera apenas as informações que divergem do cadastro base;

3.47 Permitir a consulta de todos os cadastros do mobiliário vinculado os cadastros do imóvel dentro da tela de cadastro do imobiliário;

3.48 Quando o usuário estiver dentro de um determinado cadastro do imobiliário, permitir o lançamento de guias de ITBI, receitas diversas, preço público, emissão de extrato, emissão de listagem de débito, consulta de dívida, emissão de guias de dívida, geração de parcelamento e cálculo do IPTU sem a necessidade de fechar a tela e fazer uma nova pesquisa ou redigitação do código cadastral.

3.49 Permitir a geração de um relatório comparando os valores lançado no exercício anterior com o exercício atual indicando o percentual da diferença para facilitar a conferência dos novos lançamentos de IPTU;

3.50 Permitir o cadastramento dos imóveis rurais com os dados específicos da propriedade rural, como número de registro no INCRA, nome da propriedade, valor venal e área em m2 hectare e alqueire da propriedade;

3.51 Na geração da guia de ITBI de Imóvel rural, buscar automaticamente o valor venal e a área que estão dentro do cadastro rural do município;

3.52 Possuir rotina para a geração automática e parametrizada do lançamento do IPTU, prevendo a possibilidade de, na emissão da guia de recolhimento, incluir valores de outros tributos;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.53 Permitir simulações parametrizadas dos lançamentos do IPTU aplicadas a todo o município ou a uma região territorial específica;
- 3.54 Gerenciar tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas para cálculo do IPTU, em conformidade com a planta de valores do município;
- 3.55 Permitir a emissão da certidão de valor venal do imóvel;
- 3.56 Atender integralmente ao estatuído na resolução IBGE/CONCLA Nº 01 de 25/06/1998 atualizada pela resolução CONCLA Nº 07 de 16/12/2002 que prevê o detalhamento do CNAE (Código de Classificação Nacional de Atividades Econômicas), com a opção de vincular valores e fórmula de cálculo que serão utilizados para a cobrança dos tributos anual do cadastro mobiliário.
- 3.57 Permitir a vinculação da lista de serviço com o cadastro da Atividade CNAE, para que no cadastramento do mobiliário seja automaticamente definido o item da lista de serviço a partir da atividade CNAE informada.
- 3.58 Gerenciar as diversas atividades desempenhadas pelo contribuinte.
- 3.59 Possuir tabelas parametrizáveis com as atividades econômicas, estruturadas por código, grupos, parâmetros para cálculo e lançamento dos tributos em cada atividade econômica;
- 3.60 Gerenciar o contador responsável por uma empresa;
- 3.61 Gerenciar as operações de enquadramentos e desenquadramentos de microempresas e empresas de pequeno porte, armazenando todo histórico dessas alterações dentro da tela de cadastro.
- 3.62 Gerenciar as tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas para cálculo do ISSQN;
- 3.63 Permitir o cálculo automático do ISSQN fixo, levando em conta períodos proporcionais e tabelas com faixas de valores por atividades ou grupo de atividades de qualquer natureza, prevendo também descontos parametrizáveis;
- 3.64 Possuir rotinas de enquadramento de contribuintes para cálculo do valor do imposto conforme seja fixo ou variável;
- 3.65 Permitir a emissão de alvarás, bem como a gestão de sua vigência;
- 3.66 Gerenciar o processo de autorização para utilização de documentos fiscais, com a opção para permitir a autorização de documentos com series e espécie distinta na mesma autorização;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.67 Permitir a consulta em tempo real de Guias, Escriturações e das notas fiscais eletrônicas geradas pelo sistema de ISS Eletrônico;
- 3.68 Quando o usuário estiver dentro de um determinado cadastro do Mobiliário, permitir o lançamento de receitas diversas, preço público, emissão de extrato, emissão de listagem de débito, consulta de dívida, emissão de guias de dívida, geração de parcelamento e cálculo do ISSQN ou Taxa de Licença sem a necessidade de fechar a tela e fazer uma nova pesquisa ou redigitação do código cadastral.
- 3.69 Permitir a consulta do histórico de alterações e das ordens de serviço vinculadas ao cadastro do mobiliário;
- 3.70 Possibilitar que na execução da operação de transferência de propriedade do imóvel e na geração da guia de recolhimento do ITBI, seja informada a existência de débito do imóvel, inclusive aqueles inscritos em dívida ativa ou em execução fiscal;
- 3.71 Permitir o cálculo automático do ITBI com base em tabelas parametrizáveis de valores e alíquotas;
- 3.72 Permitir a transferência automática de proprietário através do pagamento de guias de ITBI para Imóvel Urbano e Rural.
- 3.73 Permitir o lançamento de outros tipos de receitas junto com a guia de ITBI.
- 3.74 Gerenciar a averbação/transferência de imóveis;
- 3.75 Possibilitar o cálculo, lançamento e a emissão de Guias de recolhimento, referentes a taxas de poder de polícia e serviço;
- 3.76 Possuir tabelas parametrizáveis de valores, que permitam o cálculo automático de qualquer taxa controlada pelo sistema;
- 3.77 Permitir a emissão do livro de dívida ativa, contendo os documentos que correspondam aos termos de abertura, encerramento e fundamentação legal;
- 3.78 Possuir rotina parametrizável, que permita a inscrição em dívida ativa dos tributos e/ou receitas derivadas vencidas e não pagas registradas na conta corrente fiscal;
- 3.79 Gerenciar as ações de cobrança dos contribuintes inadimplentes, ajuizadas ou não após a inscrição em dívida ativa;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.80 Permitir a emissão parametrizada da notificação de inscrição dos débitos do contribuinte em dívida ativa e da certidão de dívida ativa do contribuinte, que comporá o processo de ajuizamento;
- 3.81 Permitir incluir guias de pagamento juntamente com a notificação de Débitos;
- 3.82 Possibilitar a emissão parametrizada da certidão de petição para ajuizamento dos débitos de contribuinte inscritos em dívida ativa;
- 3.83 Permitir a qualificação cadastral antes da criação dos processos de ajuizamento de dívida;
- 3.84 Gerenciar as operações referentes aos trâmites dos processos de ajuizamento de débitos;
- 3.85 Permitir a cobrança de forma parametrizada, a partir das informações recebidas da conta corrente fiscal, sendo possível programar a emissão das notificações ou avisos de cobrança e guias de recolhimento, considerando minimamente os seguintes parâmetros: o montante dos valores e a situação do débito, os períodos de vencimento e a região de localização;
- 3.86 Permitir a criação e gerenciamento do protesto de dívida em cartório de arco com os layouts do convênio criado com Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB);
- 3.87 Permitir lançamentos vinculados aos processos com informações referentes às citações, custas, penhora, garantias, leilões, recursos, pedido de vista em tela específica para cada uma dessas informações;
- 3.88 Permitir o controle automático dos processos de execução fiscal, através de um monitor, indicando a necessidade de suspensão, reativação ou arquivamento a partir da análise da movimentação da dívida associadas ao processo.
- 3.89 Permitir a criação automática de processos por contribuinte, vinculado ao cadastro único vinculado a certidões de dívida ativa de cadastros de imóvel distinto, mas vinculado ao mesmo cadastro único de contribuinte.
- 3.90 Permitir a criação e cadastro de documentos dinamicamente, com o controle da data de validade e alteração de layout para cada documento criado.
- 3.91 Permitir a criação de tabela para o controle de posturas de acordo com a legislação municipal;
- 3.92 Permitir a geração de notificações de posturas em lote ou por cadastro;
- 3.93 Permitir o controle dos prazos das notificações de postura;
- 3.94 Permitir o cancelamento das notificações de postura;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.95 Permitir a geração de auto de infração automático quando não cumprido os prazos das notificações de posturas;
- 3.96 Permitir a criação de ordem de serviços relacionada ao cadastro imobiliário, mobiliário ou pelo cadastro único de contribuinte;
- 3.97 Demonstrativo analítico de valores lançados por receita;
- 3.98 Demonstrativo analítico de débitos por data de vencimento;
- 3.99 Demonstrativo analítico de débitos por contribuinte detalhado por tributo num determinado período;
- 3.100 Demonstrativo sintético de débitos por tipo de cadastro, dívida e tributo;
- 3.101 Demonstrativo analítico de débitos prescritos e a prescrever;
- 3.102 Demonstrativo analítico e sintético dos maiores devedores;
- 3.103 Demonstrativo analítico e sintético dos maiores devedores por faixa de valores;
- 3.104 Demonstrativo analítico de isenção de débitos;
- 3.105 Planta de Valores;
- 3.106 Demonstrativo analítico e sintético de pagamentos, cancelamentos, num determinado período;
- 3.107 Demonstrativo analítico de pagamentos por empresa;
- 3.108 Demonstrativo analítico do quantitativo e valor das guias de recolhimento emitidas por tributo num determinado período;
- 3.109 Demonstrativo analítico do quantitativo de certidões por tipo emitidas num determinado período;
- 3.110 Demonstrativos analíticos de movimento econômico;
- 3.111 Demonstrativos analíticos de operações de parcelamentos e reparcelamentos num determinado período;
- 3.112 Demonstrativo sintético de resumo da arrecadação por período e tipo de tributo;
- 3.113 Demonstrativo analítico e sintético da arrecadação, por instituição financeira arrecadadora, por lote, por Data de pagamento, data de movimento;
- 3.114 Demonstrativo sintético da discrepância entre os valores arrecadados e os valores lançados;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

- 3.115 Demonstrativo analítico da situação das notificações emitidas;
- 3.116 Demonstrativo analítico de retenções de imposto na fonte por empresa;
- 3.117 Demonstrativo analítico e sintético dos maiores Contribuintes de ISS por atividade;
- 3.118 Demonstrativo sintético das parcelas arrecadadas por tributo e mês em determinados exercícios;
- 3.119 Demonstrativo sintético dos valores lançados, arrecadados e débitos por dívida e tributo num determinado exercício;
- 3.120 Demonstrativo sintético de débitos por situação do débito e mês num determinado exercício;
- 3.121 Demonstrativo analítico dos débitos inscritos e/ou ajuizados por livro de inscrição.
- 3.122 Permitir que a construção do layout e a seleção de registros nas operações de geração de etiquetas sejam parametrizadas e esteja vinculado aos atributos que compõem os cadastros mobiliário e imobiliário, bem como a geração das mesmas, poder estar vinculada às rotinas de notificação de cobrança e lançamentos de débitos.
- 3.123 Deverá permitir administrar as restrições de acesso dos usuários às consultas e cadastros;

#### **Módulo Web**

- 3.124 Permitir a emissão de segunda via de carnês/Guias via Internet;
- 3.125 Permitir a Emissão de Guia de ITBI de imóveis urbanos e imóveis rural pela Internet pelos cartórios cadastrados. Na emissão da guia de ITBI, tanto dos imóveis urbanos como dos imóveis rural, o sistema devera buscar automaticamente as informações de áreas e valores venais;
- 3.126 Permitir a Emissão de Certidão negativa, positiva com efeito negativo dos cadastros imobiliário, imobiliário rural, mobiliário, água e esgoto e pelo cadastro único de contribuintes;
- 3.127 Permitir a Emissão de guias com uma ou mais parcelas das dívidas dos cadastros imobiliários, imobiliário rural, mobiliário, água e esgoto e, também, através cadastro único de contribuintes;
- 3.128 Permitir a Emissão de demonstrativo onde consta os valores lançados, pagos, em aberto, os valores atualizados quando vencidos, parcelas canceladas dos cadastros imobiliários, imobiliário rural, mobiliário, água e esgoto e, também, através cadastro único de contribuintes;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

3.129 Permitir a emissão de listagem de débitos dos cadastros imobiliários, imobiliário rural, mobiliário, água e esgoto e pelo cadastro único de contribuintes;

3.130 Permitir a emissão de guias para recolhimento, com opção de incluir uma ou mais parcelas dos lançamentos dos cadastros imobiliários, imobiliário rural, mobiliário, água e esgoto e pelo cadastro único de contribuintes;

3.131 Permitir a consulta de dados cadastrais dos imóveis e empresas;

3.132 Permitir a consulta dos sepultamentos do banco de dados do modulo cemitério;

### **Módulo Peticionamento Eletrônico**

3.133. Permitir a geração de arquivos de petições iniciais e de certidões de dívida ativa assinadas digitalmente de acordos com os layouts do tribunal de justiça;

3.134. Permitir a geração de arquivos com petições intermediárias assinadas digitalmente;

3.135. Permitir o envio automático de petições iniciais e intermediárias para o sistema do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através do webservice;

3.136. Permitir a geração de petições de suspensão, cancelamento e reativação em lote e que sejam automatizados os envios das mesmas, assinadas digitalmente, junto ao tribunal de justiça via peticionamento intermediário;

3.137. Permitir a conferência dos documentos digitais antes do envio ao tribunal de justiça;

3.138. Permitir a atualização dos valores das certidões e petições iniciais de acordo com uma data a ser informada;

3.139. Permitir a visualização/alteração do código sequencial de envio dos ajuizamentos junto ao tribunal de justiça;

3.140. Permitir a consulta de todos os processos a serem enviados ao tribunal de justiça onde haja a possibilidade de filtrar pela área e/ou tipo de processo, pelo número do processo interno, pela situação a qual o processo se encontra, pelo número da certidão de dívida ativa, pela data de geração dos processos, pelo nome e/ou código do executado.

3.141. Permitir o armazenamento dos arquivos de retorno dos processos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

3.142. Permitir controle detalhado de todos os processos judiciais em que a Prefeitura Municipal é parte, com registro de dados: das partes do processo; das certidões de dívida ativa utilizadas; das citações realizadas; das despesas incorridas no curso do processo; das garantias apresentadas; das penhoras realizadas; dos leilões realizados e dos recursos apresentados.

3.144. Permitir Análise automática do preenchimento ou não de todos os campos do cadastro do contribuinte que são necessários para que a parte do processo de execução esteja devidamente qualificada antes da geração da petição inicial e da certidão de dívida ativa.

3.145. Permitir controle da situação das dívidas que são objeto das execuções fiscais, possibilitando a verificação de quais processos contêm dívidas totalmente em aberto, que possuem dívidas parcelas e quais têm dívidas já quitadas;

3.146. Permitir o controle de prazos processuais com aviso de proximidade do término do prazo para a realização de um ato processual;

3.147. Permitir o controle do prazo para prescrição da dívida ajuizada em ação de execução fiscal, com aviso do tempo restante para o seu término.

3.148. Permitir o controle de intimações recebidas nos processos judiciais em aberto, diferenciado aquelas cujo prazo para resposta já foi iniciado, daquelas que foram enviadas para ciência da parte contrária.

3.149. Permitir o armazenamento de diferentes arquivos relacionados ao processo: arquivos gerados por meio do sistema, arquivos recebidos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e arquivos resultantes da digitalização de documentos físicos.

3.150. Permitir o registro de todas as alterações realizadas no cadastro do processo no sistema, com indicação do usuário responsável pela alteração, da data e hora em que a alteração foi realizada e da informação alterada.

#### **Módulo ISS Eletrônico**

3.151. Solução online, utilizando plataforma web, executando em ambiente da Administração Pública Municipal, totalmente integrada em tempo real com sistema de tributos;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.152. O banco de dados deverá ficar hospedado na Prefeitura do Município de Ribeirão Corrente para maior segurança e domínio das informações;
- 3.153. Seguir o padrão ABRASF versão 2.01;
- 3.154. Permitir o acesso à solução online através de certificados digitais A1 ou A3 e com usuário e senha;
- 3.155. Permitir o envio de avisos e notificações on-line aos contribuintes;
- 3.156. Permitir a inclusão de links na tela de abertura do sistema;
- 3.157. Permitir a inclusão de texto personalizado na tela de abertura do sistema;
- 3.158. Possuir solução Web Service que permita a integração com os sistemas próprios dos contribuintes. Funcionalidades disponíveis: Geração de NFS-e, Recepção e Processamento de Lote de RPS, Enviar Lote de RPS Síncrono, Cancelamento de NFS-e, Substituição de NFS-e, Consulta de NFS-e por RPS, Consulta de Lote de RPS, Consulta de NFS-e por Serviços Prestados, Consulta de NFS-e por serviços tomados ou intermediados e Consulta por Faixa de NFS-e;
- 3.159. Permitir o cadastro automático do tomador de serviço dentro próprio tela de emissão de nota, sem que seja necessário fechá-la;
- 3.160. Possuir mecanismo de consulta de tomador cadastrado dentro da tela de emissão de nota;
- 3.161. Permitir a vinculação das notas fiscais eletrônica com a obra quando o serviço for relacionado à construção civil;
- 3.162. Possuir configuração para permitir ou não dedução da base de cálculo com limite, desconto condicional e incondicional;
- 3.163. Permitir consulta das notas fiscais por tomador, data de emissão, status, Item da lista de serviço;
- 3.164. Permitir a impressão das notas por faixa de número de nota e por limite da data de emissão;
- 3.165. Permitir a geração de XML das notas fiscais individuais ou por lote;
- 3.166. Permitir a alteração dos label das telas do sistema e também as cores para melhor se adaptar as necessidades da prefeitura;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.167. Possuir mecanismo para enquadrar automaticamente o contribuinte optante pelo simples nacional na sua alíquota;
- 3.168. Possuir mecanismo para impedir que o contribuinte imprima uma nota avulsa sem que o imposto esteja pago;
- 3.169. Possuir credenciamento via internet para contribuintes que emite nota fiscal avulsa eletrônica, nota fiscal convencional eletrônica, contribuintes de outro município e de gráficas. A Administração Pública Municipal apenas autoriza o credenciamento mediante apresentação de documentos;
- 3.170. Possuir solução online para consulta de autenticidade de notas, de prestadores de serviço, de RPS, de AIDF, de Lotes de RPS, da lista de serviço e suas alíquotas e a emissão do Recibo de Retenção de ISSQN;
- 3.171. Apresentação da quantidade de NFS-e emitidas e dos contribuintes autorizados a emitir no site da Administração Pública;
- 3.172. Permitir a visualização dos dados cadastrais do contribuinte;
- 3.173. Permitir a criação de novos usuários e a vinculação ao contribuinte com controle de permissões de todas as opções do sistema;
- 3.174. Possuir opções para consultar, imprimir, enviar via e-mail, emitir, cancelar e substituir Nota Fiscal de Serviços eletrônica (NFS-e) via internet;
- 3.175. Possuir visualização da Nota Fiscal Eletrônica antes da emissão, já com o mesmo layout oficial, com recursos que possibilitem a identificação de documento não oficial;
- 3.176. Permitir o cancelamento e substituição de nota fiscal eletrônica avulsa e convencional, mesmo que o imposto da nota esteja pago, e deixar o valor desse imposto como crédito na próxima geração da guia;
- 3.177. Possuir consulta dos créditos originados de cancelamento ou substituição de notas fiscais eletrônicas;
- 3.178. Permitir a geração de guias por seleção de notas fiscais, podendo ser parcial ou total, sem que o movimento econômico esteja fechado;
- 3.179. Permitir consulta das guias geradas por status, pago, aberto e cancelado;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.180. Permitir estorno das guias geradas;
- 3.181. Possuir opção para enviar o XML da nota assinada digitalmente com certificado digital
- 3.182. Possuir parâmetros para definir o prazo em dias para cancelamento e substituição da nota, após a data de emissão;
- 3.183. Possuir parâmetros para definir o prazo em dias para transferência do XML das RPS, e também do cadastramento manual de RPS;
- 3.184. Permitir a declaração de instituições financeiras, declaração de tomador e declaração de prestador (completa e simplificada);
- 3.185. Permitir declarações complementares;
- 3.186. Permitir que o tomador de serviço importa automaticamente, todas as notas fiscais de serviços que ele recebeu, e que os prestadores já declararam no sistema;
- 3.187. Criação do Plano Geral de Contas comentado através do módulo DES-IF;
- 3.188. Importação de arquivos da DES-IF (versão 2.2);
- 3.189. Consulta e geração de guias de recolhimento de ISS com cálculo de multa, juros e correções de acordo com as configurações da Prefeitura do Município de Ribeirão Corrente;
- 3.190. As guias de ISSQN não paga durante o exercício deverá ser incluída automaticamente na geração dos livros da dívida ativa;
- 3.191. Permitir a geração de guias no padrão arrecadação e padrão ficha de compensação de acordo com o layout da FEBRABAN;
- 3.192. Permitir a disponibilização de vários convênios, para o contribuinte escolher na emissão de boletos/guias de recolhimento;
- 3.193. A guia de ISSQN inscrita em dívida ativa deverá ficar disponível em tempo real para o para execução judicial no controle de ajuizamento do sistema de tributos;
- 3.194. Possuir rotina para controle automático dos impostos de contribuintes MEI, ISSQN Estimativa e ISSQN Fixo e Optantes do simples Nacional;
- 3.195. Geração do Livro Fiscal;
- 3.196. Consulta e cadastro de tomadores de serviço;
- 3.197. Consulta e solicitação de AIDF;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

3.198. Emissão de relatório de movimento econômico;

3.199. Permitir emissão de certidão negativa e certidão positiva com efeito negativo pelo contribuinte;

3.200. Permitir a emissão de guias paga pagamento de dívida ativa e uma ou mais parcelas na mesma guia de recolhimento;

3.201. Permitir o enquadramento automático da alíquota do ISS para contribuintes optantes ao simples nacional, para enviar a emissão de nota com alíquota errado. Para esse enquadramento o sistema deverá pegar as informações processada no arquivo da DAS do simples Nacional.

### **Módulo Fiscalização**

3.202. Gerenciar os Processos Tributários Administrativos (PTA), possibilitando o controle e a emissão de Termo de Início, autos de infração, Termo de Intimação, Termo de apreensão de documento, imposição de multa, termo de encerramento e o controle de entrega e devolução de documentos;

3.203. Permitir a Escrituração automática de tomador de serviço a partir das notas fiscais emitidas;

3.204. Permitir a Geração de Guias de Recolhimento para as Notas e Escriturações pendente de emissão de Guias;

3.205. Permitir a configuração da lista de Serviço de Acordo com a lei municipal de modo que o sistema defina automaticamente o local onde o ISSQN é devido durante a emissão de nota eletrônica.

3.206. Permitir configurar a lista de serviço informando se é permitido ou não retenção do imposto na emissão da nota fiscal eletrônica;

3.207. Permitir o cruzamento dos valores pagos através da DAS do Simples Nacional com os valores de ISSQN apurado na emissão da nota fiscal eletrônica, com opção para emitir avisos através do sistema de ISSQN Eletrônico;

3.208. Permitir o cruzamento das escriturações de tomadores e prestadores para detectar inconsistência entre essas declarações com opção para emitir avisos através do sistema de ISSQN Eletrônico;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

3.209. Permitir gerar avisos através do sistema de iss eletrônico, dos contribuintes pendente de escrituração de guias de serviços tomados e de notas pendente de geração de guias;

### **Módulo Valor Adicionado Fiscal**

3.210. Permitir gestão de controle, contendo mecanismos de controle do Valor Adicionado Fiscal;

3.211. Permitir que a fiscalização da prefeitura acompanhe as informações fornecidas pelas empresas enquadradas no regime periódico de Apuração – RPA e pelas empresas enquadradas no Simples Nacional, através das importações de arquivos.

3.212. Permitir o Recebimentos dos arquivos Pré Formatado da GIAs via upload;

3.213. Permitir Análise dos Movimentos das CFOPs;

3.214. Permite Cruzamentos das Escriturações de produtor rural com os códigos 1.1, 1.2 e 1.3 da DIPAM-B da GIAs;

3.215. Possuir relatórios comparativos entre valores de exercício diferentes;

3.216. Permitir a importação dos arquivos dos valores adicionados provisórios e definitivos fornecidos pela SEFAZ-SP;

3.217. Permitir a importação do arquivo com os cadastros dos contribuintes fornecido pela SEFAZ-SP

3.218. Permitir a importação dos arquivos DAS e DEFIS do Simples Nacional;

3.219. Permitir detalhamento dos códigos da GIAs para visualizar a apuração do valor adicionado por contribuinte;

3.220. Permitir o detalhamento dos valores importado através dos arquivos DAS e DEFIS para visualização do Valor Adicionado Fiscal;

3.221. Permitir a notificação de Contribuintes, via e-mail e por notificação impressa dos contribuintes que não entregaram a GIA.

3.222. Permitir o controle dos arquivos processados no sistema.

3.223. Possuir relatórios que gerencias dos faturamentos dos contribuintes do município.

3.224. Permitir a impressão dos recibos de entrega de GIAs

3.225. Permitir a consulta dos meses com GIA transmitidas e Não Transmitidas;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

#### Módulo Abertura e Encerramento de Empresas

- 3.226. Permitir integração com o sistema da Junta Comercial do Estado de São Paulo, para receber informações sobre solicitações de abertura de empresas que estejam abertas e as que já foram concluídas, além daquelas que não possuem viabilidade;
- 3.228. Permitir acompanhar solicitações de abertura de empresas registradas, com detalhes de identificação da empresa e dos seus sócios, das atividades vinculadas a essas empresas, das licenças obtidas ou não nos órgãos competentes e dos pareceres emitidos em relação essas solicitações;
- 3.229. Deve permitir o cadastro dos tipos de documentos que podem ser relacionados aos diferentes tipos de solicitações, além do cadastro dos próprios documentos, com a identificação do órgão/setor que o emitiu;
- 3.230. Permitir o cadastro e a pesquisa dos diferentes órgãos/setores que podem estar envolvidos na liberação da solicitação de abertura de uma empresa;
- 3.231. Permitir o cadastro e a pesquisa dos laudos emitidos pelos órgãos/setores competentes para liberar ou não a abertura de uma empresa;
- 3.232. Deve permitir o cadastro de requisitos a serem cumpridos para a emissão de alvarás provisórios e definitivos para as empresas solicitantes;
- 3.233. Possuir um cadastro de leis de diferentes esferas de governo, que estejam ou não ativas e que veiculem regras que devem ser observadas na análise das solicitações de abertura de empresas;
- 3.234. Possuir cadastro de perguntas que podem ser apresentadas aos solicitantes dos processos de abertura de empresas para auxiliar na análise da viabilidade da autorização, de tal forma que seja possível indicar o formato da resposta esperada, assim como a obrigatoriedade do preenchimento de uma justificativa para tal resposta;
- 3.235. Deve permitir o cadastro das características de atuação dos diferentes tipos de empresa que podem ser abertas no Município;
- 3.236. Deve permitir o registro da informação sobre o risco relacionado a cada atividade CNAE, além de relacioná-lo ao órgão competente para analisá-lo, fator que pode influenciar na liberação da abertura da empresa;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- 3.237. Possuir cadastro das diferentes zonas de uso do Município, ativas ou não, além de suas características, das classes e dos níveis de impacto relacionadas a cada uma delas;
- 3.238. Permitir o envio de anexo através da troca de informação entre solicitante e prefeitura.
- 3.239. Permitir após a finalização do processo de abertura a inclusão automática e em tempo real no cadastro do mobiliário da prefeitura.

### **Módulo Cliente**

- 3.240. Permitir a consultar de Viabilidade para abertura de Empresa;
- 3.241. Permitir consultar o andamento da consulta de viabilidade;
- 3.242. Permitir responder e consultar as perguntas e solicitações realizadas no modulo Módulo Auditor;
- 3.243. Permitir anexar documentos nas respostas para o Modulo Auditor;
- 3.244. Permitir solicitar a abertura caso a consulta de viabilidade seja deferida;
- 3.245. Permitir consultar o motivo do indeferimento da consulta de viabilidade de abertura.
- 3.246. Permitir Solicitar o Cancelamento ou Baixa de Empresa.
- 3.247. Permitir Solicitação de Alteração de Endereço.

### **Módulo Recadastramento Imobiliário**

- 3.248. Possuir módulo para recadastramento imobiliário via tablet;
- 3.249. Permitir a sincronização dos dados do cadastro imobiliário do Município para o tablet via Webservice;
- 3.250. Permitir a sincronização dos dados recadastra no tablet com o cadastro imobiliário do município através de Webservice;
- 3.251. Permitir a visualização dos cadastros recadastrados e não recadastrados;
- 3.252. Permitir o recadastramento das novas áreas edificadas e alterações e todas suas características;
- 3.253. Permitir o recadastramento de endereço de correspondência
- 3.254. Permitir informar históricos e fotos do imóvel



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

3.255. Permitir o sincronismo das informações pela rede local ou pela web;

### **Módulo Saneamento**

3.256. Permitir o cadastramento das unidades consumidoras, e controlar o faturamento da água e esgoto;

3.257. Permitir informar no cadastro as medidas, sentido e profundidade que passa a ligação de água e Esgoto;

3.258. As informações do saneamento deverão ficar no mesmo banco de dados do sistema de tributos Municipais (Software de Gestão de Receitas), compartilhando o cadastro único de contribuintes, cadastros das instituições financeiras, receitas, cadastro de bairros, logradouros e cidades, ou seja, o modulo saneamento deverá ser totalmente integrado com o sistema de gestão de receitas para evitar redigitação de informação;

3.259. Permitir o cadastramento do hidrômetro e suas principais características como vazão, diâmetro e fabricante e número de dígito do hidrômetro que dever ser utilizado para o sistema determinar quando é virada de hidrômetro;

3.260. Permitir o cadastramento dos tipos de materiais utilizado na ligação da água e esgoto;

3.261. Permitir o Cadastramento das possíveis situações da unidade consumidora, como ligado, desligado, cortado etc., com opção para configurar se essas situações entram no roteiro de leitura ou não;

3.262. Permitir o cadastramento de tipos de lacre utilizado para lacrar o hidrômetro no cavalete;

3.263. Permitir o cadastramento do tipo de esgoto da unidade consumidora;

3.264. Permitir o cadastramento dos leituristas e agentes de campo;

3.265. Permitir o cadastramento das categorias da ligação de Água;

3.266. Permitir o cadastramento do tipo do faturamento da ligação, como por exemplo: faturamento sobre consumo medido, faturamento fixo etc.;

3.267. Permitir o controle de troca de hidrômetro;

3.268. Permitir o controle da troca de lacre;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.269. Permitir o lançamento de receita de doação (doação a Santa Casa, asilo) junto com a conta de água, e não cobrar multa e juros dessa receita quando a conta estiver vencida;
- 3.270. Permitir o cadastro de ocorrências de leitura, com opção para determinar se o faturamento dessa ocorrência é normal, pela média, ou por algum consumo fixo. Quando o faturamento for pela média o sistema deverá permitir informar o número de meses que será utilizado no cálculo da média;
- 3.271. Permitir configurar a ocorrência para a criação de ordem de serviço automática;
- 3.272. Na digitação de leitura ou na importação de leitura quando utilizado coletor, o sistema deverá detectar se a ocorrência de leitura está configurada para gerar ordem de serviço, se sim, automaticamente será gerado uma ordem para os agentes de campo;
- 3.273. Permitir configurar a ocorrência para que seja descontado o consumo médio faturado no próximo faturamento com coleta de leitura;
- 3.274. Permitir o controle de economias dentro do cadastro da unidade consumidora;
- 3.275. Permitir a montagem dos roteiros de entrega e de leitura;
- 3.276. Permitir o cadastramento das análises da qualidade da água;
- 3.277. Permitir o cadastramento dos reservatórios de água, e também a sua associação com a unidade consumidora;
- 3.278. Permitir a configuração e criação dos parâmetros utilizados para o cálculo da água e esgoto;
- 3.279. Possuir uma tela de consulta de débito em tela com opção para impressão de listagem de débito e extrato. Essa tela deverá permitir selecionar as contas para emissão de guias com uma ou mais fatura de água e a geração parcelamento. O parcelamento poderá ser cobrado na próxima conta ou também em um carnê separado.
- 3.280. Deverá fazer a apuração do consumo do usuário, emissão das contas de água (padrão FEBRABAN ou Ficha de compensação) e baixas de pagamento destas contas.
- 3.281. Possuir um cadastro específico para armazenar as leituras informadas pelo próprio consumidor, com opção para transferir essas leituras para a tabela de leituras normais do sistema;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.282. Permitir a crítica das leituras, tais como leituras efetuadas, leituras não efetuadas, usuários desligados com consumo, usuários desligados sem leitura, leituras geradas pela média, leituras geradas pelo mínimo, leituras fora da faixa de consumo.
- 3.283. Possibilitar a parametrização quanto ao cálculo de multas, correção monetária e juros de mora.
- 3.284. Permitir a comunicação com os aparelhos de leituras via webserver, sem a necessidade de troca de arquivos txt;
- 3.285. Permitir a emissão do termo de quitação de débito;
- 3.286. Suportar o livre cadastramento de agentes arrecadadores, que podem ser agências bancárias ou pontos de arrecadação do comércio, ser totalmente compatível com o padrão FEBRABAN na troca de arquivos de débito automático, bem como arquivos de baixas recebidas nos caixas, permitir ainda que a baixa seja feita via leitora ótica ou por digitação manual.
- 3.287. Utilizar um único banco de dados, sem a necessidade de criação de banco de dados auxiliares para o armazenamento de históricos e movimentos anteriores;
- 3.288. Gerar mapas de faturamento e boletins de arrecadação para a contabilidade.
- 3.289. Suportar a cobrança de outros serviços e parcelas nas contas mensais de água;
- 3.290. Permitir a emissão segunda via com opção de cobrar taxa de expediente automaticamente na próxima conta utilizando código de barras padrão FEBRABAN.
- 3.291. Permitir a emissão de notificação de débito, com prazo para comparecimento e com opção para a inclusão de guia para o pagamento dos débitos da notificação.
- 3.292 Permitir o agendamento de pagamento de conta;
- 3.293. Na geração da ordem de corte o sistema de deverá verificar se as contas em aberto foram notificadas e se não possui agendamento de pagamento dentro do prazo antes de gerar a ordem;
- 3.294. Na baixa da ordem de corte, informar automaticamente a situação de corte no cadastro da unidade consumidora;
- 3.295. Permitir as baixas da ordem de corte individual e em lote;
- 3.296. Permitir cancelamento da ordem de serviço;
- 3.297. Permitir definir uma programação da ordem de serviço;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 3.298. As datas de vencimento das contas deverão ser configuráveis, observando-se os dias e ainda oferecer diferentes datas de vencimento para os usuários, através da determinação de setores de vencimentos;
- 3.299. Permitir diversas configurações de cálculo por categoria, podendo cobrar desde o convencional (Tarifa mínima) por ligação ou por economia, com efeito cascata ou direto na faixa, por estimativa no caso de ligações sem hidrômetro, até a cobrança pela TBO (Tarifa Básica Operacional) com suas diversas características, conforme os critérios de tarifação adotados pela Prefeitura.
- 3.300. Permitir a geração de diversos relatórios estatísticos, com opções de gráfico;
- 3.301. Emitir relatório de baixas, por órgão arrecadador, lote de baixa e data de pagamento e data de movimento;
- 3.302. Permitir o lançamento automático de crédito quando acusar um pagamento em duplicidade;
- 3.303. Permitir Lançamento de Crédito futuro eventual;
- 3.304. Permitir o refaturamento (alteração) de fatura com opção para colocar a motivo e o tipo do refaturamento e os dados para correção da fatura;
- 3.305. Possuir um relatório das contas refaturadas;
- 3.306. Permitir agrupamento de faturas de água de unidade consumidora com cadastros diferentes. Para esse agrupamento é gerado uma única guia com um único código de barra, e na baixa desse código de barra, todas as faturas vinculadas no agrupamento são baixadas automaticamente;
- 3.307. Permitir a emissão do relatório do mapa de faturamento;
- 3.308. Permitir um controle e gerenciamento de ordem de serviços;
- 3.309. Permitir a simulação de cálculo de água e esgoto;
- 3.310. Possuir uma tela de fácil acesso para os agentes de campos visualizarem as ordens de serviços pendentes;
- 3.311. Possuir ordem de serviço de ligação de água, que na sua finalização crie automaticamente o cadastro da ligação, deixando apenas para o usuário complementar os dados cadastrais;
- 3.312. Permitir consultar histórico das ordens de serviço e dentro do cadastro da unidade consumidora.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

3.313. O sistema deverá emitir relatórios de faturamento e boletins de arrecadação diária para a contabilidade.

3.314. Possuir relatório das solicitações e ordem de serviços;

3.315. Permitir a geração de auto de infração;

3.316. Possuir tela de atendimento ao consumidor com as opções mais utilizadas no atendimento como: débitos pendentes, dados das últimas leituras com suas ocorrências e datas, gráfico destes consumos, contas pagas, refaturamento, dados cadastrais, emissão de segunda via de contas (individuais ou resumidas), parcelamento de débito, geração de ordem de serviço, lançamento de receitas diversas, certidões, agendamento de pagamento, geração de protocolos, bem como informações sobre todas as ordens de serviços já realizadas ou em execução.

3.317. Permitir na tela de atendimento, na pesquisa, o redimensionamento dos das colunas da grid que demonstra o resultado dos dados pesquisados, bem como o posicionamento de cada coluna, para que o usuário personalize essa tela de acordo com suas preferências;

#### **Módulo Controle de Cemitério**

3.318. O Sistema de Cemitério Municipal deverá ter a finalidade de controlar e gerenciar os cemitérios. Realizar o controle dos terrenos, óbitos, sepultamentos, transferência de ossada e o total controle das exumações de cadáveres. E ter também um sofisticado controle estatístico e relatório que possibilitam o total gerenciamento do cemitério. O sistema de consulta deverá ser simples e objetivo, tornando rápido e preciso a obtenção das informações:

3.319. Do cadastramento dos terrenos: possuir um grande número de dados cadastrais que possibilitam um completo controle dos terrenos do cemitério. 3.1.255. Deverá ter nesse cadastro informações sobre sua localização e todas as características físicas, inclusive com fotos laterais e frontais;

3.320. No controle de óbitos deverá permitir o cadastro dos óbitos, mesmo se o sepultamento relacionado a esse óbito não tenha sido realizado em um cemitério da cidade. Nesse controle deverá





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

ter as informações referentes aos dados do cartório que emitiu o óbito e de todos os dados emitidos pelo médico e hospital que atestou o óbito

3.321. O controle de sepultamento ter as informações desde o velório até o sepultamento. Todas as informações referentes ao local onde o corpo foi velado, a funerária responsável e a localização do sepultamento serão tratadas nesse controle

3.322. O controle da transferência deverá ser simples e objetivo. O sistema deverá controlar tanto as transferências de terrenos como as de gavetas. 3.1.255. Todos os históricos das transferências serão gravados para consultas futuras;

3.323. Todas as exumações deverão ser controladas no sistema. Durante o cadastro de uma exumação o usuário tem a possibilidade de informar os responsáveis, o funcionário que realizou a exumação e o motivo. Todo o histórico das exumações deverá ser gravado para consultas futuras

3.324. O controle estatístico deverá ser realizado sobre os dados cadastrais informados no controle de terrenos, óbitos e sepultamentos. Todos os relatórios estatísticos deverão ter a opção de visualização e impressão em gráficos e em textos

3.325. Permitir um controle avançado de usuários, com senhas e com atribuições de permissões a nível de tela e operação.

### **ITEM 4. SOFTWARE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA**

4.1.O sistema deverá controlar todo o atendimento ambulatorial e hospitalar das unidades de saúde, atendendo a todas as normas e exigências do SUS, de acordo com a NOB-96 e as portarias que regulamentaram a nova tabela de procedimentos e suas definições.

4.2. Ele deverá conter no mínimo as seguintes características:

#### **Módulo Principal**

4.3. Permitir o cadastro ou importação das Unidades de Saúde, dos Profissionais e suas devidas Lotações do SCNES do Data SUS.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

- 4.4. Permitir a importação dos cadastros de Pacientes dos sistemas BPAMAG e/ou SISAIIH do Data SUS em caso de implantação sem conversão de dados.
- 4.5. Permitir um controle avançado de permissões de usuários e perfis de acesso, capaz de restringir ações de acordo com a sua função e a unidade em que opera.
- 4.6. Oferecer parâmetros de controle e comportamento para uma melhor adaptação do sistema à forma de trabalho do município.
- 4.7. Permitir a troca de recados entre usuários do sistema.
- 4.8. Mostrar o histórico de atualizações e correções do sistema bem como os detalhes de cada uma delas.
- 4.9. Possuir ferramenta para consulta e visualização do log das operações realizadas pelos usuários do sistema com várias opções de pesquisa.
- 4.10. Oferecer um dashboard com as principais estatísticas temporais e atemporais do sistema.

#### Ambulatório

- 4.11. Referente ao cadastro de pacientes, o sistema deverá oferecer uma ficha completa do paciente, com informações pessoais, endereço e características do domicílio, documentação, programas sociais, prontuários, fotos e documentos digitalizados.
- 4.12. Permitir o controle de prontuários físicos quando trabalhando com várias unidades de saúde interligadas;
- 4.13. Possuir regras para identificar e evitar possíveis duplicidades no cadastramento do paciente;
- 4.14. Utilizar pesquisa por nome fonético para facilitar localização de pacientes heterônimos.
- 4.15. Permitir o cadastro e localização do paciente por biometria (impressão digital).
- 4.16. Oferecer cadastro de população flutuante;
- 4.17. Permitir a unificação cadastros de duplicados e disponibilizar relatório de pacientes provavelmente ou possivelmente duplicados;
- 4.18. Permitir a consulta e importação de dados de pacientes diretamente da base nacional do Cartão SUS (barramento CNS).



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

4.19. Com referência ao prontuário do paciente, o sistema deverá mostrar o histórico de todos os procedimentos e serviços prestados a ele, em todas as suas passagens por qualquer unidade de saúde cadastrada no sistema, com informações sobre os atendimentos, as receitas emitidas, os medicamentos retirados por ele, os exames realizados e seus resultados, as vacinas aplicadas, as doenças diagnosticadas e documentos digitais anexados a essas passagens com opções de filtro e compatibilidades de especialidades.

4.20. Permitir um controle eficiente dos agendamentos de consultas, transportes e de procedimentos de acordo com a disponibilidade de vagas existentes;

4.21. Permitir o lançamento de vagas por profissional, especialidade, por período e dias da semana;

4.22. Permitir o registro de períodos de ausências de profissionais e feriados para bloqueio dessas datas.

4.23. Permitir o controle de horário do agendamento possa ser de forma manual, pré-definida na agenda do profissional ou ainda por intervalo de tempo.

4.24. Permitir o envio de SMS para o paciente agendado, com hora, data, profissional, especialidade e unidade do agendamento;

4.25. Possuir painel de chamadas com no mínimo o nome do paciente, aviso sonoro e o setor/consultório de destino do mesmo. O painel deverá respeitar o nome social do paciente quando informado no cadastro;

4.26. Possuir módulo para Acolhimento do paciente, coleta dos dados vitais, classificação de risco e faturamento automático de acordo com os dados informados.

4.27. Disponibilizar um módulo de Prontuário Eletrônico, que permita registrar os detalhes do atendimento (SOAP), dos procedimentos realizados, da hipótese diagnóstica, emissão de receitas, guias de encaminhamento, solicitações, complementos e atestados, permitindo inclusive a visualização de forma simples e objetiva dos dados coletados na triagem bem como todo o histórico do paciente no município.

4.28. Deverá mostrar o saldo de cada medicamento em estoque no momento da receita, auxiliando o profissional na escolha com base na sua disponibilidade;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 4.29. Possuir módulo para gerenciamento do Pós Consulta permitindo controlar a ocupação dos leitos, prescrições e administrações de medicamentos, acompanhantes e altas.
- 4.30. Oferecer controle completo de manutenção e exportação das Fichas de Cadastro e Atendimento para o ESUS-AB PEC.
- 4.31. Possuir módulo específico para gerenciamento dos pacientes e domicílios pelos agentes comunitários de saúde.
- 4.32. Possibilitar a emissão de comprovante de consultas e exames agendados e permitir que o próprio usuário possa configurar os dados integrantes e a disposição do documento;
- 4.33. O sistema deverá realizar a consistência dos dados de produção, principalmente em relação aos procedimentos e suas regras de compatibilidade como entre procedimento e CID, procedimento entre diversas outras para evitar glosa no faturamento já no ato do lançamento e não posteriormente.
- 4.34. Permitir o cadastro e a impressão de guias de encaminhamento e solicitações de serviços de apoio (SADT);
- 4.35. Possuir módulo para regulação de guias de encaminhamentos e solicitações bem como o controle de vagas por tipo de vaga, procedimento e vigência do procedimento;
- 4.36. Possuir calendário de vacinação parametrizável que servirá de base para o controle de doses aplicadas aos pacientes nos atendimentos de rotina;
- 4.37. Permitir o cadastro de campanhas de vacinação realizadas no município;
- 4.38. Permitir o agendamento de vacinas e o controle de faltosos;
- 4.39. Permitir que o usuário customize qualquer impresso do sistema, podendo ele selecionar os campos e a sua disposição dentro do documento, bem como o tipo da fonte e inserção de figuras e tabelas;
- 4.40. Oferecer controle completo de viagens, desde o agendamento até a realização permitindo controlar o veículo, motorista, rota, passageiros, acompanhantes, despesas no trajeto gerando faturamento automaticamente do transporte realizado;
- 4.41. Permitir também o registro de acompanhamento complementar de gestantes (SISPRENATAL), hipertensos e diabéticos (HIPERDIA) e Epidemias (Vigilância Epidemiológica).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

### Farmácia

- 4.42. Deverá conter um módulo para gerenciamento do estoque de medicamentos e materiais das unidades de saúde.
- 4.43. Possibilitar ainda o gerenciamento dos produtos por lotes, validades e estoque mínimo;
- 4.44. O cadastramento dos produtos deverá conter grupos e subgrupos para facilitar na organização do estoque.
- 4.45. Deverá disponibilizar o resumo da sua movimentação física e financeira do produto, além do saldo em estoque, o valor da última compra e seu preço médio em tela.
- 4.46. Permitir o lançamento das entradas, saídas e transferências de produtos entre unidades, contendo informações referentes a fornecedores, pacientes e lotes, tornando possível a emissão do balancete que é apresentado ao Tribunal de Contas do Estado;
- 4.47. Deverá oferecer integração com o Qualifar-SUS e BNDASAF via webservice, gerando arquivos para posterior transmissão, com todas as informações necessárias referentes ao estoque, às entradas, dispensação perdas dos medicamentos nas unidades farmacêuticas, dispensando assim o uso do HORUS;
- 4.48. Permitir a unificação de cadastro de produtos duplicados;
- 4.49. Permitir a troca de grupo e subgrupo de produtos e materiais para melhor organização;
- 4.50. Permitir a elaboração e gerenciamento de pedidos das unidades para uma unidade central;
- 4.51. Permitir transferência de estoque entre unidades exigindo ou não confirmação de recebimento;
- 4.52. Oferecer uma tela para visualização da movimentação de determinado produto no sistema para identificação e correção de possíveis erros de digitação e diferenças entre o saldo do sistema com o estoque físico.
- 4.53. Permitir o gerenciamento de medicamentos de Alto Custo, desde o registro, impressão do Laudo de Medicamento Excepcional (LME) até o controle de retiradas e vigência dos documentos anexos ao processo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- 4.54. Permitir um total controle de processos judiciais inclusive com pactuação;
- 4.55. Permitir controle de medicamentos manipulados, cadastro de fórmulas e impressão de etiquetas de identificação;
- 4.56. Permitir visualização do estoque distribuído entre unidades;
- 4.57. Permitir utilização de código de barras no lançamento das requisições.
- 4.58. Possuir monitores de entrega, de pedidos e de transferências;
- 4.59. Possuir integração com o módulo Ambulatório para lançamento de saídas por receita ou prescrição;
- 4.60. Possuir integração com o módulo Hospitalar para lançamento de saída por internação agilizando o faturamento da mesma.
- 4.61. Gerar o livro de medicamentos controlados automaticamente baseado na movimentação dos produtos;

### Hospital

- 4.62. O sistema deverá gerenciar as internações hospitalares SUS ou de convênios, desde a chegada do paciente ao hospital até a sua alta.
  - 4.63. Disponibilizar o cadastro dos setores, quartos, apartamentos e leitos da unidade podendo-se diferenciá-los por cores.
  - 4.64. Controlar além do registro da Internação, o Laudo Médico, Evolução Clínica do Paciente, Evolução Social, Prescrição Médica, Alta, Encerramento e emissão de diversos documentos que podem ser customizados de acordo com a necessidade do Hospital.
  - 4.65. Deverá possibilitar o cadastro de acompanhantes e familiares do paciente internado para uma melhor gestão das visitas.
- Oferecer controle automático de ocupação, liberação e bloqueio dos leitos.

### Laboratório

- 4.66. O sistema deverá oferecer um gerenciamento laboratorial completo, indo desde a abertura da requisição e coleta até o lançamento dos resultados, conferência e confecção do laudo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

4.67. Deverá trabalhar com tabelas e fórmulas de cálculo customizáveis para a lançamento dos resultados dos exames laboratoriais, com seus respectivos valores normais que podem ser variáveis dependendo do sexo e idade do paciente.

4.68. Permitir emissão de etiquetas com código de barras para identificação do tubo nos aparelhos de análise capazes de fazer a leitura.

4.69. Possuir rotina de revisão e conferência eletrônica dos exames realizados;

4.70. Possuir interfaceamento com alguns aparelhos de análise do mercado para automação do laudo;

4.71. Possuir ferramenta web para que o paciente possa consultar e imprimir o resultado dos seus exames através de chave de acesso e validação de informações do seu cadastro.

### **Radiologia**

4.72. O sistema deverá controlar o registro e emissão dos laudos de exames de imagem realizados na unidade de saúde do município.

4.73. Deverá gerar faturamento automático ao confirmar a realização do exame quando SUS.

4.74. Possuir cadastro de resultados padrões, com possibilidade de alteração e/ou de inclusão de outros laudos pelo usuário do sistema.

4.75. Possuir rotina de armazenamento de imagens anexando-as às requisições;

### **Banco de Sangue**

4.76. O sistema deverá disponibilizar um módulo para o gerenciamento do estoque de bolsas de sangue, desde o recebimento delas até a sua utilização e organizando-as pela sua situação.

4.77. Deverá conter um cadastro de doadores, controlar a aptidão e as doações dos mesmos.

4.78. Sugerir o agendamento da próxima doação ao confirmar uma, obedecendo o intervalo mínimo pelo sexo do paciente.

4.79. Oferecer rotina para registro do desprezo de bolsas de sangue quando ocorrer.

### **Zoonoses**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

4.80. Disponibilizar um módulo para controle de zoonoses contendo o cadastro dos animais do município sujeitos a regulação municipal.

4.81. O cadastro deverá ser separado por espécies e raças, e possuir campos para informação das características do animal, dados do proprietário e endereços além do número de identificação municipal e foto do animal.

4.82. Possibilitar o registro da vacinação dos animais.

4.83. Registrar os exames realizados nos animais e o posterior lançamento resultado de diagnose em animais com risco de infecção.

4.84. Deverá permitir a impressão do laudo e manter o histórico completo das ações pelas quais o animal foi submetido.

### **Vigilância Sanitária**

4.85. O sistema deverá oferecer um módulo para gerenciamento dos estabelecimentos do município sujeitos a vigilância sanitária.

4.86. Deverá possuir um cadastro completo dos estabelecimentos, das suas atividades econômicas, responsáveis, CEVS e validades.

4.87. O sistema deverá calcular se o mesmo é isento, exige Cadastro ou Licença para funcionamento baseado nas atividades que realiza (CNAE).

4.88. Possuir rotina que permita controlar a produção dos agentes sanitários integrado ao faturamento Ambulatorial.

4.89. Possibilitar o lançamento da produção dos agentes de forma simples e/ou detalhada (Visita).

4.90. Deverá oferecer controle completo para agendamento e realização de visitas inclusive detalhando a situação conclusiva do estabelecimento, se será interditado, risco oferecido e prazo para adequação quando necessário.

4.91. Possuir algum recurso que permita a importação automática das tabelas, dos estabelecimentos e suas características do SIVISA.

### **Faturamento**





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

4.92. O sistema contratado deverá ter um módulo destinado ao faturamento de internações, procedimentos ambulatoriais e serviços realizados nas Unidades de Saúde.

4.93. Deverá possuir integrações com sistemas reguladores, permitindo a sincronização de tabelas cruciais para o faturamento da produção. Dentre elas estão as tabelas de procedimentos SUS através do BPAMAG e/ou do SISAIIH ou de convênios como as tabelas TUSS, AMB92, CBHPM entre outras não menos importantes como a de medicamentos e materiais do Brasindice, ABCFarma, CATMAT, SIMPRO e etc.

4.94. Permitir o cadastro de procedimentos, coeficientes, convênios e de planos de saúde.

4.95. Deverá ter rotinas para a geração e a exportação automática dos diversos tipos de faturamentos e de todas as tabelas que necessitam de atualização periódica, permitindo gerar, o faturamento Ambulatorial-SUS para o BPAMAG, Hospitalar-SUS para o SISAIIH01, faturamento de Convênios seguindo para o padrão TISS (Troca de Informação em Saúde Suplementar) em papel (guias) e/ou digital (arquivo XML).

4.96. Quando se tratar de atendimento de convênios, ainda deverá gerar arquivos de remessa para o CIHA (Comunicação de Internação Hospitalar e Ambulatorial).

4.97. Deverá oferecer diversos relatórios para acompanhamento do faturamento, inclusive de comparação entre competências que ajuda a identificar discrepâncias ou omissão de informação.

### **Android**

4.98. O sistema também deverá oferecer ferramenta para Android a ser utilizada em tablets online/offline para uso dos agentes comunitários de saúde para cadastro dos seus pacientes e registro das suas visitas domiciliares;

## **ITEM 5. SOFTWARE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

5.1. O Sistema de Assistência Social tem por finalidade, o gerenciamento de todos os serviços prestados pela assistência social do município de uma forma simples, intuitiva, totalmente on-line



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

e compatível com qualquer dispositivo. Tem como funcionalidades, o agendamento de atendimentos e visitas domiciliares, o controle de prontuários, registrar atendimentos particulares e coletivos, gerar e consultar RMA por equipamentos, cadastros de pessoa/profissional/família, dentre outros. É possível também gerenciar: ***projetos sociais, doações, visitas domiciliares, cadastros e concessão de benefícios para uma pessoa ou família, realizar atendimentos sendo como PAIF, PAEFI, POP, SCFV e SPSBD***. Tudo de forma simplificada e objetiva.

5.2. O sistema permite consultar, criar, cancelar e atender agendamentos para qualquer profissional do equipamento;

5.3. No prontuário, está centralizado todas as informações relacionadas a pessoa ou família. Contendo atendimentos, agendamentos, encontros e benefícios. É possível também, ter acesso a famílias, unidades de referência e formas de acompanhar os prontuários;

5.4. Permite criar um “conjunto” de prontuários, que podem ser associados como favoritos, para facilitar ao usuário o acesso a eles;

5.5. Permite o encaminhamento dos atendimentos, que serão separados em “Enviados” e “Recebidos”, bem como a aceitação ou recusa do recebimento e o prosseguimento do atendimento pela outra Unidade e/ou Profissional;

5.6. O sistema oferece um controle eficiente dos atendimentos individuais e coletivos realizados na unidade registrando desde o motivo pelo qual a pessoa procurou atendimento até aos pareceres e encaminhamentos. No caso do atendimento coletivo oferece a possibilidade de o usuário informar os participantes ou não;

5.7. Permite que o profissional que realizou o atendimento ative o “relato sigiloso”, para que dessa forma, bloqueie as informações, deixando somente visível para seu login e senha;

5.8. É possível que a partir de um atendimento, seja feito um encaminhamento, fazer a concessão de um benefício, entre outras ações;

5.9. O sistema oferece vários relatórios gerenciais e estatísticos com a opção de visualização, impressão e exportação para outros formatos, como DOC e PDF; tais como: benefícios concedidos, pessoas, famílias, atendimentos agendados e realizados, concessão de benefícios, entre outros;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- 5.10. É possível gerar e consultar dados do RMA, informando o **mês** e **ano** de referência, com base na **unidade** selecionada. Após gerar ou consultar, será exibido um layout com o contador das informações de cada item;
- 5.11. Permite a importação do arquivo de atualização/importação dos registros do Cadastro Único;
- 5.12. No que diz respeito ao cadastro das pessoas e famílias, este segue o modelo do Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, proporcionando ao governo municipal, o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando a análise das suas principais necessidades;
- 5.13. A renda familiar, o total de despesas e a renda per capita está integrado ao cadastro da família, e são calculados dinamicamente de acordo com os membros e despesas vinculadas a família;
- 5.14. Possui rotina de remanejando de pessoas entre famílias indicando o motivo;
- 5.15. O sistema oferece a possibilidade de o usuário anexar documentos digitalizados tanto no cadastro da pessoa quanto no de famílias;
- 5.16. Permite o cadastro e gerenciamento, de forma dinâmica, dos benefícios e programas sociais oferecidos pela instituição;
- 5.17. Controla os eventos realizados de cada programa social bem como o controle de presença das pessoas nos mesmos;
- 5.18. Permite o gerenciamento das concessões de benefícios. A tela de concessão deverá mostrar os benefícios já recebidos pela pessoa ou por sua família, contendo a data, o benefício, além da unidade que fez a concessão, evitando, assim, a sobreposição de benefícios baseados na vigência e na natureza do benefício, e possibilitando uma análise rápida e fácil do histórico;
- 5.19. Possui rotina de unificação, para eliminar cadastro duplicado;
- 5.20. Permite um controle avançado de usuários a partir de permissões de acordo com a sua função e a unidade em que trabalha;

### ITEM 6. SOFTWARE DE SECRETARIA E PROTOCOLO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

6.1. Esse sistema deverá ter por finalidade controlar e gerenciar os processos, protocolos e documentação em geral da instituição. O sistema controlará os protocolos e seus trâmites, com pareceres e endereçamento de arquivos, devendo possuir um editor próprio que possibilite o gerenciamento de todos os documentos (decretos, ofícios, etc.), bem como agenda de compromissos e um sistema de consulta fácil e rápido, permitindo um acompanhamento detalhado dos processos, protocolos, documentos e seus autores, agrega também uma rotina de digitalização de documentos e processos possibilitando assim a visualização instantânea dos documentos em seu formato original, com carimbos e assinaturas.

6.2. O cadastro dos documentos deverá ser rápido e fácil, contendo informações que possibilitem seu total controle. O usuário poderá cadastrar diversos tipos de documentos, como atas, ofícios, decretos e leis, definindo seus modelos, tornando, assim, muito fácil a confecção de um documento novo, já que o sistema deverá vincular o cadastro do documento com o arquivo em si, que, por sua vez, ficará gravado em banco de dados. O sistema deverá proporcionar diversas opções de pesquisa, podendo o usuário pesquisar outras opções por partes específicas do texto (conteúdo do documento), visualizando o mesmo em destaque, isso tudo vinculado à digitalização do documento.

6.3. Todo protocolo, processo e/ou documentação e ou digitalização cadastrada no sistema poderá ser endereçada, devendo, o endereçamento físico, consistir em informar a localização do arquivo dentro da instituição, sendo ele arquivado ou não.

6.4. Permitir o controle da agenda de diversos usuários, sendo tudo definido por senha.

6.5. Todo documento cadastrado deverá ser enviado para o setor administrativo responsável, cada setor deverá ter a opção de informar seu parecer e arquivar ou dar andamento, enviando o protocolo para um outro setor administrativo, tudo isso a ser realizado em tempo real e com uma cópia digitalizada do processo em anexo, O processo de tramitação de documentos e seus pareceres deverão ser totalmente gravados para consulta e relatórios futuros, garantindo a segurança e agilidade das informações. Cada tipo de documento deverá possuir um controle de tempo, para que não seja ultrapassado o tempo de resposta.

6.6. Documentos como cópias de RG, certidões, atestados ou mesmo toda documentação da secretaria, como leis e processos, poderão ser anexados a um protocolo, bastando que se informe



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

o tipo de documento, permite anexar ao protocolo a digitalização desses documentos aumentando assim a integridade dessas informações. Permitir um controle avançado de usuários, com senhas e com atribuições de permissões a nível de tela e operação.

6.7. Em atendimento a Lei nº 12.527 de 18/11/2011 (Lei de Acesso a Informações) o sistema deve possibilitar a integração e interação com Sistema Eletrônico de Documentos que permita, no mínimo:

6.8. A captura de documento como um elemento de arquivo, incorporando-o ao sistema eletrônico através das seguintes ações: registro; classificação; indexação; atribuição de restrição de acesso e arquivamento.

6.9. O Registro Digital correspondente ao resultado da aplicação das ferramentas de TI que gerem uma imagem digital do documento em meio físico.

6.10. A Gestão de Documentos através de conjunto de equipamentos, ferramentas e sistemas que permitam gerenciar a criação, revisão, aprovação e descarte de documentos eletrônicos.

6.11. A Pesquisa, localização e apresentação dos documentos.

6.12. A Avaliação, temporalidade e destinação dos documentos nas fases corrente e intermediária, facilitando a constituição dos arquivos permanentes. Os prazos de guarda e as ações de destinação devem ser fixados em tabela de temporalidade e destinação a ser adotada pela entidade.

6.13. A Publicação e a divulgação através de meio eletrônico, inclusive internet, dos documentos que forem selecionados.

6.14. Consultas locais e à distância por funcionários, assessores, bem como quaisquer outras pessoas dos documentos e informações digitalizados e autorizados para consultas e divulgações.

### **ITEM 7. SOFTWARE DE CONTROLE INTERNO MUNICIPAL**

7.1. O Sistema de Controle Interno deverá produzir relatórios exigidos pelos Tribunais de Contas Estaduais e auxiliar as atividades de fiscalização e orientação da Controladoria Municipal. O Sistema de Controle Interno Municipal, juntamente com o controle externo exercido pelos Tribunais de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

Contas poderá auxiliar a respectiva Câmara Municipal na fiscalização do cumprimento das normas legais, especialmente as da Lei Complementar nº 101/00 – a LRF, deverá ainda permitir:

- 7.2. Realizar levantamentos de funcionamento dos diversos setores da administração;
- 7.3. Realizar levantamento de dados estatísticos da situação econômico-financeira desde a arrecadação municipal até a elaboração dos balanços.
- 7.4. As principais opções do sistema deverão ser:
  - 7.4.1. Parâmetros - cadastramento de usuários e funcionalidades do sistema;
  - 7.4.2. Cadastros - manutenção dos cadastros básicos de assuntos, unidades responsáveis e níveis de informação;
  - 7.4.3. Avaliação - manutenção de questionário, programação de serviços e impressão de relatórios;
  - 7.4.4. Auditoria - manutenção de itens, programação de serviços e impressão de relatórios;
  - 7.4.5. Dados - levantamento das quantificações disponíveis que se constituem em base para o conhecimento da realidade em sistemas de contabilidade, arrecadação e pessoal compatíveis com o da empresa.
- 7.5. O sistema deverá ser totalmente parametrizável, visando adaptar-se às situações e peculiaridade de cada usuário, com relação à:
  - 7.5.1. Usuários - livre cadastramento de usuários e permissões de acordo com as unidades responsáveis;
  - 7.5.2. Avaliação - inclusão, exclusão e alteração a qualquer momento de quesitos a serem utilizados na avaliação por assuntos e unidades;
  - 7.5.3. Auditoria - inclusão, exclusão e alteração a qualquer momento de itens a serem examinados nas verificações, por assuntos e unidades;
  - 7.5.4. Níveis - o cadastramento de níveis para as avaliações e auditorias, deverá permitir a geração de relatórios só de determinado nível, por assuntos, unidades responsáveis e ainda só as irregularidades constatadas com respectivas recomendações ou completo.

#### ITEM 8. SOFTWARE DE ENSINO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 8.1. O Sistema de Ensino deverá gerenciar de forma simples e organizada todas as unidades de ensino do município, de maneira unificada.
- 8.2. Permitir o gerenciamento da parte acadêmica das unidades de ensino, controlando notas, faltas de alunos e professores, atribuição de aulas e formulação do horário destas em banco de dados único. O sistema deverá ainda:
- 8.3. Permitir cadastro de alunos único e completo, assim como histórico completo, mesmo com várias escolas no município interligadas;
- 8.4. Permitir anexar documentos e imagens ao cadastro de alunos;
- 8.5. Permitir a parametrização do tipo de avaliação por escola;
- 8.6. Permitir cadastro único e completo de professor, com informação de formação, período do curso, carga horária e pontos;
- 8.7. Permitir emissão de carteirinha tanto de aluno como de professor, customizável;
- 8.8. Permitir elaborar documentos personalizados tanto para aluno como para professor, como declarações, atestados, comprovantes etc.;
- 8.9. Permitir registro de pontuação por professor, para tempo de serviço e títulos;
- 8.10. Permitir a atribuição de aulas para o professor, indicando a disciplina, escola sede, escola de trabalho, bem como as horas de complementares e suplementares.
- 8.11. Permitir cadastro de salas, com localização e dimensão;
- 8.12. Permitir controle de dependências e dispensas por aluno;
- 8.13. Permitir o lançamento das disciplinas padrão por turma, com carga horária anual e dias letivos;
- 8.14. Permitir o lançamento dos conceitos/habilidades de cada disciplina por turma;
- 8.15. Permitir o lançamento de dias e períodos não letivos;
- 8.16. Permitir o registro de aulas semanais por turma e por período, alertando o usuário, caso este tente lançar duas aulas diferentes para o mesmo professor no mesmo horário, garantindo o dinamismo e a integridade dos horários;
- 8.17. Oferecer controle total de matrículas, desde o cadastro até o final do ano letivo ou evasão, onde o sistema deverá controlar também o motivo da evasão, seja por desistência, transferência etc.;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 8.18. Permitir o gerenciamento completo de faltas e notas. O sistema deverá ser flexível e configurável para diferentes formas de avaliação e notas (conceitos), calculando automaticamente a média final e a condição do aluno, se aprovado ou reprovado;
- 8.19. Permitir a configuração de fórmula de cálculo para exame, quando houver;
- 8.20. Permitir o lançamento de notas de recuperação por competência ou final;
- 8.21. Permitir de uma forma simples e prática, que através da gestão da turma, que contém informações sobre os alunos e as disciplinas, o usuário possa lançar faltas, notas, conceitos/habilidades, ocorrências na turma, conteúdo ministrado, conteúdo planejado, ausência compensadas, causas e intervenções, considerações por matrícula e competência, sondagem de escrita, bem como o parecer descritivo por disciplina e competência;
- 8.22. Permitir monitoramento de vagas por turma e período;
- 8.23. Permitir controle de almoxarifado por unidade de ensino, com registro de entradas e saídas e controle de estoque;
- 8.24. Permitir o controle de transferências de estoque entre escolas;
- 8.25. Permitir o controle de pedidos de produtos entre escolas, possibilitando registrar as saídas e/ou transferências desses pedidos.
- 8.26. Permitir lançamento de cardápio e controle de merenda, por período;
- 8.27. Permitir cadastro de linhas urbanas e rurais, motorista, veículos e rota de transporte de alunos;
- 8.28. Controlar a distribuição de passe escolar para os alunos que usufruem deste benefício, informando ao usuário as últimas retiradas do aluno, de modo que evite sobreposição;
- 8.29. Permitir a emissão de requerimento para professores e alunos;
- 8.30. Permitir o lançamento de Atas, assim como os participantes presentes e a descrição.
- 8.31. Permitir apuração final e rematrícula automáticas por turma;
- 8.32. Possibilitar relatórios de alunos por turma, customizável;
- 8.33. Possibilitar relatórios de faltas por turma mensal, bimestral e anual, customizável;
- 8.34. Possibilitar relatórios de percentual de faltas e frequência, customizável;
- 8.35. Possibilitar relatórios de pontuação por professor;
- 8.36. Possibilitar emissão de situação do aluno e ficha de avaliação por aluno, customizável;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 8.37. Possibilitar emissão de boletim por aluno e por turma, customizável;
- 8.38. Possibilitar emissão de ata bimestral, customizável;
- 8.39. Possibilitar emissão de histórico de conclusão de transferência, customizável;
- 8.40. Possibilitar a unificação de cadastro de alunos, professores, bairros, disciplinas e séries duplicados;
- 8.41. Possuir ferramenta web para que professores possam efetuar lançamentos de notas, faltas, ocorrência, conteúdo ministrado, parecer descritivo e disponibilizar material online; e aos alunos possibilitar consultas e download de material;
- 8.42. Oferecer vários relatórios gerenciais e estatísticos com a opção de visualização, impressão e exportação para outros formatos, como DOC e PDF;
- 8.43. Permitir um controle avançado de usuários a partir de permissões de acordo com a sua função e a unidade de ensino em que trabalha;
- 8.44. Permitir informar nas matrículas as causas e intervenções, individualmente por aluno;
- 8.45. Permitir informar as Ausências Compensadas por aluno, sendo que ao informá-las são abatidas do total de faltas;
- 8.46. Permitir lançar o Conteúdo Ministrado por dia e para cada disciplina;
- 8.47. Permitir lançar um Plano de Aula para cada disciplina;
- 8.48. Permitir realizar a Sondagem de Avaliação Diagnóstica das Hipóteses de Escrita dos alunos, identificando por cores cada tipo de hipótese;
- 8.49. Permitir importar através de arquivo .TXT disponibilizado pelo site do EDUCACENSO o cadastro de Escolas, Turmas, Professores, Alunos e Matrículas;
- 8.50. Permitir importar cadastro de alunos e professores através de arquivo .XML gerado pelo site do EDUCACENSO;
- 8.51. Permitir gerar arquivo .TXT que será utilizado para a migração no site do EDUCACENSO, exportando cadastro de Escolas, Turmas, Professores, Alunos e Matrículas.
- 8.52. Permitir atualizar o cadastro de alunos sem INEP no sistema, através do envio de arquivo dos alunos sem INEP e atualização no sistema com o arquivo de retorno enviado pelo EDUCACENSO;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

8.53. Permitir a atualização do cadastro de professores sem INEP no sistema, através do envio de arquivo dos professores sem INEP e atualização no sistema com o arquivo de retorno enviado pelo EDUCACENSO;

8.54. Permitir importar as tabelas auxiliares do EDUCACENSO (Distritos, Órgãos Regionais, Línguas Indígenas, Atividades Complementares, Cursos Técnicos, Disciplinas (para vínculo no cadastro das disciplinas do SIE), Países, Cursos Superiores, Instituições de Ensino Superior, Etapas e Cartórios), que são utilizadas nos diversos cadastros do sistema.

### **LOTE Nº 02**

#### **PARTE 1 - IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS**

##### **01 – Conversão de Bases de Dados**

A migração dos dados existentes constitui etapa essencial da contratação, devendo a futura contratada promover a conversão integral das bases de dados atualmente utilizadas pela Administração Municipal para a nova estrutura da solução ofertada, assegurando a integridade, consistência, rastreabilidade e disponibilidade das informações, bem como a preservação do histórico necessário à continuidade administrativa e ao atendimento das exigências legais e dos órgãos de controle.

Para fins de viabilização da migração, a Administração disponibilizará à contratada, após a assinatura do contrato, acesso às bases de dados existentes, bem como informações técnicas disponíveis, tais como layouts, dicionários de dados, estruturas conhecidas e demais elementos que possua, sem prejuízo da eventual necessidade de complementação por parte da contratada.

Na hipótese de inexistência ou insuficiência de documentação técnica das bases atualmente utilizadas, a contratada poderá empregar técnicas de engenharia reversa, exclusivamente como meio complementar à obtenção das informações necessárias à migração, não podendo tal circunstância implicar prejuízo à competitividade do certame, tampouco transferência integral de responsabilidade à Administração quanto à estruturação dos dados.

A contratada será integralmente responsável pela correta conversão, validação e consistência dos dados migrados, devendo promover testes, ajustes e validações junto à Administração, de modo a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

garantir o pleno funcionamento dos sistemas, sem perda de informações relevantes ou comprometimento da operação.

Eventuais inconsistências identificadas no processo de migração deverão ser corrigidas pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo a ser definido no cronograma de implantação, assegurada a continuidade dos serviços públicos e a conformidade com os requisitos técnicos e legais aplicáveis.

#### 02 - Implantação de Programas

A implantação dos programas deverá ser no prazo máximo de 30 (trinta) dias, já com as bases contendo os dados convertidos e os sistemas de processamento adaptados à legislação do Município.

#### 03 - Treinamento de pessoal

3.1. Simultaneamente à implantação, parametrização, disponibilização e entrada em operação dos programas contratados, a futura contratada deverá realizar treinamento operacional, técnico e funcional dos servidores municipais indicados pela Administração, com o objetivo de assegurar a correta utilização dos sistemas, a adequada assimilação de suas funcionalidades e a continuidade eficiente dos serviços públicos a eles vinculados.

3.2. O treinamento deverá contemplar, no mínimo, 10 (dez) servidores municipais, observada a distribuição mínima por programa constante da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual ampliação do número de participantes, caso a Administração entenda necessária, sem acréscimo de ônus para o Município.

Programa/Sistema	Quantitativo mínimo de servidores a serem treinados	Carga horária mínima
Software Ouvidoria Pública Web/PWA	2 servidores	4 horas
Software Diário Oficial Municipal	2 servidores	4 horas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

Programa/Sistema	Quantitativo mínimo de servidores a serem treinados	Carga horária mínima
Software Aplicativo para Atendimento de Mulheres em Situação de Violência	2 servidores	6 horas
Software Gestão de Documentos, Processos e Ocorrências	2 servidores	8 horas
Software Gerenciamento de Licenças de Trânsito	2 servidores	6 horas

3.3. A carga horária mínima total de treinamento será de 28 (vinte e oito) horas, distribuída entre os programas acima especificados, podendo ser executada de forma presencial, remota síncrona ou híbrida, conforme cronograma previamente aprovado pela Administração, desde que assegurada a efetiva capacitação dos usuários e a adequada demonstração das funcionalidades de cada sistema.

3.4. O treinamento deverá ser ministrado por profissional(is) devidamente habilitado(s) e com domínio técnico dos sistemas ofertados, devendo abranger, no mínimo, os seguintes conteúdos:

- apresentação geral de cada programa e sua finalidade institucional;
- procedimentos de acesso, autenticação, níveis de permissão e perfis de usuários;
- funcionalidades principais, rotinas operacionais e fluxos de utilização;
- cadastro, tramitação, consulta, atualização e encerramento de registros, quando aplicável;
- emissão de relatórios, consultas gerenciais e mecanismos de acompanhamento;
- demonstração dos recursos disponíveis, integrações existentes e limitações operacionais do sistema;
- orientações quanto à utilização segura da solução, preservação de dados e boas práticas operacionais;
- fluxo de suporte técnico, abertura de chamados e procedimentos para correção de falhas ou inconsistências.

3.5. Os quantitativos previstos na tabela constituem exigência mínima por programa, admitindo-se que um mesmo servidor participe de treinamento em mais de um sistema, desde que tal medida



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

não comprometa a efetiva capacitação operacional dos usuários em cada módulo e que reste preservado o atendimento à necessidade administrativa de cada área.

3.6. A contratada deverá apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da ordem de serviço ou instrumento equivalente, cronograma detalhado de treinamento, contendo, no mínimo:

- a) identificação do programa/sistema a ser treinado;
- b) datas e horários previstos;
- c) carga horária correspondente;
- d) metodologia de realização;
- e) conteúdo programático;
- f) nome do(s) instrutor(es);
- g) indicação dos servidores participantes ou do setor destinatário da capacitação.

3.7. Ao final de cada treinamento, a contratada deverá disponibilizar à Administração:

- a) lista de presença assinada pelos participantes, ou registro eletrônico equivalente, quando realizado por meio remoto;
- b) material de apoio, manual do usuário, cartilha, guia operacional ou tutorial em meio digital;
- c) certificado, declaração de participação ou documento equivalente;
- d) relatório de execução do treinamento, contendo a descrição do conteúdo ministrado, a carga horária efetivamente cumprida, o programa correspondente e a relação nominal dos participantes.

3.8. Caso a Administração verifique insuficiência na capacitação ministrada, inadequação do conteúdo apresentado ou necessidade de reforço para pleno uso dos sistemas, a contratada deverá promover treinamento complementar, sem ônus adicional para o Município, em carga horária suficiente para suprir as deficiências identificadas.

3.9. O treinamento deverá ser concluído em prazo compatível com a implantação dos programas, de modo que os servidores municipais estejam aptos à utilização regular dos sistemas quando do início de sua operação efetiva.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

3.10. A aceitação da etapa de implantação ficará condicionada à comprovação da realização dos treinamentos nos termos deste item, com observância dos quantitativos mínimos por programa, da carga horária mínima exigida e da entrega da documentação comprobatória correspondente.

#### PARTE 2 - ESPECIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS

Os proponentes não precisam possuir programas com os nomes indicados, nem distribuídos na forma abaixo especificada, entretanto, os programas ou módulos apresentados pelo proponente deverão atender todas as exigências especificadas nos itens que compõem esta parte.

PROGRAMAS	
ITEM 1.	<u>SOFTWARE OUVIDORIA PÚBLICA WEB/PWA</u>
ITEM 2.	<u>SOFTWARE DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL</u>
ITEM 3.	<u>SOFTWARE APLICATIVO PARA ATENDIMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA</u>
ITEM 4.	<u>SOFTWARE GESTÃO DE DOCUMENTOS, PROCESSOS E OCORRÊNCIAS</u>
ITEM 5.	<u>SOFTWARE GERENCIAMENTO DE LICENÇAS DE TRÂNSITO</u>

#### ITEM 1. SOFTWARE OUVIDORIA PÚBLICA WEB/PWA

1.1. O sistema deverá permitir o registro de manifestação anônima, sem coleta de dados pessoais, gerando número de protocolo para acompanhamento. Opcionalmente, o cidadão poderá incluir os locais previamente cadastrados, como Museus, PSFs, Creches e outros ou digitar ou georeferenciar o endereço, bairro, número e descrição da ocorrência, além de anexar documentos, imagens, áudios e vídeos;

1.2. Permitir o registro de manifestação de forma identificada, ou seja, o cidadão poderá se cadastrar no sistema utilizando seu nome, e-mail, CPF, data de nascimento, telefone (WhatsApp), busca por CEP com o endereço, número, bairro e cidade e senha para posteriormente poder acompanhar suas manifestações respondidas por parte da prefeitura;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

Permitir o controle de logs de usuário e níveis de permissão de usuário como Ouvidor Central, Ouvidores Setoriais, Funcionários e Cidadãos;

1.3. O sistema deverá ter o controle respeitando à Lei nº 13.460/2017 (Lei de Defesa do Usuário de Serviço Público) estabelece normas gerais para a criação e funcionamento de ouvidorias e a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) permitindo todos os requisitos exigidos como prazos de respostas, acompanhamento e recursos.

1.4. Permitir no registro da manifestação identificada que o cidadão ao acessar o sistema com seu e-mail e senha tenha o total controle de suas manifestações de forma estatística com gráficos como, totalizações de manifestações enviadas, deferidas, indeferidas mensais, percentual de manifestações finalizadas, comparativo de respostas abertas e resolvidas, como total de manifestações, finalizadas, em andamento, pendentes, gráfico de manifestações (mês a mês) com o status da sua situação, gráficos por tipo de manifestações - denúncia, elogio, reclamação, solicitação e sugestão.

1.5. Permitir aos ouvidores (central e setoriais) os registros internos de manifestações de cidadãos que estiverem de forma física, permitindo ainda registrar os dados do Manifestante/Cidadão, CPF (busca o cidadão, caso tenha já sido atendido), nome completo, telefone, email, data de nascimento, cep (busca endereço), número, bairro, cidade e estado. Caso o local dos fatos seja o mesmo do endereço da pessoa, terá opção de copiar para o endereço da manifestação, e ainda permitir selecionar o local da manifestação como prédios públicos pré-cadastrados como Creches, Museus, Postos de Saúde e etc. Caso não encontre, o sistema deverá permitir (informar endereço). Ter ainda disponível o registro da forma de recebimento, como por telefone, whatsapp, presencial, sistema local ou Ouvidoria Externa. 1.6. Deverá permitir a classificação do atendimento dos setores envolvidos, permitindo múltiplas escolhas e classificar o assunto (tema) e sub-assunto (causas).

1.7. O acompanhamento dos registros das manifestações de forma identificada aos ouvidores setoriais com seu nível de permissão/setor, funcionários públicos relacionados à manifestação e seus respectivos setores envolvidos, onde acessando o sistema com seu e-mail e senha tenha o total controle de suas manifestações de forma estatística com gráficos como, totalizações de manifestações enviadas, deferidas, indeferidas mensais, percentual de manifestações finalizadas,



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

comparativo de respostas abertas e resolvidas, como, total de manifestações, finalizadas, em andamento, pendentes, gráfico de manifestações (Mês a Mês) com o status da sua situação, gráficos por tipo de manifestações - denúncia, elogio, reclamação, solicitação e sugestão.

1.8. Possuir dados estatísticos em gráficos e totalizações de forma aberta e de fácil visualização para a população em geral, Ministério Público e Tribunal de Contas demonstrando: total de manifestações abertas, deferidas e indeferidas; gráficos de acompanhamento mensal por deferidas, indeferidas e enviadas em aberto; gráficos totalizando as manifestações por tipo de solicitação como sugestões, reclamações, denúncias e elogios;

1.9. Permitir que o cidadão controle e pesquise todas suas manifestações por descrição relatada, endereço da ocorrência, nome do interessado, número da ocorrência, bairro da ocorrência, tipo de manifestação como sugestão, reclamação, denúncia, elogio e solicitação.

1.10. No registro da manifestação o sistema deverá permitir que o cidadão inclua novas manifestações e tenha o acompanhamento em tempo real de todas com os seus respectivos status de resposta e recurso;

1.11. No registro da manifestação identificada o sistema deverá permitir o cidadão incluir Nova Manifestação constando os campos necessários para sua manifestação como o nome do interessado, endereço da ocorrência/local da ocorrência, número da ocorrência, bairro da ocorrência, telefone da ocorrência, tipo de manifestação como sugestão, reclamação, denúncia, solicitação e elogio, descrição da ocorrência e anexar documentos para o ouvidor; (Caso o cidadão esteja no local da manifestação permitir tirar fotos, gravar vídeos e áudios e reportar a geolocalização da ocorrência).

1.12. Permitir que o cidadão logado no sistema acompanhe suas manifestações com toda tramitação de resposta por parte da prefeitura em tempo real, separadas por deferidas, indeferidas, enviadas e aguardando resposta;

1.13. Deverá ter no sistema integração com a API do Google Maps/Here ou outros trazendo de forma individual por cidadão logado todos seus registros de manifestações, apontando de forma visual no mapa o endereço/bairro da manifestação indicando suas Sugestões, Reclamações, Solicitações, Denúncias, Elogios;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 1.14. Deverá com o cidadão logado na tela principal do sistema alertar e sinalizar ao usuário as manifestações respondidas pela prefeitura;
- 1.15. Permitir ao funcionário público usuário do sistema cadastrado o acesso o controle de todas as manifestações abertas recebidas pela população e respondê-las, filtrando por nome do interessado, endereço da ocorrência, número da ocorrência, bairro da ocorrência, telefone da ocorrência, tipo de manifestação como sugestão, reclamação, denúncia, solicitação, elogio, descrição da ocorrência e anexar documentos para o cidadão. No momento da resposta o sistema deverá enviar mensagens automáticas por e-mail e Whatsapp ao cidadão solicitante obedecendo os tipos de respostas padrões como sugestão, reclamação, denúncia, solicitação e elogio, estas respostas a prefeitura poderá digitá-las de acordo com a sua necessidade;
- 1.16. Permitir ao Ouvidor que em casos de respostas errôneas o servidor poderá inativar, para inativar a resposta o usuário administrativo deverá expor o motivo, o qual ficará registrado no banco de dados (logs);
- 1.17. Permitir ao (ouvidor) reclassificar a manifestação que se encontra, por exemplo de reclamação para sugestão, gravando todos os logs das alterações e informando ao cidadão com a justificativa, o ouvidor poderá também replicar a manifestação caso contenha mais de uma manifestação na mesma ocorrência, separando corretamente os tipos. Isso é de grande importância para que as estatísticas fiquem de acordo com a real situação da manifestação.
- 1.18. No registro da identificação do cidadão/usuário deverá ter os campos necessários para que a prefeitura possa posteriormente, se preciso, entrar em contato pelo e-mail, nome, telefone, endereço do usuário do sistema, número e/ou bairro;
- 1.19. Permitir que o cidadão/usuário possa inserir além dele mesmo o nome do interessado pela manifestação e dados relacionados como endereço, número e bairro;
- 1.21. O sistema deverá incluir hospedagem em nuvem (HTTPS) com backup diário automático;
- 1.22. O Sistema WEB/PWA deverá estar de forma responsiva adequando melhor a visualização em dispositivos móveis como computadores desktop, notebooks, celulares e/ou tablets;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 1.23. O sistema Android deverá funcionar de forma nativa com tecnologia PWA para celulares e tablets e ter a opção de estar disponível nas principais lojas de aplicativos como Google Play Store ou Samsung GalaxyApps;
- 1.24. Permitir controle de usuários com login e senha, bem como, registro de log dos procedimentos;
- 1.25. Permitir outras funcionalidades e emissão de relatórios pertinentes ao acompanhamento e levantamentos estatísticos por grupos e solicitações, como por exemplo de tempo de resposta controle de SLA, tema e causa, acesso ao controlador Interno ao sistema para inserção das possíveis melhorias e seus respectivos relatórios;
- 1.27. Permitir ao Ouvidor responder diretamente no sistema registrando todas as respostas das manifestações;
- 1.28. Ao responder uma manifestação no sistema o ouvidor poderá também alertar da resposta ao cidadão manifestante via e-mail ou Whatsapp;
- 1.29. Ao logar no sistema ter a opção de logar por CPF ou E-mail do usuário;
- 1.30. Possuir consulta aos usuários das manifestações anônimas pelo número de protocolo para que acompanhe toda tramitação de resposta por parte da prefeitura em tempo real, separadas por deferidas, indeferidas, enviadas e aguardando resposta;
- 1.31. Permitir em toda resposta das manifestações por parte da prefeitura gerar o histórico na mesma tela das tramitações, facilitando a visualização da prefeitura e cidadão que se manifestou;
- 1.32. O sistema permite ao usuário, trocar a senha no parâmetro "Esqueci Minha Senha", basta digitar no e-mail que foi cadastrado e o CPF, que dará a opção de trocar a senha;
- 1.33. Ao selecionar o Tipo da Manifestação, abrir um "balão" com a informação do que é o tipo de manifestação, da mesma forma que é feita no sistema de ouvidoria do SUS (<https://ouvidor.saude.gov.br/public/form-web/registrar>);
- 1.35. Deve constar no histórico dos trâmites da movimentação o log do que foi feito na movimentação, aparecendo para visualização apenas de usuários internos (Ouvidor Geral, Ouvidor Setorial e Funcionário). Deve registrar, em ordem cronológica dos trâmites, ao menos as seguintes



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

informações: Envio de e-mail cobrando o setor; Envio de whatsapp para o cidadão; Usuário que visualizou a manifestação com IP do computador, data e hora;

1.36. Deve, quando o ouvidor abrir uma nova manifestação, permitir incluir todos os dados do manifestante/cidadão que são exigidos quando ele faz direto via sistema (CPF, endereço pessoal (e não endereço dos fatos), e-mail, data nascimento entre outros;

1.37. Deve disponibilizar campo de Local de Fatos ao registrar nova manifestação, onde o cidadão poderá selecionar em uma lista suspensa os locais cadastrados e com o endereço já preenchido;

1.38. Deve permitir cadastro de locais que irão aparecer na lista suspensa;

1.39. Deve permitir selecionar opção: "outros" para os casos onde o endereço não for localizado em lista suspensa. Se selecionado, deve abrir os campos para digitar o endereço completo. Opção deve ser disponibilizada apenas onde a opção "outros" for selecionada, ter a opção de georeferenciar (latitude e longitude) caso o cidadão queria gravar o seu local da manifestação;

1.40. Deve conter campo de Assunto e Sub-assunto, conforme é categorizado pelo sistema Ou SUS. Esse campo deve ser alimentado pelo Ouvidor Geral ou Ouvidor Setorial, não devendo ser habilitado para o Funcionário e Cidadão;

1.41. Deve conter opção para "cancelar a resposta na manifestação" que já tenha sido gravada. Ao cancelar a resposta, deve ter um botão de confirmação "Tem certeza que deseja cancelar esta resposta?". Caso seja cancelado, o trâmite deve ficar vermelho e tachado. Essa permissão deve ter somente para os usuários com perfis Ouvidor Geral e Ouvidor Setorial;

1.42. Deve habilitar um checkbox em todas as respostas dos trâmites já feitos para que seja possível "Tornar Visível para o Cidadão", mesmo após o trâmite já gravado. Somente os usuários com perfis Ouvidor Geral e Ouvidor Setorial podem ter acesso a essa funcionalidade;

1.43. Deve conter campo de data de nascimento no cadastro do cidadão que está fazendo a manifestação para futuros relatórios estatísticos;

1.44. Deve conter, na lista das manifestações, opção em cada manifestação para "Cobrar Setor". Ao clicar nesse botão, deve ser encaminhado um e-mail para o Setor onde a manifestação se encontra, com cópia para o setor que cobrou;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

- 1.45. Deve permitir a todos os usuários com perfil de Ouvidor Geral, Ouvidor Setorial e Funcionário, acesso a todos os trâmites (respostas) da manifestação. Apenas o usuário "Cidadão" deve aparecer os trâmites (respostas) que estiverem indicados como "Tornar Visível para o Cidadão";
- 1.46. O sistema deverá permitir que o cidadão interponha recurso em até 10 dias após resposta, para manifestações deferidas, indeferidas ou finalizadas. Deve ainda permitir flexibilidade do prazo caso a prefeitura precise alterar o total de recursos permitidos;
- 1.47. Deve constar legenda com as cores estabelecidas para os prazos;
- 1.48. Deve contar em: minhas manifestações, um campo com o local informando onde a manifestação se encontra (secretaria/setor, entre outros);
- 1.49. O sistema deverá preencher automaticamente logradouro, bairro e cidade a partir do CEP informado, restando apenas o número para inserção manual;
- 1.50. Deve enviar ao munícipe mensagem via whatsapp quando houver abertura e finalização do pedido, o que também deverá ser encaminhado via e-mail;
- 1.51. O sistema deverá monitorar prazos de resposta, com limite de 30 dias corridos (Lei 13.460/2017), emitindo alertas visuais por cores: amarelo (10 dias para vencimento), laranja (3 dias), vermelho (vencido);
- 1.52. Deve haver opção para indicar qual foi a “Forma de recebimento da Manifestação”: onde a Ouvidoria poderá informar se a manifestação foi recebida por e-mail, telefone ou presencial. Caso a manifestação seja aberta pelo cidadão direto no sistema, nesse campo deverá constar como "via sistema".
- 1.53. O sistema deverá ter o painel público de Transparência (Ouvidoria) indicadores de manifestações abertas, finalizadas, em andamento e pendentes com taxa de resolutividade (%), gráficos por tipo e evolução mês a mês;
- 1.54. Mapa das manifestações de forma aberta com visualização geográfica de elogios e sugestões, garantindo engajamento territorializado.
- 1.55. Mapa das manifestações de forma interna (somente para os ouvidores) com visualização geográfica de elogios, sugestões, denúncias, solicitações, reclamações, garantindo controle territorializado.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

1.56. Consulta aberta por protocolo para acompanhamento das manifestações anônimas.

1.57. Deve conter painel dashboard de indicadores das manifestações, opção do cidadão poder participar (manifestar), de fácil acesso via celular ou desktop. O cidadão, funcionário público e ouvidores terão acesso a suas respectivas manifestações com controle de níveis de permissão para acompanhamento de suas manifestações vinculadas. Mapa com indicadores abertos e internos de acordo com o nível de permissão, Cadastros auxiliares de unidades organizacionais, usuários e permissões, categorias, assuntos(tema)/sub-assuntos(causas) e melhorias, locais de fatos, e relatório por categoria (tema, causa e melhoria).

1.58. Módulo do Controlador Interno: Gestão de Melhorias e Soluções Preventivas, Acompanhar e analisar as manifestações registradas na Ouvidoria Pública, identificar suas causas principais, propor melhorias nos fluxos internos e recomendar soluções preventivas e definitivas para os problemas recorrentes. Classificação das manifestações por tema, setor responsável e causa raiz. Identificação de padrões recorrentes que geram demandas repetitivas. Elaboração de relatórios periódicos com indicadores de desempenho e tempo médio de resposta.

### **ITEM 2 - DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL**

2.1. O Sistema deve ser disponibilizado na modalidade SaaS (Software as a Service) para estruturação da Imprensa Oficial do Município, em meio eletrônico, acessível via qualquer navegador de internet com a disponibilização de acesso ao sistema para acompanhamento e diagramação automática, além de manutenção mensal com disponibilização sem restrição, via rede mundial de computadores para todo os munícipes, órgãos e entidades municipais, bem como, população em geral.

2.2. O sistema deve possuir ferramentas para Gerenciamento das publicações – criação ilimitada de usuários; perfil de usuários com parametrização das atribuições; bloqueio de usuários; restauração de senhas pelo administrador; recuperação de senha via endereço eletrônico; enviar remessas; envio de remessas em lotes; controle de agendamentos de remessas; segregação e parametrização das categorias dos documentos, inclusive por usuário; configurações de horários e feriados;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

ferramentas para cancelamento de remessas, inclusive em lote; geração de relatórios, inclusive de economia financeira e ambiental; consulta de todas as remessas enviadas, publicadas e histórico de cancelamento, com informações gerais do envio, cancelamento e publicação; controle e geração de edições extras; deve ser possível a realização de agendamento de remessas, mesmo para datas futuras e sem limite; com envio múltiplos de datas e com possibilidade de seleção da categoria a que se refere o documento, conforme parâmetros definidos pelo gestor;

2.3. Deverá possuir mecanismos para realização diretamente no sistema informatizado de certificação digital, por meio de certificado do tipo A1 ou A3 de servidor público da própria Entidade Municipal, funcionando no próprio navegador de internet, além de possuir mecanismos de integração do certificado digital compatível para assinaturas via celular, sem qualquer necessidade de salvar a senha no servidor. A certificação deve ser operada mediante túnel criptografado ponta a ponta, viabilizando a autenticidade, integridade, irretroatividade e não repúdio.

2.4. Deve possuir tecnologia de marcação de hora legal brasileira por credenciadora homologada da Autoridade de Carimbo do Tempo (ACT ReTEMP/HLB), conforme documento ICP-Brasil Doc-ICP 11 a 14, sem limite de páginas e sem limite de edições ou quantidade de certificações mensais. As certificações realizadas, assim como a marcação de hora legal brasileira, deverão ser integradas dentro do próprio arquivo (arquivo único formato PDF), dispensando a criação de arquivos múltiplos (um de assinatura e um da edição) ou a instalação de componentes especiais para leitura/visualização, além de possuir alta disponibilidade, com meios de certificação digital por estruturas alternativas ou rotas de conexões distintas, viabilizadas via tunelamento de operadoras diversas do carimbador; além de ser disponibilizada a versão em formato para impressão, com marcação de certificação no próprio documento, às bordas de todas as páginas, assim como validador, autenticador e consulta via QR CODE.

2.5. A ferramenta deve possibilitar meios para, se o caso, realizar certificação conjunta por mais de um servidor ou, ainda, a realização de geração de edições em cadernos, caso conveniente, para cada Poder do Município (Caderno Executivo / Caderno Legislativo), sendo cada entidade responsável pela própria autenticação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

2.6. As edições devem ser feitas diretamente pelo próprio sistema, aos usuários competem apenas enviar os arquivos para a data desejada, com possibilidade de uso em diversos formatos, como documentos originadas de ferramentas como Word, OpenOffice, LibreOffice, Excel, Adobe Acrobat, entre outros, em qualquer extensão que seja, por exemplo, txt, ods, odt, rtf, doc, docx, xls, xlsx, jpg, png, pdf, não sendo necessário qualquer formatação ou configuração específica do conteúdo, devendo o conteúdo ser extraído e formatado pelo próprio sistema informatizado, sem qualquer necessidade de interação ou parametrização por parte dos usuários do sistema, podendo, o gestor, ordenar as publicações.

2.7. Para fins de garantia da integridade do documento, não será admitido a inclusão do texto diretamente no sistema mediante ferramentas de “copiar e colar” o conteúdo em formulários de textos ou editoração de qualquer parte textual pelo gestor; isto é, não é necessário que qualquer usuário formate, prepare, segmente ou ajuste os conteúdos, tabelas ou arquivos, devendo ser feito pela própria ferramenta automatizada mediante extração de conteúdo dos arquivos. Além disso, acaso se queira corrigir erros de digitação no conteúdo do documento, deve ser disponibilizado ao usuário mecanismos para correção do conteúdo processado pelo sistema.

2.8. A extração do conteúdo deverá ser feita pela ferramenta e editorada em formato texto, isto é, não é considerado como texto a conversão dos documentos para PDF e a mera inclusão na edição. Tal demanda se justifica em decorrência da necessidade de manutenção do conteúdo da edição em texto puro (e não mera conversão de conteúdo para PDF), a fim de possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina, como determina a Lei do Acesso à Informação.

2.9. Os destaques como negritos, sublinhados, itálicos, hyperlinks, cores, destaques coloridos e outros aspectos dos arquivos originados de editor de texto ou blocos de textos deverá ser mantido pela própria ferramenta para estruturação em formato “html” objetivando a estruturação dos dados em formato aberto. No processamento do texto, o sistema deverá possuir sistema auxiliar de verificador de remessa duplicada, palavras proibidas, conteúdo em branco ou arquivos corrompidos, a fim de auxiliar a integridade dos documentos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

2.10. O sistema deve estar apto a inserção de mensagens institucionais, capas, contracapas e calhaus personalizados, se for o caso; e possibilitar o uso de layouts personalizados. Além disso, deve ser possível que se tenha diagramação das edições de forma diária ou conforme demanda da administração, permitindo, inclusive, editoração de edições extras, sem limitação de quantidade e horários, conforme regulamentação municipal.

2.11. A diagramação deve priorizar, ao máximo, a formatação de texto corrido em colunas, objetivando pesquisa textual no próprio documento e a possibilidade de reconstrução da edição mediante o conteúdo em formato aberto legível por máquina, sendo a inserção de arquivos em página inteira exceção, por exemplo, quando se tratar de arquivos escaneados, respeitando o formato horizontal e vertical, cujo ângulo e posição deve ser estabelecido automaticamente pela ferramenta, mesmo que os arquivos escaneados estejam com posições invertidas.

2.12. Deve ser possível a realização de agendamento de remessas, mesmo para datas futuras e sem limite; com envio múltiplos e simultâneos de arquivos para datas e com possibilidade de seleção da categoria a que se refere o documento, conforme parâmetros definidos pelo gestor;

2.13. Eventuais cancelamentos, devem ser feitos pelo próprio usuário responsável pelo envio das remessas, assim como pelo gestor, que terá acesso a todos os documentos enviados, em sua forma original, para eventual conferência e triagem.

2.14. Em observância à Lei Geral de Proteção de Dados, o sistema deverá possuir mecanismo para que nos arquivos processados como texto, o CPF válido seja ocultado automaticamente.

2.15. Deve ser disponibilizado página específica pública e gratuita para consulta das edições e disponibilizado com pesquisas completa em todo o seu conteúdo e não somente em descritivos, além de em respeito à Lei do Acesso à informação, ser disponibilizado API / Webservice em formato aberto json para possibilidade de integração das edições e pesquisas diretamente no sítio oficial da administração, além de possibilitar a integração com outros sistema, em caráter completo para seleção, inserção, atualização ou eliminação de dados, como o conjunto de ferramentas que forma o sistema de execução orçamentária, administração financeira e controle, ou sistema de fluxos de documentos, na medida que é sistema imprescindível para outras atividades auxiliares, comum a dois ou mais órgãos da Administração Pública.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

2.16. As edições deverão ser disponibilizadas no mesmo padrão do Diário Oficial da União, isto é, o arquivo digital com a certificação integrada, assim como a possibilidade de visualização do conteúdo dos arquivos processados em formato texto e não escaneados de forma individualizados, com link de acesso único em página com conteúdo html devidamente formatado mantendo-se as cores, negritos, destaques e outros elementos e construído pelo conteúdo exposto na edição, diretamente no navegador, assim como geração de cópia da edição digital para impressão, com mecanismos de validação e conferência.

2.17. Deve possibilitar, ainda, sistema de cadastro via email por parte de qualquer interessado para recebimento automático das edições veiculadas e integração aos usuários do sistema via mensageiro API Bot Telegram para informações internas da Administração, possuindo alertas como arquivos duplicados, conteúdo assemelhados, inconsistências, ausência de ordenação.

2.18. O sistema deve permitir o uso multiusuários, além de não possuir limite de páginas para publicação, limites de assinaturas, carimbos ou edições mensais e não possuir quantidade de usuários a serem criados por entidades, quer seja da Administração Direta ou Indireta; e a interação entre o usuário e o sistema deve ser feita por meio de interface gráfica de fácil entendimento e utilização, além de ser acessível via rede mundial de computadores, com utilização nos navegadores de internet convencionais, eliminando-se necessidade de servidor local e reduzindo-se custos com instalação, funcionando em qualquer dispositivo, seja computador, tablets ou celulares.

2.19. O suporte para auxílio ou solução de problemas deve estar disponível em formato 24 horas / 7 dias semana/ 365 dias do ano via whatsapp / celular / telefone de plantão.

2.20. Deve ser possível a criação de Layouts da versão eletrônica a atender toda a necessidade estética dos arquivos respectivos e adequadas às necessidades do Município.

### **3 - APLICATIVO PARA ATENDIMENTO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA – BOTÃO DO PÂNICO – WEB e PWA para Android e IOS**

3.1. Objetivo: disponibilizar as cidadãs que não possuem medida protetiva ferramenta para atendimento em casos de emergência.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

- 3.2. O Sistema deverá controlar o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica através de pré cadastro.
- 3.3. Deverá possuir cadastro para mulheres dentro do município via aplicativo nativo android e IOS, com os campos obrigatórios Nome, CPF, Endereço, deverá possuir geolocalização.
- 3.4. No aplicativo para o usuário cidadão deverá possuir as funções mínimas:
- 3.5. Botão do Pânico: Aciona a polícia no exato momento da denúncia.
- 3.6. Denúncia: Canal direto com a Polícia Militar (PM) como abusos físicos, sexuais, psicológicos, patrimonial e moral.
- 3.7. O sistema deverá possuir na área administrativa o controle de todas as ocorrências abertas, fechadas ou todas as ocorrências via Geolocalização (Maps) para a Guarda Municipal ou Polícia Militar.
- 3.8. A ferramenta deverá utilizar o aplicativo de mensagens WhatsApp, com aviso direto para as autoridades via App WhatsApp do acionamento do botão do Pânico ou Botão de Denúncia, no aviso deverá constar os links para ouvir a gravação, traçar a rota ao destino acionado, fechar atendimento.
- 3.9. Possuir comunicação direta com todos os controles das ocorrências.
- 3.10. Cidadão por Geolocalização: No momento que acionar o botão do Pânico ou Botão de Denúncia o sistema cria a rota por geolocalização entre o cidadão que acionou o chamado e a Polícia Militar ou Guarda Municipal.
- 3.11. Deverá possuir gravação de áudio: Ao acionar o botão do Pânico o sistema faz a gravação do áudio que é gravado no servidor e banco de dados, ficando disponível para a Polícia Militar ou Guarda Municipal.
- 3.12. Sinal Sonoro: Assim que for acionado o botão do Pânico ou Denúncia, o sistema através do Painel de Controle e Notificação do App emite um sinal sonoro e notificação alertando a guarda municipal ou polícia militar.
- 3.13. A ferramenta deverá estar disponível para Android e IOS de preferência desenvolvido em PWA - Progressive Web App, que através de um link a mulher ou cidadão possa optar por instalar ou não no seu celular.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

3.14. Políticas de Privacidade e Segurança: No momento da instalação sempre perguntar ao usuário que usa o App pela primeira vez se permite gravar áudio e obter a geolocalização. Em instruções de Uso deixar claro sobre a finalidade de dados coletados e segurança de armazenamento de dados.

### **ITEM 4 - SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS, PROCESSOS E OCORRÊNCIAS**

4.1. O Sistema de Gestão de Documentos, Processos e Ocorrências da Prefeitura de Ribeirão Corrente deverá ser desenvolvido em tecnologia web e PWA, com interface responsiva, compatível com computadores, tablets e smartphones. O sistema deverá otimizar e modernizar os fluxos administrativos, integrando-se com os principais serviços municipais e promovendo a transparência pública e a eficiência no atendimento aos cidadãos.

4.2. O sistema deverá realizar a gestão de documentos e processos entre a prefeitura e o município, e entre os setores do município.

4.3. O sistema possui funcionalidades voltadas à promoção da transparência pública, assegurando que os cidadãos tenham fácil acesso a informações sobre a gestão pública.

4.4. O sistema deverá possuir o controle de ouvidoria, permitindo ao cidadão enviar manifestações, sugestões, reclamações e denúncias diretamente pelo sistema.

4.5. Permitir o registro e acompanhamento de manifestações pelos cidadãos, com atribuição de protocolo para cada caso.

4.6. Possuir o fluxo de resposta automatizado, as manifestações são direcionadas automaticamente ao setor responsável, que pode responder e solucionar as questões diretamente pelo sistema.

4.7. Gerar relatórios detalhados sobre os tipos de manifestações recebidas e o tempo médio de resposta, auxiliando na melhoria contínua dos serviços.

4.8. Permitir que os cidadãos façam solicitações de acesso à informação diretamente pelo sistema, com acompanhamento do status do pedido.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 4.9. Possuir uma seção dedicada à divulgação de informações de interesse coletivo, como contratos, despesas e relatórios de atividades, conforme exigido pela LAI.
- 4.10. Deverá possuir resposta automatizada para manter o cidadão informado sobre o andamento da sua solicitação, incluindo prazos e documentos disponibilizados.
- 4.11. Possuir ferramenta de inteligência artificial integrada ao ChatGPT, auxiliando usuários do sistema tanto no módulo interno como externo.
- 4.12. O assistente virtual (integração ao ChatGPT) deverá auxiliar na elaboração de textos formais, ofícios e requerimentos, proporcionando modelos e orientações sobre a linguagem adequada e os elementos essenciais a serem incluídos em cada tipo de documento seja para o funcionário público ou direto para o cidadão.
- 4.13. O assistente virtual (ChatGPT), deverá estar disponível no sistema também do lado do cidadão para ajudar na redação e formatação do texto da solicitação. Deverá ainda orientar sobre quais informações incluir e quais documentos anexar, tornando o processo de solicitação mais claro e menos burocrático visando a Lei de Governo Digital.
- 4.14. O assistente virtual (ChatGPT), deverá fornecer uma explicação detalhada sobre o fluxo do documento ou processo solicitado, informando sobre os passos seguintes, o setor responsável e os prazos envolvidos.
- 4.15. A plataforma deverá disponibilizar a possibilidade de pagamentos de guias e taxas através de PIX ou Boletos Febraban/Registrado, com baixa automática no sistema de tributos utilizado pela contratante.
- 4.16. Deverá possuir integração com o sistema de tesouraria e contabilidade, registrando a entrada de receitas.
- 4.17. O sistema deverá possuir integração flexível com diferentes APIs de assinatura digital. (modelos A1 e A3).
- 4.18. Possuir integração com mapas para visualizar a localização da solicitação, auxiliando na identificação precisa do local envolvido no protocolo ou ocorrência.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 4.19. Exibir o histórico completo das interações em um formato de linha do tempo, permitindo um acompanhamento detalhado de cada etapa do processo. Cada ação, decisão ou comentário é registrado e exibido cronologicamente. (Deverá ter a opção de comentário público e sigiloso).
- 4.20. Possuir opções de notificação via WhatsApp, SMS e e-mail, mantendo os interessados informados em tempo real sobre o progresso e atualizações do processo. (Comprovante do Requerimento).
- 4.21. Possibilitar a funcionalidade de unir cada etapa da tramitação em um único documento PDF, consolidando todas as interações e documentos anexados em um arquivo completo com opção de assinar com Certificado Digital. (A1 e A3)
- 4.22. Possuir central de recursos com acesso a vídeos e manuais do sistema, oferecendo suporte e documentação para os usuários.
- 4.23. O sistema deverá permitir o registro de ocorrências como buracos nas ruas, iluminação pública e outros problemas urbanos. Cada protocolo deverá ser acompanhado por um número único e sequencial por ano, permitindo que o cidadão siga o andamento da resolução. (Permitir inserção de vídeos e fotos da ocorrência).
- 4.24. O sistema permite o cadastro de protocolos categorizados por tipo de solicitante (Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Órgãos Públicos), com regras específicas de validação para cada tipo. Cada protocolo possui diferentes requisitos obrigatórios de acordo com o tipo de solicitante, como documentos específicos ou informações complementares. (Estes cadastros de tipos devem ser dinâmicos e inseridos pelo próprio usuário administrador do sistema).
- 4.25. Deverá possuir o fluxo de aprovação em etapas, onde cada etapa requer uma validação específica por parte de um ou mais setores da prefeitura, com notificações automáticas para os responsáveis quando novas ações forem necessárias. O sistema permite que cada setor envolvido faça adendos ou coloque exigências adicionais que devem ser resolvidas pelo solicitante antes de avançar para a próxima etapa. (Este adendo deve ser tanto para um cidadão ou funcionário público).
- 4.26. O sistema tem um controle rigoroso de prazos de atendimento para cada tipo de protocolo, com mecanismos automáticos de alerta de atrasos para os responsáveis e possível aplicação de penalidades administrativas se o prazo exceder um limite estipulado. O sistema também gera



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

relatórios automáticos para os gestores sobre o cumprimento de prazos e performance das equipes responsáveis.

4.27. O Sistema deverá ter controle de gestão documental, onde cada protocolo gerado automaticamente vincula documentos relacionados à solicitação. Isso permite o acesso fácil a históricos e a anexação de documentos adicionais à medida que o processo avança. A gestão dos documentos inclui versionamento automático, onde todas as versões anteriores são armazenadas e podem ser auditadas.

4.28. O sistema gera relatórios automáticos de desempenho dos protocolos, incluindo métricas de tempo de resposta, setor responsável, e número de protocolos concluídos versus pendentes. Esses relatórios são visualizados em gráficos interativos, que permitem a manipulação dos dados diretamente pelo usuário, como filtragem por datas, setores, tipos de protocolo, entre outros.

4.29. Cada secretaria ou departamento poderá personalizar regras específicas dentro do sistema, como requisitos para abertura de protocolo, documentos obrigatórios, e prazos diferenciados de acordo com o tipo de solicitação.

4.30. Possuir automação de workflows garantindo que determinados processos sejam acionados automaticamente. Por exemplo, após a aprovação de um protocolo pela Secretaria de Obras, o sistema pode automaticamente criar uma nova solicitação para o departamento de Fiscalização para vistoria no local, sem necessidade de intervenção manual.

4.31. O sistema deverá estabelecer fases específicas para cada protocolo (exemplo: análise inicial, solicitação de documentos complementares, inspeção no local, análise final). Cada fase pode depender da conclusão bem-sucedida da anterior, e não pode ser avançada até que todos os pré-requisitos sejam cumpridos, garantindo conformidade e rastreabilidade.

4.32. O sistema deverá registrar todas as interações de usuários, alterações em documentos, e mudanças de status de protocolos em um log detalhado de auditoria. Isso permite a consulta de todas as ações realizadas, incluindo quem alterou o quê, quando, e por qual motivo. Além disso, o sistema emite relatórios automáticos para os gestores de conformidade, atendendo a Lei Geral de Proteção de Dados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

4.33. O sistema envia notificações e/ou (comprovantes do protocolo) automáticas por SMS/E-mail e WhatsApp para os solicitantes a cada mudança de status no protocolo. Isso permite que o cidadão acompanhe a solicitação em tempo real sem precisar acessar o sistema, melhorando a comunicação e transparência com o usuário (cidadão/funcionário).

4.34. O sistema deverá possuir integração ao módulo financeiro, permitindo a geração automática de guias de pagamento de taxas relacionadas ao protocolo. Por exemplo, ao abrir um protocolo de Alvará de Construção, o sistema gera automaticamente a guia com o valor a ser pago, de acordo com a tabela vigente, e só permite o avanço do protocolo após a confirmação do pagamento (Estes pagamentos devem ser destacados de forma visual, *exemplo: (cor verde na listagem)* para os usuários.

4.35. Após a conclusão de cada protocolo, o sistema poderá solicitar ao usuário uma avaliação do atendimento recebido, permitindo monitorar a satisfação dos cidadãos com os serviços da prefeitura. As avaliações são integradas aos relatórios de desempenho e podem influenciar na alocação de recursos.

4.36. O sistema inclui um módulo de gestão de filas, permitindo priorização automática de protocolos com base em critérios definidos pela prefeitura (como urgência, relevância social ou legal). Protocolos relacionados à saúde ou segurança pública, por exemplo, podem ser automaticamente escalados para prioridade máxima.

4.37. Cada protocolo deverá conter um histórico detalhado de todas as tramitações, incluindo movimentações internas entre setores, prazo de resposta, documentos anexados e mudanças de status. Este histórico é exportável para PDF (juntada) e pode ser usado como prova documental em auditorias e processos judiciais, se necessário.

4.38. O sistema deve oferecer uma interface totalmente customizável tanto para usuários internos (servidores da prefeitura) quanto para usuários externos (cidadãos, empresas). Isso inclui dashboards específicos para gestores, secretarias e usuários finais, com métricas de desempenho em tempo real.

4.39. O sistema deverá gerar automaticamente um Comprovante de Protocolo de Solicitação ao final de cada abertura de protocolo. Esse comprovante deve conter informações detalhadas sobre



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

a solicitação realizada e ser fornecido tanto ao cidadão quanto à administração municipal. O comprovante deve ser gerado em PDF/ Impressão, disponível para download e envio via WhatsApp e E-mail, caso solicitado pelo cidadão ou departamento/setor da Prefeitura.

4.40. O sistema deverá permitir a emissão automática de boletos bancários e Pix relacionados a solicitações de serviços, taxas e demais obrigações financeiras no momento da abertura de um protocolo, diretamente no sistema sem softwares ou plugins externos. O módulo de gerenciamento de boletos deverá possuir as seguintes funcionalidades:

4.41. Emissão de Boletos Automática: Ao gerar um protocolo que envolva pagamentos, o sistema emitirá automaticamente um boleto vinculado à solicitação.

4.42. Campos Dinâmicos de Valor e Quantidade: O usuário poderá ajustar os campos de quantidade e valor diretamente na interface, sendo que o total será calculado automaticamente pelo sistema. (A quantidade deverá ser digitada em metragem ou valor unitário, dependendo do tipo selecionado pelo requisitante).

4.43. Código de Barras Interativo: O sistema exibirá o código de barras do boleto em destaque, permitindo que o usuário clique diretamente no campo para copiar o código de barras e utilizá-lo em aplicativos bancários para pagamento.

4.44. Impressão do Boleto: Será possível imprimir o boleto diretamente pela interface do sistema, com um link disponível para facilitar o processo de pagamento.

4.45. O sistema deverá exibir de maneira clara o detalhamento inicial da solicitação feita pelo cidadão, com a descrição completa da solicitação e os documentos anexados:

4.46. Exibição de Detalhes da Solicitação: O sistema deverá mostrar o assunto e a descrição inicial da solicitação feita pelo cidadão, permitindo a visualização completa de todos os dados informados, inclusive informações complementares como endereço e motivo da solicitação.

4.47. Documentos Anexados: O sistema deverá mencionar os documentos anexados na solicitação, facilitando a análise e tramitação do processo pelo setor responsável.

4.48. Áreas de Responsabilidade: Cada solicitação deverá ser vinculada a uma área responsável, com o nome do setor da prefeitura que cuidará da análise e processamento da solicitação.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

4.49. O sistema deverá fornecer uma busca avançada que permita aos usuários da prefeitura ou cidadão pesquisar por serviços, ocorrências e protocolos disponíveis na cidade. Essa busca deverá ser:

4.50. Intuitiva e Responsiva: O sistema exibirá sugestões de busca em tempo real conforme o usuário digita, facilitando o acesso rápido às informações relevantes.

4.51. Filtros Personalizáveis: O sistema permitirá a aplicação de filtros específicos, como status do protocolo (Abertas, Aguardando, Arquivadas), áreas responsáveis, tipo de serviço, ou data de criação, para que o usuário possa refinar os resultados da busca de acordo com suas necessidades.

4.52. A busca incluirá todos os serviços e ocorrências cadastrados no sistema de protocolo da prefeitura, permitindo que o cidadão acompanhe o status de suas solicitações e os funcionários internos localizem rapidamente demandas específicas.

4.53. Criação e Edição de Serviços: O sistema deverá permitir que usuários autorizados da prefeitura possam criar novos serviços ou editar serviços fixos ou por metragem existentes, oferecendo maior flexibilidade na gestão de demandas municipais.

4.54. Notificação de Suporte: Além dos serviços e ocorrências, o sistema fornecerá um canal de suporte (como o item "Apoio, Suporte"), onde os usuários poderão consultar dúvidas frequentes ou solicitar ajuda diretamente.

4.55. O sistema deverá incluir um painel de atalhos que facilita a navegação e gerenciamento rápido de protocolos e solicitações pendentes. Este painel permitirá aos usuários acessarem diretamente as informações mais relevantes sobre o andamento de seus protocolos, utilizando uma interface simplificada e visualmente clara. As principais características incluem:

4.56. Criação Rápida de Protocolos: O atalho de "Protocolos" deverá permitir que o usuário crie novos protocolos de maneira rápida e eficiente, com acesso direto ao formulário de abertura de solicitações.

4.57. Status de Solicitações: O painel exibirá atalhos com indicadores numéricos para diferentes categorias de protocolos como:

4.58. Aguardando: Protocolos que ainda estão aguardando ação ou processamento.

4.59. Em Andamento: Solicitações que estão sendo processadas e aguardam resolução.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

- 4.60. Abertas: Protocolos que foram abertos, mas que ainda não iniciaram processamento ativo.
- 4.61. Arquivadas: Protocolos que já foram encerrados e arquivados, porém ainda acessíveis para consulta.
- 4.62. Reabertas: Solicitações anteriormente encerradas, mas que foram reabertas para nova análise.
- 4.63. Atribuições: Atalho dedicado às tarefas atribuídas ao usuário. Aqui o sistema deverá permitir o acompanhamento de tarefas específicas que foram designadas, facilitando a execução de atividades por prioridade e responsabilidade. O número de tarefas será atualizado em tempo real.
- 4.64. Minha Área: Deverá exibir as solicitações abertas que estão no destino atual sob a responsabilidade do usuário ou setor específico. O número de solicitações pendentes na área de atuação será indicado, permitindo ao usuário ter controle sobre suas atividades específicas.
- 4.65. Tramitações: Deverá conter um acesso rápido às solicitações que estão em tramitação no destino atual. O sistema exibirá quantas solicitações estão pendentes de ações no fluxo de tramitação, ajudando a priorizar o andamento dos processos.
- 4.66. Dashboard: Painel centralizado de métricas e indicadores, onde o usuário poderá visualizar dados como número de protocolos abertos, tempo médio de resolução, e demais indicadores relevantes para a gestão eficiente de processos. O dashboard fornecerá insights que auxiliam na tomada de decisões e no acompanhamento de performance.
- 4.67. Gestão Otimizada de Tarefas: O sistema deve permitir que os usuários tenham uma visão consolidada de suas tarefas e tramitações, tudo em uma única tela de atalhos, promovendo uma maior produtividade.
- 4.68. Indicadores em Tempo Real: Todos os atalhos deveram incluir indicadores numéricos (totalizadores) atualizados em tempo real, permitindo uma rápida identificação de pendências e sobrecargas de trabalho.
- 4.69. Painel Responsivo e Intuitivo: Assim como o painel básico, o painel avançado também deverá ser otimizado para dispositivos móveis e desktops, garantindo acessibilidade e usabilidade em qualquer situação.
- 4.70. Sistema deverá estar disponível em PWA para dispositivos móveis.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

4.71. O sistema deverá incluir um fluxo avançado para a abertura de protocolos que facilite o preenchimento e a validação de dados através das seguintes funcionalidades:

4.72. Busca Automatizada por "O Mesmo": Ao marcar a opção "O mesmo", o sistema deverá preencher automaticamente os campos de Nome do Interessado, CPF/CNPJ, Endereço e demais informações relevantes baseadas em registros anteriores do usuário. Essa funcionalidade melhora a usabilidade e agiliza o processo, evitando a necessidade de preencher repetidamente os mesmos dados em cada nova solicitação.

4.73. Geolocalização Integrada: O sistema deverá utilizar serviços de geolocalização para sugerir automaticamente o endereço do interessado, baseado em sua localização atual. Alternativamente, o endereço poderá ser preenchido utilizando dados já registrados em solicitações anteriores, armazenados no banco de dados. Isso garantirá que o endereço seja preciso e atualizado, facilitando o preenchimento e a verificação de dados.

4.74. Consulta Automática de CNPJ na Receita Federal: Ao digitar um CNPJ, o sistema deverá realizar automaticamente uma consulta na base de dados da Receita Federal e retornará as seguintes informações completas da empresa: Razão Social, Endereço Comercial, Telefone, E-mail, Situação Cadastral. Essas informações serão preenchidas automaticamente nos campos apropriados, garantindo que os dados inseridos no sistema sejam sempre corretos e atualizados.

4.75. Histórico de Atendimentos: O sistema deverá manter um histórico detalhado de todos os atendimentos anteriores realizados pelo usuário. Ao iniciar um novo protocolo, o sistema poderá sugerir dados ou serviços previamente solicitados, facilitando a continuidade de processos similares e garantindo a consistência das informações.

4.76. O sistema deverá oferecer ao Usuário Master um conjunto robusto de ferramentas administrativas, garantindo controle total sobre as operações e usuários do sistema. As funcionalidades de gestão disponíveis deveram incluir:

4.77. Gerenciamento Completo de Usuários e Áreas: O Usuário Master terá acesso à interface de Gerenciar Usuários/Áreas, onde poderá realizar as seguintes ações obrigatórias:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

4.78. Administração de Usuários: Incluir, alterar, suspender ou remover usuários do sistema. Atribuir ou modificar permissões e funções específicas a cada usuário, garantindo que eles tenham acesso apenas às áreas e funcionalidades relevantes.

4.79. Vinculação de Usuários a Áreas: Definir e organizar os usuários por áreas específicas, como finanças, tributos, engenharia, entre outras. Isso permitirá uma melhor organização e gestão de fluxos de trabalho, facilitando a distribuição de tarefas e responsabilidades.

4.80. Simulação de Acesso: O sistema permitirá que o Usuário Master simule o acesso de qualquer usuário do sistema, permitindo visualizar o que eles veem e ajustar permissões, se necessário. Essa funcionalidade é útil para diagnosticar problemas de acesso ou ajustar a experiência do usuário.

4.81. Gerenciamento de Assuntos e Valores: O sistema deverá permitir que o Usuário Master administre os assuntos vinculados a valores, definindo tanto valores fixos quanto variáveis (por exemplo, com base na metragem de terrenos ou outras unidades). Isso permitirá o controle total sobre as taxas aplicadas em solicitações, garantindo que os valores cobrados estejam sempre atualizados e corretos.

4.82. Valores por Metragem: Além de valores fixos, o sistema deve permitir a criação de assuntos com cálculo de valores baseado em parâmetros como metragem, o que é ideal para serviços como regularização de terrenos ou emissões de alvarás.

4.83. Atualização em Tempo Real: O sistema deverá refletir as mudanças nos valores imediatamente, para que todas as novas solicitações sejam calculadas com base nos novos valores definidos.

4.84. Relação de Usuários Ativos por Área: O sistema deve possuir uma funcionalidade que exibe a relação de todos os usuários ativos, organizados por área de atuação. O Usuário Master poderá visualizar a lista completa, com detalhes como nome, área vinculada e nível de permissão, garantindo uma gestão eficiente dos recursos humanos dentro do sistema.

4.85. Relatório de Atividades: Além disso, o sistema poderá gerar relatórios sobre as atividades de cada usuário, facilitando o monitoramento de desempenho e a alocação de recursos em diferentes áreas.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

4.86. O sistema deverá oferecer um painel de Dashboard que permita uma visão abrangente e dinâmica dos dados relacionados ao uso do sistema pela prefeitura e seus cidadãos. Entre as principais funcionalidades dessa tela estão:

4.87. Indicadores de Economia de Impressões:

4.88. O sistema deverá apresentar indicadores de economia de impressões, mostrando quantos documentos foram gerados digitalmente e quantas impressões foram economizadas, incentivando o uso consciente de recursos e a adoção do meio digital.

4.89. Gráficos de linha que exibem a evolução do número de documentos gerados e as impressões economizadas ao longo do tempo, permitindo que os administradores acompanhem o impacto ambiental positivo da digitalização dos processos vindo de acordo com a Lei de Governo Digital.

4.90. Gráfico de Assuntos Mais Requisitados: Deverá apresentar um gráfico de pizza dos 10 assuntos mais requisitados, permitindo uma visão clara das demandas mais comuns feitas pelos cidadãos, como Certidão Negativa de Débitos - Imóvel, Poda de Árvores, Aprovação de Projetos, Iluminação Pública, etc..

4.91. No gráfico acima citado, cada item deverá ser representado por uma cor diferente para facilitar a distinção visual e a análise rápida por parte dos administradores do sistema e cidadão.

4.92. Atalhos para Abertura de Protocolos e Pendências:

4.93. O sistema deverá disponibilizar botões de atalho para Abrir Protocolo ou verificar as Pendências de Análise, facilitando a navegação do usuário e permitindo uma resposta rápida para ações imediatas.

4.94. O botão de Abrir Protocolo leva diretamente à página de abertura de solicitações, enquanto o botão de Pendências de Análise permite que os usuários visualizem e tratem rapidamente os protocolos que estão aguardando revisão ou tramitação.

4.95. Métricas e Indicadores de Desempenho:

4.96. O painel deverá apresentar uma série de métricas e indicadores, como o número de documentos gerados em tempo real, incentivando a eficiência nos serviços públicos e no atendimento aos cidadãos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

4.97. A seção de Métricas e Indicadores poderá ser customizada para apresentar dados como tempo médio de resolução de protocolos, evolução de tramitações por área, e relatórios de eficiência dos serviços.

4.98. A digitalização dos serviços será uma funcionalidade chave do sistema. O painel deverá destacar o impacto positivo da transformação digital dos processos administrativos como:

4.99. Visualização detalhada sobre a economia de recursos proporcionada pela digitalização, como redução no uso de papel e a diminuição no tempo de tramitação de processos.

4.100. Indicador demonstrando o progresso da implementação de 100% dos serviços digitais, e mensagens personalizadas de boas-vindas exibida no dashboard para os usuários.

4.101. O sistema deverá exibir uma mensagem personalizada ao usuário quando ele atingir certos marcos ou metas (gamificação), como a implementação de todos os serviços digitais da prefeitura, incentivando o uso contínuo e a adoção dos processos digitais de acordo com a Lei Digital.

4.102. O sistema deverá incluir um módulo de notificações que oferece aos usuários uma maneira eficiente de gerenciar e visualizar atualizações e alertas importantes. Os principais itens e funcionalidades dessa tela deveram incluir:

4.103. Ícone de Notificação com Alerta Visual: O sistema deverá possuir um ícone de sino no canto superior da tela, que exibirá um alerta visual (dote vermelho ou outra cor destaque) sempre que houver novas notificações ou eventos importantes pendentes, como novos protocolos aguardando ação ou resposta. O número de notificações pendentes será exibido junto ao ícone, permitindo que os usuários saibam a quantidade de itens que requerem sua atenção.

4.104. Resumo de Notificações Recentes: Ao clicar no ícone de notificações, o usuário terá acesso a um resumo das notificações recentes, com detalhes como o nome do remetente, uma prévia da mensagem (indicando que há mais conteúdo), e a data e hora exata da notificação. Este recurso permitirá que os usuários revisem rapidamente as mensagens mais recentes e decidam quais delas requerem ação imediata.

4.105. Acesso Rápido a Todas as Notificações: O sistema deverá incluir um botão de "Visualizar todas notificações", que redirecionará o usuário para uma página ou modal contendo o histórico completo de notificações, permitindo uma gestão centralizada e facilitada das mensagens e alertas.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

As notificações serão categorizadas, podendo incluir alertas de protocolos abertos ou em andamento, protocolo/mensagens de outros usuários ou atualizações do sistema.

4.106. Destaque de Notificações Não Lidas: Permitir notificações que ainda não foram lidas ou visualizadas serão destacadas com um indicador visual, como uma bolinha azul (ou outro destaque) ao lado do nome do remetente, para que os usuários possam facilmente identificar quais mensagens ainda estão pendentes de leitura.

4.107. Mensagens Personalizadas: As notificações deverão ser personalizadas, permitindo que outros usuários ou setores da prefeitura enviem mensagens diretamente relacionadas a protocolos, solicitações ou tarefas específicas, alertando sobre uma nova mensagem.

4.108. Atualização em Tempo Real: O sistema deverá ser capaz de atualizar as notificações em tempo real, garantindo que os usuários sejam notificados imediatamente sobre qualquer novo evento ou alteração no sistema e versionamentos.

4.109. Criação e Edição de Assuntos: O usuário master poderá criar, editar e gerenciar assuntos vinculados a tributos, fichas e valores. Deverá ter a funcionalidade de edição inline que permite que o usuário altere rapidamente o nome do assunto e associe valores sem precisar abrir uma nova janela ou modal, o que melhora a usabilidade e eficiência.

4.110. Associação de Valores e Tributos: O sistema deve permitir associar valores a tributos específicos ou não, de acordo com a necessidade da prefeitura. O usuário master deve poder definir se o valor será fixo ou variável (por exemplo, baseado em metragem ou outro critério). A interface permite que cada assunto tenha uma ficha associada, o que indica o tipo de cobrança ou processamento do assunto. Além disso, os valores associados podem ser ajustados dinamicamente, algo essencial para diferentes taxas aplicáveis.

4.111. Deverá ter a possibilidade de configurar condições e regras automáticas para cálculos de valores. Exemplo: para serviços que envolvem grandes áreas ou metros quadrados, o sistema pode calcular automaticamente o valor final com base em um preço por unidade de medida.

4.112. Ações de Duplicação e Inserção de Arquivos: O sistema deverá contar com uma funcionalidade de "Duplicar linha (Assunto)", Isso é bastante útil quando o mesmo serviço ou assunto está vinculado a diferentes taxas ou valores. A replicação de dados economiza tempo do



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

usuário ao evitar a necessidade de criar manualmente cada serviço correlato. Além disso, o sistema permite que o usuário insira arquivos relacionados ao assunto, e defina quais são obrigatórios ou não.

4.113. Deverá automaticamente sugerir os anexos necessários para com base no tipo de serviço ou assunto cadastrado (ChatGPT). Isso ajuda na padronização das solicitações.

4.114. Relatório de Usuários e Áreas Ativas: Possibilitar a geração de relatórios que mostram quais usuários estão ativos em cada área, oferecendo uma visão clara para o administrador sobre a distribuição de responsabilidades. Isso facilita o gerenciamento de tarefas e processos dentro da prefeitura.

4.115. Para os usuários finais (Cidadãos) deverá estar visível todos protocolos abertos, aguardando resposta, reabertos, em andamento, arquivados e em trâmite.

4.116. Gráfico de Análise do Tempo de Tramitação

- Deverá permitir que a Prefeitura acompanhe a eficiência dos setores na tramitação de processos e identifique gargalos.

Comparação entre Setores

- A comparação entre setores deverá permitir entender quais áreas possuem maior ou menor tempo médio de tramitação.

Identificação de Demandas

- Se um setor tem um número elevado de protocolos e tramitações, deve indicar alta demanda, necessitando de reforço de equipe ou otimização de processos.

Tomada de Decisão Baseada em Dados

- O sistema deverá permitir ajudar gestores públicos a planejar melhorias na tramitação de processos administrativos.

Monitoramento Anual

- Deverá ter a possibilidade de selecionar diferentes anos, permitindo uma análise evolutiva da tramitação.

Transparência e Eficiência

- Deverá facilitar a prestação de contas e o acompanhamento da eficiência administrativa.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

#### 5. Gráfico de Top 10 Assuntos

- Deverá exibir os 10 assuntos mais recorrentes nos processos administrativos da Prefeitura.

##### Segmentação por Assunto

- O gráfico de pizza deverá permitir visualizar a distribuição percentual dos temas mais solicitados.

##### Categorização dos Assuntos, exemplo:

- Deverá incluir diferentes categorias, como:

- Abatedouro
- Ofício
- Certidão Negativa de Débitos – Imóvel
- Renovação da Isenção de IPTU
- Castração
- Certidão Negativa de Débitos – CPF
- Alteração de Proprietário
- Certidão Negativa de Débitos – CNPJ
- Aprovação de Projeto – Construção
- Isenção de IPTU – Aposentados

##### Facilidade de Análise

- Deverá permitir a rápida identificação de quais assuntos demandam maior atenção e quais serviços são mais utilizados pelos cidadãos.

#### 4.117. Gráfico de Tempo Médio por Tipo de Assunto

- Deverá permitir a análise do tempo médio (em dias) que cada tipo de assunto levou para ser resolvido.

#### 4.118. Seleção de Ano

- Deverá permitir a escolha do ano desejado para análise da tramitação dos assuntos.

#### 4.119. Exibição de Tipos de Assuntos

- Deverá apresentar os tipos de assuntos com maior tempo médio de resolução, permitindo a identificação dos mais demorados.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

#### 4.120. Comparação Visual

- O gráfico deverá exibir uma linha de tendência que possibilite a comparação entre os tempos médios dos diferentes assuntos.

#### 4.121. Identificação de Gargalos

- Deverá permitir que gestores públicos identifiquem quais processos demandam mais tempo para resolução e proponham melhorias.

#### 4.122. Melhoria da Eficiência Administrativa

- O sistema deverá facilitar a análise e tomada de decisão para reduzir o tempo de resolução dos processos mais críticos.

#### 4.123. Gráfico de Eficiência dos Setores

- Deverá permitir a análise do tempo médio (em dias) que cada setor levou para processar os protocolos.

#### 4.124. Medição do Tempo Médio de Processamento

- O gráfico deverá exibir a média de tempo que cada setor leva para concluir os processos administrativos.

#### 4.125. Identificação de Setores mais Lentos

- Deverá destacar os setores com maior tempo médio de processamento, possibilitando intervenções para melhoria.

#### 4.126. Comparação entre Setores

- O sistema deverá permitir a comparação da eficiência entre diferentes setores da Prefeitura.

#### 4.127. Otimização de Processos Internos

- Deverá possibilitar a análise e identificação de gargalos, permitindo que a gestão pública tome medidas para reduzir prazos.

#### 4.128. Melhoria da Eficiência Administrativa

- Deverá servir como base para tomadas de decisão estratégicas que visem a modernização e otimização dos serviços públicos.

#### 4.129. Gráfico de Tempo Médio de Resolução por Mês



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE**

### **Estado de São Paulo**

- Deverá permitir a análise do tempo médio mensal (em dias) que os protocolos levaram para serem finalizados.

#### **4.130. Monitoramento Mensal da Eficiência**

- O sistema deverá exibir os meses com maior tempo médio de resolução, permitindo o acompanhamento da evolução ao longo do tempo.

#### **4.131. Identificação de Padrões e Tendências**

- Deverá possibilitar a identificação de períodos com aumento ou redução do tempo médio de resolução, auxiliando na otimização dos processos.

#### **4.132. Análise Comparativa Entre Meses**

- O gráfico deverá permitir a comparação entre diferentes meses para avaliar a eficácia das medidas adotadas na redução do tempo de tramitação.

#### **4.133. Tomada de Decisão Baseada em Dados**

- O sistema deverá permitir que gestores públicos utilizem as informações para propor melhorias e otimizar a eficiência administrativa.

#### **4.134. Gráfico de Volume de Protocolos Mês a Mês**

- Deverá permitir a análise da quantidade de protocolos registrados ao longo dos meses do ano selecionado.

#### **4.135. Monitoramento da Demanda**

- O sistema deverá exibir o total de protocolos cadastrados em cada mês, permitindo o acompanhamento da variação na demanda.

#### **4.136. Comparação Entre Meses**

- O gráfico deverá permitir a análise comparativa do volume de protocolos registrados em diferentes meses do ano.

#### **4.137. Identificação de Picos de Atendimento**

- Deverá possibilitar a identificação de períodos com maior ou menor número de protocolos, auxiliando no planejamento de recursos.

#### **4.138. Análise de Tendências e Planejamento**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

- O sistema deverá permitir a antecipação de possíveis sobrecargas administrativas e a otimização do atendimento ao cidadão.

#### 4.139. Relatórios

#### 4.140. Usuários por Área

- O sistema deverá permitir a geração de um relatório contendo a relação de usuários por área, facilitando a gestão e controle dos acessos.

#### 4.141. Protocolos Pagos

- Deverá possibilitar a consulta e listagem de protocolos que foram pagos, permitindo o acompanhamento financeiro das solicitações.

#### 4.142. Valores de Cobrança

- O sistema deverá fornecer um relatório detalhado com os valores de cobrança aplicados, auxiliando na transparência financeira.

#### 4.143. Protocolos Pendentes (+15 dias)

- Deverá exibir a relação de protocolos que estão abertos há mais de 15 dias, permitindo o acompanhamento e tomada de decisão para agilizar a tramitação.

#### 4.144. Transparência, Rastreabilidade e Eficiência

- O sistema deverá permitir o acompanhamento em tempo real da organização dos processos e da agilidade na tramitação das solicitações, garantindo maior eficiência e transparência, acompanhando tempo de envio e prazos de um setor para o outro.

### 5. SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE LICENÇAS DE TRÂNSITO

5.1. Sistema para gerenciamento, emissão, renovação, acompanhamento, fiscalização e controle de autorizações especiais de trânsito ou de vagas especiais (exemplo: idosos, pessoas com deficiência).

5.2. Automatizar o processo de solicitação, análise, emissão ou renovação das autorizações especiais de trânsito ou cartões de estacionamento para idosos/PcD.

5.3. Desburocratizar, dar transparência e dar agilidade ao fluxo do benefício ou da autorização.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

- 5.4. Possibilitar acompanhamento em tempo real pelo solicitante e pelo órgão emissor.
- 5.5. Permitir fiscalização digital (ex: QR Code, registro móvel) dos cartões ou autorizações emitidas.
- 5.6. Gerar relatórios gerenciais para o órgão gestor.
- 5.7. Cadastro de usuários / perfis - Permite cadastro de usuários internos (órgão emissor/fiscalização) e externos (solicitantes, cidadãos, transportadores). Possibilidade de definição de perfis de acesso (consulta, análise, autorização, administrador).
- 5.8. Cadastro de beneficiários ou solicitantes para emissão de cartões/vagas (ex: idosos/PcD) ou autorizações de trânsito: inserção de dados do beneficiário, documentos, envio de anexo digital, verificação automática ou manual.
- 5.9. Solicitação online
- 5.10. Interface para que o solicitante realize a requisição do benefício ou autorização, selecione o tipo (ex: idoso ou deficiente; ou para transporte de carga especial), anexe documentação e submeta ao órgão.
- 5.11. Fluxo de análise e autorização      O sistema permite que técnicos ou analistas internos avaliem a solicitação, solicitem complementações, aprovem ou rejeitem, defina data/hora/período de vigência (quando aplicável).
- 5.12. Emissão automática / geração de documento
- 5.13. Após aprovação, emissão de autorização (cartão, autorização especial de trânsito ou vaga) em formato digital/imprimível; possibilidade de integração com pagamento de taxas, geração de boleto ou débito automático.
- 5.14. Controle de restrições físicas e operacionais
- 5.15. Consulta de situação / acompanhamento
- 5.16. Permite ao solicitante consultar online o número da autorização, situação (em análise, liberada, não liberada, cancelada) e histórico de solicitações.
- 5.17. Fiscalização móvel / QR Code



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

5.18. Possibilita aos agentes fiscais acesso via aplicativo ou dispositivo móvel ao dado da autorização/carteira com QR Code ou outro mecanismo para leitura e verificação da validade ou situação.

5.19. Geração de relatórios por período, por tipo de autorização, por estado/unidade federativa ou por localidade, para apoiar a gestão e auditoria.

### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES PARA AMBOS OS LOTES

#### 1 NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA – SERVICE LEVEL AGREEMENT)

A execução dos serviços deverá observar níveis mínimos de desempenho e qualidade, com vistas a assegurar a continuidade operacional dos sistemas, a eficiência do suporte técnico e a adequada prestação dos serviços públicos, devendo a contratada cumprir os prazos máximos de atendimento e solução estabelecidos neste item.

Para fins de gestão e fiscalização contratual, os chamados técnicos serão classificados conforme o grau de criticidade do incidente, observados os seguintes parâmetros:

##### 1.1 Classificação dos chamados

- a) Crítico (Severidade 1): indisponibilidade total de sistema essencial ou falha que impeça a execução de atividades críticas da Administração, sem alternativa operacional disponível;
- b) Alto (Severidade 2): falha relevante que comprometa parcialmente funcionalidades essenciais, com impacto significativo nas atividades administrativas;
- c) Médio (Severidade 3): falha que cause impacto moderado, sem interrupção total do serviço;
- d) Baixo (Severidade 4): dúvidas operacionais, ajustes simples ou solicitações sem impacto relevante na continuidade dos serviços.

##### 1.2 Prazos de atendimento e solução

A contratada deverá observar os seguintes prazos máximos:

Severidade	Prazo de Resposta	Prazo de Solução
Crítico	até 2 horas	até 6 horas



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE

### Estado de São Paulo

Severidade	Prazo de Resposta	Prazo de Solução
Alto	até 4 horas	até 12 horas
Médio	até 8 horas	até 24 horas
Baixo	até 24 horas	até 72 horas

Considera-se tempo de resposta o intervalo entre a abertura do chamado e o início do atendimento, e tempo de solução o período necessário para resolução definitiva ou disponibilização de solução alternativa aceitável.

#### 1.3 Regime de atendimento

A contratada deverá garantir:

- atendimento regular em dias úteis, no horário mínimo das 08h às 17h;
- atendimento em regime de plantão para chamados críticos, inclusive em finais de semana, feriados e período noturno, especialmente para os sistemas das áreas de Saúde, Educação e serviços essenciais;
- disponibilização de canal exclusivo para abertura e acompanhamento de chamados técnicos (sistema eletrônico, e-mail ou telefone).

#### 1.4 Monitoramento e controle

A contratada deverá manter sistema de registro e acompanhamento dos chamados, contendo, no mínimo:

- data e hora de abertura;
- identificação do solicitante;
- descrição do problema;
- classificação da severidade;
- histórico de atendimento;
- data e hora da solução;
- responsável pelo atendimento.

Tais registros deverão ser disponibilizados à fiscalização contratual sempre que solicitado.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

### 1.5 Penalidades por descumprimento

O descumprimento dos níveis mínimos de serviço sujeitará a contratada às penalidades previstas no contrato, podendo ensejar:

- advertência;
- aplicação de multa proporcional à gravidade da infração;
- registro de ocorrência para fins de avaliação de desempenho;
- rescisão contratual, nos casos de reincidência ou descumprimento reiterado.

### 1.6 Disponibilidade dos sistemas

A contratada deverá garantir disponibilidade mínima mensal de 99% (noventa e nove por cento) para os sistemas hospedados, excluídos os períodos previamente comunicados de manutenção programada.

### 1.7 Manutenções programadas

As manutenções preventivas ou evolutivas deverão ser previamente comunicadas à Administração com antecedência mínima de 24 horas, preferencialmente realizadas fora do horário de expediente, de modo a minimizar impactos **na operação**.

## 2 – CONFIDENCIALIDADE

A futura contratada deverá assumir compromisso formal de confidencialidade, obrigando-se a não utilizar, divulgar, reproduzir, explorar ou permitir o uso, por si ou por terceiros, de quaisquer dados, informações, documentos, arquivos, senhas, bases de dados, rotinas, fluxos operacionais ou demais conteúdos de caráter sigiloso ou restrito a que venha a ter acesso em razão da execução contratual, para finalidade diversa daquela estritamente necessária ao cumprimento do objeto.

Deverá, ainda, comprometer-se a não repassar, compartilhar, ceder, divulgar ou transmitir a terceiros, sob qualquer forma, o conhecimento das informações confidenciais obtidas no âmbito da contratação, respondendo civil, administrativa e contratualmente por eventual violação de sigilo, uso indevido, extravio, perda ou tratamento inadequado das informações.

Todos os dados, informações, documentos e bases gerados, inseridos, processados, armazenados ou mantidos no âmbito da execução contratual são de propriedade exclusiva da Contratante,





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

devendo ser disponibilizados à Administração, sempre que solicitados, em formato digital, de maneira íntegra, acessível, estruturada e sem qualquer custo adicional, inclusive para fins de auditoria, migração, continuidade do serviço, transição contratual ou encerramento da avença.

### **3 - SUPORTE TÉCNICO**

A contratada deverá prestar suporte técnico operacional aos usuários, sem custos adicionais para a Administração e sem limitação de quantidade de atendimentos, durante toda a vigência contratual.

O suporte deverá ser disponibilizado por meio de sistema de atendimento, central eletrônica, telefone ou outro canal formal equivalente, apto ao registro, acompanhamento e controle das ocorrências, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 17h, em dias úteis, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão para chamados críticos, conforme níveis de serviço (SLA) definidos neste Anexo.

O atendimento deverá compreender, no mínimo, esclarecimentos quanto ao uso dos sistemas, orientação operacional, registro e tratamento de falhas, correções, ajustes necessários ao regular funcionamento da solução e acompanhamento das demandas até sua efetiva resolução, observados os prazos máximos de resposta e solução estabelecidos no SLA.

### **4 – PRESTADORES DE SERVIÇOS ATUAIS**

Registra-se que os serviços relacionados ao Lote 1, compreendendo Prefeitura e Câmara Municipal, são atualmente prestados pela empresa Fiorilli Soc. Civil Ltda. – Software. No que se refere ao Lote 2, informa-se que a Administração não possui contrato vigente para a prestação dos respectivos serviços.

### **5 - INFORMAÇÕES TÉCNICAS PARA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Com o objetivo de assegurar a isonomia entre os licitantes, a adequada formulação das propostas e a mitigação de riscos de inexecução ou sobrepreço, a Administração disponibiliza as seguintes informações técnicas e operacionais relativas ao ambiente atual e à estimativa de



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

utilização da solução a ser contratada.

### **5.1 Ambiente tecnológico atual**

A Administração Municipal utiliza atualmente sistemas informatizados de gestão pública, em relação ao Lote 1, contratados em regime de locação, operando em ambiente tecnológico integrado, com utilização de banco de dados relacional e acesso por meio de rede interna e internet. Os sistemas encontram-se em operação contínua, atendendo às rotinas administrativas das diversas Secretarias Municipais e da Câmara Municipal, com integração entre módulos e compartilhamento de base de dados.

A infraestrutura de hospedagem atualmente utilizada poderá ser substituída integralmente pela solução ofertada, desde que atendidos os requisitos técnicos, de segurança da informação, disponibilidade e conformidade legal previstos neste Anexo.

### **5.2 Base de dados e volume estimado de informações**

A base de dados atualmente utilizada pela Administração possui volume estimado compatível com Municípios de pequeno porte, contemplando informações históricas relevantes das áreas contábil, financeira, tributária, administrativa e de atendimento ao cidadão.

Para fins de formulação de propostas, os licitantes deverão considerar:

- existência de bases de dados consolidadas e interdependentes;
- necessidade de migração integral dos dados do exercício corrente e, quando aplicável, de exercícios anteriores;
- preservação do histórico das informações, inclusive para atendimento a órgãos de controle.

Eventuais variações no volume efetivo de dados não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo os licitantes considerar margens técnicas compatíveis com a natureza do objeto.

### **5.3 Usuários e acessos estimados**

A solução deverá atender simultaneamente aos diversos setores da Administração Municipal, incluindo Prefeitura e Câmara Municipal, considerando:

- múltiplos usuários com perfis distintos (administrativo, técnico e operacional);
- acessos simultâneos em diferentes módulos do sistema;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- utilização contínua durante o horário de expediente, com possibilidade de acessos extraordinários.

Os licitantes deverão dimensionar suas soluções considerando ambiente multiusuário, com capacidade suficiente para garantir desempenho adequado, sem degradação da performance ou indisponibilidade dos serviços.

### **5.4 Estrutura organizacional atendida**

A solução deverá contemplar o atendimento às seguintes áreas, no mínimo:

- Contabilidade Pública
- Recursos Humanos e Folha de Pagamentos
- Arrecadação/Tributos
- Saúde
- Assistência Social
- Secretaria e Protocolo
- Controle Interno
- Educação/Ensino
- Ouvidoria Pública
- Diário Oficial
- Gestão de Documentos, Processos e Ocorrências
- Licenças de Trânsito
- Câmara Municipal (Contabilidade)

A integração entre os módulos do mesmo será obrigatória, considerando a disposição de cada lote, devendo a solução operar em base de dados unificada ou plenamente interoperável.

### **5.5 Sistemas atualmente utilizados**

A Administração utiliza soluções informatizadas já consolidadas no mercado, com funcionamento contínuo e integração entre módulos, sendo que a substituição deverá ocorrer sem interrupção dos serviços públicos.

Os licitantes deverão considerar a necessidade de:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE Estado de São Paulo

- migração assistida dos dados;
- adaptação à legislação municipal vigente;
- continuidade operacional imediata após implantação;
- treinamento dos usuários.

### **5.6 Requisitos de migração e implantação**

A implantação da solução deverá contemplar:

- conversão integral das bases de dados;
- validação dos dados migrados;
- parametrização conforme legislação municipal;
- testes operacionais e homologação;
- entrada em produção sem prejuízo à continuidade administrativa.

A migração deverá ser planejada e executada de forma a minimizar riscos operacionais, sendo de responsabilidade da contratada a garantia da consistência dos dados.

### **5.7 Considerações para composição de custos**

Para fins de elaboração das propostas, os licitantes deverão considerar, no mínimo:

- custos com implantação, parametrização e migração de dados;
- disponibilização da infraestrutura tecnológica (datacenter);
- suporte técnico contínuo e atendimento aos usuários;
- atualizações legais e tecnológicas;
- treinamento inicial e eventual capacitação complementar;
- manutenção evolutiva e corretiva;
- atendimento aos níveis de serviço (SLA).

Não serão admitidas propostas que desconsiderem tais elementos ou que se mostrem incompatíveis com os custos mínimos necessários à execução do objeto.

## **6 – FORMA DE CONTRATAÇÃO E DEMANDAS**

As contratações decorrentes dos lotes observarão a necessidade administrativa do Município, sendo executadas conforme a demanda efetivamente verificada no período, em consonância com



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CORRENTE** **Estado de São Paulo**

o interesse público, a conveniência administrativa e a disponibilidade orçamentária.

Ribeirão Corrente, 28 de abril de 2026.

**AIRTON LUIZ MONTANHER**  
**Secretário Municipal de Administração**

**ANDERSON FERREIRA DA SILVA**  
**Diretor de Políticas Institucionais**